

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	11
DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	12
DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	13
Demonstração do Valor Adicionado	14

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	16
Balanço Patrimonial Passivo	18
Demonstração do Resultado	21
Demonstração do Resultado Abrangente	23
Demonstração do Fluxo de Caixa	24

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	26
DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	27
DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	28
Demonstração do Valor Adicionado	29

Relatório da Administração	31
Notas Explicativas	43
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	123

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	127
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	129

Índice

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	130
Motivos de Reapresentação	131

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	199.676
Preferenciais	189.125
Total	388.801
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	5.603
Total	5.603

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	16/03/2012	Juros sobre Capital Próprio	18/04/2012	Ordinária		0,05917
Reunião do Conselho de Administração	16/03/2012	Juros sobre Capital Próprio	18/04/2012	Preferencial		0,06509
Reunião do Conselho de Administração	04/05/2012	Juros sobre Capital Próprio	04/07/2012	Ordinária		0,05429
Reunião do Conselho de Administração	04/05/2012	Juros sobre Capital Próprio	04/07/2012	Preferencial		0,05972
Reunião do Conselho de Administração	06/08/2012	Juros sobre Capital Próprio	03/09/2012	Ordinária		0,05130
Reunião do Conselho de Administração	06/08/2012	Juros sobre Capital Próprio	03/09/2012	Preferencial		0,05643
Reunião do Conselho de Administração	09/11/2012	Juros sobre Capital Próprio	12/12/2012	Ordinária		0,05230
Reunião do Conselho de Administração	09/11/2012	Juros sobre Capital Próprio	12/12/2012	Preferencial		0,05753

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
1	Ativo Total	2.348.309	2.034.938	1.908.584
1.01	Ativo Circulante	1.456.488	1.291.951	1.216.455
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	82.533	163.131	454.095
1.01.02	Aplicações Financeiras	458.833	448.744	172.176
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	458.833	448.744	172.176
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	458.833	448.744	172.176
1.01.03	Contas a Receber	604.367	433.456	364.634
1.01.03.01	Clientes	604.367	433.456	364.634
1.01.04	Estoques	248.323	198.200	183.878
1.01.06	Tributos a Recuperar	33.968	15.886	13.451
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	33.968	15.886	13.451
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.563	6.293	3.187
1.01.07.01	Despesas Antecipadas	1.051	4.977	1.780
1.01.07.02	Despesas Antecipadas com Propaganda	2.512	1.316	1.407
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	24.901	26.241	25.034
1.01.08.03	Outros	24.901	26.241	25.034
1.01.08.03.01	Adiantamento a Fornecedores	1.515	1.077	5.513
1.01.08.03.02	Contas a Receber Funcionários	3.923	3.458	2.794
1.01.08.03.03	Contas a Receber de Venda de Controlada	0	17.094	15.318
1.01.08.03.04	Dividendos a Receber	12.252	1.045	0
1.01.08.03.05	Outros	7.211	3.567	1.409
1.02	Ativo Não Circulante	891.821	742.987	692.129
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	92.435	84.699	92.671
1.02.01.06	Tributos Diferidos	32.888	41.148	39.744
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	32.888	41.148	39.744
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	4.536	1.448	0
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	4.536	1.448	0
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	55.011	42.103	52.927
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	11.685	13.665	11.698

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
1.02.01.09.04	Tributos a Recuperar	8.609	6.490	3.795
1.02.01.09.05	Contas a Receber de Venda de Controlada	12.872	0	15.318
1.02.01.09.06	Depósitos Compulsórios	269	269	269
1.02.01.09.07	Outras Contas a Receber	21.576	21.679	21.847
1.02.02	Investimentos	359.140	357.367	324.878
1.02.02.01	Participações Societárias	359.140	357.367	324.878
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	358.945	357.172	324.683
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	195	195	195
1.02.03	Imobilizado	362.923	204.700	171.606
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	188.057	160.014	159.727
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	174.866	44.686	11.879
1.02.04	Intangível	77.323	96.221	102.974
1.02.04.01	Intangíveis	77.323	96.221	102.974

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
2	Passivo Total	2.348.309	2.034.938	1.908.584
2.01	Passivo Circulante	487.290	390.402	405.975
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	73.836	64.745	61.854
2.01.01.01	Obrigações Sociais	8.535	8.668	8.920
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	65.301	56.077	52.934
2.01.01.02.01	Salários e Encargos Sociais	65.301	56.077	52.934
2.01.02	Fornecedores	280.840	218.573	158.375
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	181.043	177.612	132.858
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	99.797	40.961	25.517
2.01.03	Obrigações Fiscais	11.031	4.127	7.241
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	5.180	132	1.340
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais	5.180	132	1.340
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	5.851	3.995	5.901
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	69.601	67.824	150.770
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	69.601	67.824	150.770
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	69.601	63.030	150.770
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	4.794	0
2.01.05	Outras Obrigações	46.131	27.950	22.876
2.01.05.02	Outros	46.131	27.950	22.876
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.725	843	495
2.01.05.02.04	Provisões e Outras Obrigações	44.406	27.107	22.381
2.01.06	Provisões	5.851	7.183	4.859
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	5.851	7.183	4.859
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	5.851	7.183	4.859
2.02	Passivo Não Circulante	205.395	166.848	192.134
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	64.581	53.907	69.031
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	64.581	53.907	69.031
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	64.581	53.907	69.031
2.02.02	Outras Obrigações	121.829	94.476	100.910

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	0	9.475
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	0	0	9.475
2.02.02.02	Outros	121.829	94.476	91.435
2.02.02.02.03	Outros Passivos	5.961	4.974	2.806
2.02.02.02.04	Tributos com Exigibilidade Suspensa e Outros	114.109	86.654	86.405
2.02.02.02.05	Provisões para Benefícios a Empregados	885	1.973	2.224
2.02.02.02.06	Parcelamento Tributário - Lei 11.941/09	874	875	0
2.02.04	Provisões	18.985	18.465	22.193
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	18.985	18.465	22.193
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	5.149	4.877	9.558
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	10.480	10.480	10.480
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	3.356	3.108	2.155
2.03	Patrimônio Líquido	1.655.624	1.477.688	1.310.475
2.03.01	Capital Social Realizado	562.158	518.922	441.171
2.03.02	Reservas de Capital	125.028	126.514	144.513
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-42.828	-40.587	-29.282
2.03.02.07	Outras Reservas	177.739	177.739	177.739
2.03.02.08	Deságio na Venda de Ações em Tesouraria	-14.556	-14.217	-7.016
2.03.02.09	Opções Outorgadas Reconhecidas	4.673	3.579	3.072
2.03.04	Reservas de Lucros	1.014.253	865.824	757.956
2.03.04.01	Reserva Legal	49.676	49.676	49.676
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	313.385	336.604	351.130
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	625.892	479.544	333.000
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	25.300	0	24.150
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	32.254	33.640	36.586
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	-78.069	-67.212	-69.751

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.258.278	1.891.127	1.642.748
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.255.245	-986.637	-846.210
3.03	Resultado Bruto	1.003.033	904.490	796.538
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-734.962	-626.195	-499.881
3.04.01	Despesas com Vendas	-542.146	-492.721	-400.914
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-127.065	-122.303	-100.764
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	10.348	22.239	7.676
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-52.830	-44.755	-45.221
3.04.05.01	Amortização do Intangível	-20.496	-18.611	-15.471
3.04.05.02	Outras Despesas Operacionais	-32.334	-26.144	-29.750
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-23.269	11.345	39.342
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	268.071	278.295	296.657
3.06	Resultado Financeiro	43.295	50.730	30.524
3.06.01	Receitas Financeiras	73.637	88.826	55.059
3.06.01.01	Variação Cambial	16.771	11.543	6.648
3.06.01.02	Outras Receitas Financeiras	56.866	77.283	48.411
3.06.02	Despesas Financeiras	-30.342	-38.096	-24.535
3.06.02.01	Variação Cambial	-13.184	-12.466	-6.916
3.06.02.02	Outras Despesas Financeiras	-17.158	-25.630	-17.619
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	311.366	329.025	327.181
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-31.383	-21.605	-24.081
3.08.01	Corrente	-23.123	-23.009	-23.161
3.08.02	Diferido	-8.260	1.404	-920
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	279.983	307.420	303.100
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	0	0	3.241
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	0	0	3.241
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	279.983	307.420	306.341
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
4.01	Lucro Líquido do Período	279.983	307.420	306.341
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-10.857	2.539	-12.361
4.02.01	Ganhos/Perdas na Conversão de Demonstrações Financeiras de Controladas do Exterior	-10.857	2.539	-12.361
4.03	Resultado Abrangente do Período	269.126	309.959	293.980

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	234.380	284.077	364.617
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	399.793	354.434	336.329
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	279.983	307.420	306.341
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	42.148	39.076	33.900
6.01.01.03	Resultado Venda/Baixa do Imobilizado	3.122	2.297	6.160
6.01.01.04	Resultado na Venda de Controlada	0	0	-2.005
6.01.01.05	Resultado da Equivalência Patrimonial	23.269	-11.345	-39.342
6.01.01.06	Juros, Var. Monet. e Cambiais	8.619	-1.738	8.906
6.01.01.07	Provisões p/ Riscos Trib., Cíveis e Trab.	9.095	10.225	15.010
6.01.01.08	Imposto de Renda e Contrib. Social Diferidos	8.260	-1.404	920
6.01.01.09	Provisão (Reversão) para Créditos Liquid. Duvidosa	4.398	3.491	902
6.01.01.10	Prov. Perda Imobilizado/Diferido	650	0	172
6.01.01.11	Amortização Empr. e Financ. - Encargos	-7.881	-16.331	-11.947
6.01.01.12	Provisão (Reversão) para Perdas nos Estoques	4.735	-1.305	-2.250
6.01.01.13	Outorga de Opções de Compra de Ações	2.033	1.551	1.085
6.01.01.14	Tributos com Exigibilidade Suspensa	21.362	22.497	18.477
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-165.413	-70.357	28.288
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-175.309	-72.313	-15.699
6.01.02.02	Estoques	-54.858	-13.017	-64.789
6.01.02.03	Despesas Antecipadas	2.730	-3.106	-593
6.01.02.04	Impostos a Recuperar	-20.201	-5.129	1.418
6.01.02.05	Fornecedores	62.267	60.198	75.391
6.01.02.06	Tributos a Pagar	22.793	6.671	10.899
6.01.02.07	Salários e Encargos Sociais	9.091	2.892	17.731
6.01.02.08	Pagamento IR/CSLL	-15.121	-11.133	-12.969
6.01.02.09	Pagamento REFIS	0	-28.528	0
6.01.02.10	Outros	3.195	-6.892	16.899
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-228.257	-302.704	-196.606
6.02.01	Aquisição de Investimentos	-41.226	-640	-4.459

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.02.02	Aquisição de Imobilizado, Intangível	-185.245	-62.977	-27.031
6.02.03	Saldo Final de Caixa da Controlada Alienada	0	0	-14.256
6.02.04	Recebimentos por Venda do Permanente	5.650	15.723	15.900
6.02.05	Aplicações Financeiras	-7.436	-254.810	-166.760
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-86.721	-272.337	18.929
6.03.01	Captação de Empréstimos e Financiamentos	149.574	88.346	132.158
6.03.02	Amortização de Empréstimos e Financiamentos - Principal	-137.027	-191.225	-35.165
6.03.03	Aquisição de Ações p/ Tesouraria	-2.580	-18.506	-2.528
6.03.04	Compra de Participação de não Controladores	-12.749	-48.793	-11.700
6.03.05	Pagamento de Dividendos e Juros s/ Capital Próprio	-83.939	-102.159	-63.836
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-80.598	-290.964	186.940
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	163.131	454.095	267.155
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	82.533	163.131	454.095

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	518.922	126.514	865.824	0	-33.572	1.477.688
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	518.922	126.514	865.824	0	-33.572	1.477.688
5.04	Transações de Capital com os Sócios	43.236	-1.486	-47.940	-85.000	0	-91.190
5.04.01	Aumentos de Capital	43.236	0	-43.236	0	0	0
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	1.094	939	0	0	2.033
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-5.723	0	0	0	-5.723
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	3.143	0	0	0	3.143
5.04.06	Dividendos	0	0	180	0	0	180
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-85.000	0	-85.000
5.04.08	Dividendos Declarados	0	0	0	-25.300	0	-25.300
5.04.09	Dividendo Adicional Proposto	0	0	0	25.300	0	25.300
5.04.10	Ágio gerado em virtude do aumento da participação na controlada	0	0	-5.358	0	0	-5.358
5.04.11	Realização de outros Resultados Abrangentes por baixa de investimento	0	0	-465	0	0	-465
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	279.983	-10.857	269.126
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	279.983	0	279.983
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-10.857	-10.857
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-10.857	-10.857
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	196.369	-194.983	-1.386	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	196.369	-196.369	0	0
5.06.04	Realização de Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	1.386	-1.386	0
5.07	Saldos Finais	562.158	125.028	1.014.253	0	-45.815	1.655.624

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	441.171	144.513	757.956	0	-33.165	1.310.475
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	441.171	144.513	757.956	0	-33.165	1.310.475
5.04	Transações de Capital com os Sócios	77.751	-17.999	-123.898	-78.600	0	-142.746
5.04.01	Aumentos de Capital	77.751	0	-77.751	0	0	0
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	507	1.044	0	0	1.551
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-24.252	0	0	0	-24.252
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	5.746	0	0	0	5.746
5.04.06	Dividendos	0	0	-23.907	0	0	-23.907
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-78.600	0	-78.600
5.04.08	Ágio gerado em virtude do aumento da participação na controlada	0	0	-23.284	0	0	-23.284
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	307.420	2.539	309.959
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	307.420	0	307.420
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	2.539	2.539
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	2.539	2.539
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	231.766	-228.820	-2.946	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	231.766	-231.766	0	0
5.06.04	Realização de Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	2.946	-2.946	0
5.07	Saldos Finais	518.922	126.514	865.824	0	-33.572	1.477.688

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	391.804	146.134	558.970	0	-17.250	1.079.658
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	391.804	146.134	558.970	0	-17.250	1.079.658
5.04	Transações de Capital com os Sócios	49.367	-1.621	-47.675	-63.234	0	-63.163
5.04.01	Aumentos de Capital	49.367	0	-49.367	0	0	0
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	1.085	0	0	0	1.085
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-3.465	0	0	0	-3.465
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	937	0	0	0	937
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-63.412	0	-63.412
5.04.08	Dividendos Declarados	0	0	-24.150	0	0	-24.150
5.04.09	Dividendo Adicional Proposto	0	0	24.150	0	0	24.150
5.04.10	Exercício de Opção de Compra de Ação	0	-178	0	178	0	0
5.04.11	Deságio gerado em virtude do aumento da participação na controlada	0	0	1.692	0	0	1.692
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	306.341	-12.361	293.980
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	306.341	0	306.341
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-12.361	-12.361
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-12.361	-12.361
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	246.661	-243.107	-3.554	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	246.661	-246.661	0	0
5.06.04	Realização de Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	3.554	-3.554	0
5.07	Saldos Finais	441.171	144.513	757.956	0	-33.165	1.310.475

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
7.01	Receitas	2.696.793	2.228.454	1.968.334
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.689.863	2.208.381	1.919.892
7.01.02	Outras Receitas	9.681	23.564	49.344
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-2.751	-3.491	-902
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.640.504	-1.327.279	-1.158.994
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-993.166	-741.863	-632.833
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-639.423	-571.493	-523.359
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-5.051	-8.787	-773
7.02.04	Outros	-2.864	-5.136	-2.029
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.056.289	901.175	809.340
7.04	Retenções	-42.148	-39.076	-33.900
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-42.148	-39.076	-33.900
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.014.141	862.099	775.440
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	50.393	100.525	98.736
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-23.269	11.345	39.342
7.06.02	Receitas Financeiras	73.637	88.826	55.059
7.06.03	Outros	25	354	4.335
7.06.03.01	Outros	25	354	1.094
7.06.03.02	Resultado de Operação Descontinuada	0	0	3.241
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.064.534	962.624	874.176
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.064.534	962.624	874.176
7.08.01	Pessoal	364.011	312.715	292.738
7.08.01.01	Remuneração Direta	286.481	247.885	236.091
7.08.01.02	Benefícios	57.876	48.143	45.214
7.08.01.03	F.G.T.S.	19.654	16.687	11.433
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	327.663	261.263	216.317
7.08.02.01	Federais	242.321	211.691	169.686
7.08.02.02	Estaduais	83.922	48.570	45.768
7.08.02.03	Municipais	1.420	1.002	863

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	92.877	81.226	58.780
7.08.03.01	Juros	29.897	37.691	24.306
7.08.03.02	Aluguéis	27.469	20.266	18.486
7.08.03.03	Outras	35.511	23.269	15.988
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	279.983	307.420	306.341
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	85.000	78.600	63.412
7.08.04.02	Dividendos	25.300	0	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	169.683	228.820	242.929

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
1	Ativo Total	2.740.729	2.408.169	2.224.965
1.01	Ativo Circulante	1.838.987	1.607.580	1.456.062
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	122.830	222.210	482.489
1.01.02	Aplicações Financeiras	494.078	448.744	172.176
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	494.078	448.744	172.176
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	494.078	448.744	172.176
1.01.03	Contas a Receber	694.169	505.858	426.573
1.01.03.01	Clientes	694.169	505.858	426.573
1.01.04	Estoques	443.938	351.023	295.885
1.01.06	Tributos a Recuperar	54.461	26.000	22.909
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	54.461	26.000	22.909
1.01.07	Despesas Antecipadas	6.583	11.433	5.783
1.01.07.01	Despesas Antecipadas	3.994	9.845	4.376
1.01.07.02	Despesas Antecipadas com Propaganda	2.589	1.588	1.407
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	22.928	42.312	50.247
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	0	323	0
1.01.08.03	Outros	22.928	41.989	50.247
1.01.08.03.01	Adiantamento Fornecedores	9.850	14.544	16.297
1.01.08.03.02	Contas a Receber Funcionários	4.243	3.904	2.850
1.01.08.03.03	Contas a Receber de Venda de Controlada	0	17.094	15.318
1.01.08.03.04	Contas a Receber p/ Venda de Imóveis	0	0	13.258
1.01.08.03.05	Outros Ativos	8.835	6.447	2.524
1.02	Ativo Não Circulante	901.742	800.589	768.903
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	129.900	120.749	127.591
1.02.01.06	Tributos Diferidos	52.554	57.125	58.003
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	52.554	57.125	58.003
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	77.346	63.624	69.588
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	12.203	14.528	12.650
1.02.01.09.04	Tributos a Recuperar	28.300	25.848	19.028

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
1.02.01.09.05	Outras Contas a Receber	23.702	22.979	22.323
1.02.01.09.06	Contas a Receber de Venda de Controlada	12.872	0	15.318
1.02.01.09.08	Depósitos Compulsórios	269	269	269
1.02.02	Investimentos	33.564	74.462	77.338
1.02.02.01	Participações Societárias	33.564	74.462	77.338
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	33.369	74.267	77.143
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	195	195	195
1.02.03	Imobilizado	494.369	341.980	301.520
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	305.948	285.946	280.486
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	188.421	56.034	21.034
1.02.04	Intangível	243.909	263.398	262.454
1.02.04.01	Intangíveis	243.909	263.398	262.454
1.02.04.01.02	Intangíveis	243.909	263.398	262.454

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
2	Passivo Total	2.740.729	2.408.169	2.224.965
2.01	Passivo Circulante	755.459	664.340	605.045
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	109.466	98.897	88.021
2.01.01.01	Obrigações Sociais	19.047	16.791	15.084
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	90.419	82.106	72.937
2.01.02	Fornecedores	359.079	297.150	212.777
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	198.220	194.580	144.331
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	160.859	102.570	68.446
2.01.03	Obrigações Fiscais	13.496	13.556	20.338
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	7.395	9.349	14.437
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	149	2.233	3.718
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais	7.246	7.116	10.719
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	6.101	4.207	5.901
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	188.406	180.077	226.371
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	188.334	179.894	226.036
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	69.601	63.441	151.314
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	118.733	116.453	74.722
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	72	183	335
2.01.05	Outras Obrigações	73.629	63.224	48.691
2.01.05.02	Outros	73.629	63.224	48.691
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.725	843	495
2.01.05.02.04	Obrigações Negociadas de Controladas	11.687	14.758	13.367
2.01.05.02.05	Provisões e Outras Obrigações	60.217	47.623	34.829
2.01.06	Provisões	11.383	11.436	8.847
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	11.383	11.436	8.847
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	11.383	11.000	8.428
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	0	436	419
2.02	Passivo Não Circulante	324.372	253.970	271.847
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	110.347	55.856	69.589

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	110.340	55.814	69.438
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	64.580	53.907	69.438
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	45.760	1.907	0
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	7	42	151
2.02.02	Outras Obrigações	188.257	159.988	159.643
2.02.02.02	Outros	188.257	159.988	159.643
2.02.02.02.03	Obrigações Negociadas de Controladas	60.773	63.537	63.403
2.02.02.02.04	Tributos com Exigibilidade Suspensa	114.109	86.780	90.620
2.02.02.02.05	Provisões para Benefícios a Empregados	3.104	1.973	2.224
2.02.02.02.06	Parcelamento Tributário - Lei 11.941/09	874	875	0
2.02.02.02.07	Outras Obrigações	9.397	6.823	3.396
2.02.03	Tributos Diferidos	0	11.881	11.831
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	11.881	11.831
2.02.04	Provisões	25.768	26.245	30.784
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	25.768	26.245	30.784
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	10.587	9.075	13.104
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	11.296	13.449	15.390
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	3.885	3.721	2.290
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.660.898	1.489.859	1.348.073
2.03.01	Capital Social Realizado	562.158	518.922	441.171
2.03.02	Reservas de Capital	125.028	126.514	144.513
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-42.828	-40.587	-29.282
2.03.02.07	Outras Reservas de Capital	177.739	177.739	177.739
2.03.02.08	Deságio na Venda de Ações em Tesouraria	-14.556	-14.217	-7.016
2.03.02.09	Opções Outorgadas Reconhecidas	4.673	3.579	3.072
2.03.04	Reservas de Lucros	1.014.253	865.824	757.956
2.03.04.01	Reserva Legal	49.676	49.676	49.676
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	313.385	336.604	351.130
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	625.892	479.544	333.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	25.300	0	24.150
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	32.254	33.640	36.586
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	-78.069	-67.212	-69.751
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	5.274	12.171	37.598

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3.006.982	2.574.700	2.231.875
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.734.176	-1.420.772	-1.213.783
3.03	Resultado Bruto	1.272.806	1.153.928	1.018.092
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-981.047	-842.113	-693.867
3.04.01	Despesas com Vendas	-745.952	-663.238	-539.403
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-151.738	-144.194	-120.391
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	35.349	27.707	25.362
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-75.842	-56.731	-50.213
3.04.05.01	Amortização do Intangível	-23.944	-20.184	-16.821
3.04.05.02	Outras Despesas Operacionais	-51.898	-36.547	-33.392
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-42.864	-5.657	-9.222
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	291.759	311.815	324.225
3.06	Resultado Financeiro	8.094	29.049	8.958
3.06.01	Receitas Financeiras	80.957	91.641	57.536
3.06.01.01	Varição Cambial	19.189	10.811	7.629
3.06.01.02	Outras Receitas Financeiras	61.768	80.830	49.907
3.06.02	Despesas Financeiras	-72.863	-62.592	-48.578
3.06.02.01	Varição Cambial	-17.796	-11.378	-5.299
3.06.02.02	Outras Despesas Financeiras	-55.067	-51.214	-43.279
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	299.853	340.864	333.183
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-19.317	-31.797	-25.972
3.08.01	Corrente	-26.821	-32.136	-31.214
3.08.02	Diferido	7.504	339	5.242
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	280.536	309.067	307.211
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	0	0	3.241
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	0	0	3.241
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	280.536	309.067	310.452
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	279.983	307.420	306.341
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	553	1.647	4.111

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	280.536	309.067	310.452
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-10.916	974	-15.796
4.02.01	Ganhos/Perdas na Conversão de Demonstrações Financeiras de Controladas do Exterior	-10.916	974	-15.796
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	269.620	310.041	294.656
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	269.126	309.959	293.980
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	494	82	676

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	198.974	312.401	366.090
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	439.392	404.094	404.308
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	280.536	309.067	310.452
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	60.198	54.035	50.771
6.01.01.03	Resultado na Venda/Baixa do Imobilizado	6.840	2.707	8.368
6.01.01.04	Resultado na Venda de Imóveis	0	0	-14.305
6.01.01.05	Resultado da Equivalência Patrimonial	42.864	5.657	9.222
6.01.01.06	Juros, Var. Monet. e Cambiais	29.025	11.912	24.647
6.01.01.07	Provisões p/ Riscos Trib., Cíveis e Trab.	8.549	11.073	16.419
6.01.01.08	Imposto de Renda e Contrib. Social Diferidos	-7.504	-339	-5.242
6.01.01.09	Prov. (Rev.) p/ Créditos de Liq. Duvidosa	7.423	6.079	3.121
6.01.01.10	Provisão (Reversão) para Perdas nos Estoques	5.991	-565	-1.582
6.01.01.11	Prov. Perda Imobilizado - "impairment"	1.047	0	172
6.01.01.12	Amortização de Encargos Empréstimos e Financ.	-18.972	-19.580	-15.292
6.01.01.13	Resultado na Venda de Controlada	0	0	-2.005
6.01.01.14	Outorga de Opções de Compra de Ações	2.033	1.551	1.085
6.01.01.15	Tributos com Exigibilidade Suspensa	21.362	22.497	18.477
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-240.418	-91.693	-38.218
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-198.631	-82.264	-26.174
6.01.02.02	Estoques	-102.463	-46.630	-95.312
6.01.02.03	Despesas Antecipadas	4.946	-5.444	-1.608
6.01.02.04	Tributos a Recuperar	-32.004	-8.279	-2.696
6.01.02.05	Fornecedores	62.912	79.633	101.454
6.01.02.06	Tributos a Pagar	32.854	10.441	17.397
6.01.02.07	Salários e Encargos Sociais	11.475	9.358	22.047
6.01.02.08	Pagamento IR/CSLL	-31.562	-23.638	-19.471
6.01.02.09	Pagamento REFIS	0	-29.176	0
6.01.02.10	Outros	12.055	4.306	-33.855
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-240.636	-314.458	-194.330

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.02.02	Aquisição de Imobilizado, Intangível	-205.510	-89.744	-46.670
6.02.03	Recebimentos por Venda do Permanente	5.650	30.096	19.100
6.02.04	Aplicações Financeiras	-40.776	-254.810	-166.760
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-57.403	-258.544	7.006
6.03.01	Captação Empréstimos e Financiamentos	367.237	259.769	284.815
6.03.02	Amortização Empr. e Financ. - Principal	-312.531	-336.755	-184.873
6.03.03	Aquisição de Ações para Tesouraria	-2.580	-18.506	-2.528
6.03.04	Pagamento de Dividendos e Juros s/ Capital Próprio	-83.939	-102.159	-63.836
6.03.05	Amortização por Reestruturação de Dívida de Controlada	-12.841	-12.100	-14.872
6.03.06	Compra de Participação de não Controladores	-12.749	-48.793	-11.700
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-315	322	-2.867
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-99.380	-260.279	175.899
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	222.210	482.489	306.590
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	122.830	222.210	482.489

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	518.922	126.514	865.824	0	-33.572	1.477.688	12.171	1.489.859
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	518.922	126.514	865.824	0	-33.572	1.477.688	12.171	1.489.859
5.04	Transações de Capital com os Sócios	43.236	-1.486	-47.940	-85.000	0	-91.190	-7.391	-98.581
5.04.01	Aumentos de Capital	43.236	0	-43.236	0	0	0	0	0
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	1.094	939	0	0	2.033	0	2.033
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-5.723	0	0	0	-5.723	0	-5.723
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	3.143	0	0	0	3.143	0	3.143
5.04.06	Dividendos	0	0	180	0	0	180	0	180
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-85.000	0	-85.000	0	-85.000
5.04.08	Dividendos Declarados	0	0	-25.300	0	0	-25.300	0	-25.300
5.04.09	Dividendo Adicional Proposto	0	0	25.300	0	0	25.300	0	25.300
5.04.10	Compra de participação de não controladores	0	0	0	0	0	0	-7.391	-7.391
5.04.11	Ágio gerado em virtude do aumento da participação na controlada	0	0	-5.358	0	0	-5.358	0	-5.358
5.04.12	Realização de outros Resultados Abrangentes por baixa de investimento	0	0	-465	0	0	-465	0	-465
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	279.983	-10.857	269.126	494	269.620
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	279.983	0	279.983	553	280.536
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-10.857	-10.857	-59	-10.916
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-10.857	-10.857	-59	-10.916
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	196.369	-194.983	-1.386	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	196.369	-196.369	0	0	0	0
5.06.04	Realização de Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	1.386	-1.386	0	0	0
5.07	Saldos Finais	562.158	125.028	1.014.253	0	-45.815	1.655.624	5.274	1.660.898

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	441.171	144.513	757.956	0	-33.165	1.310.475	37.598	1.348.073
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	441.171	144.513	757.956	0	-33.165	1.310.475	37.598	1.348.073
5.04	Transações de Capital com os Sócios	77.751	-17.999	-123.898	-78.600	0	-142.746	-25.509	-168.255
5.04.01	Aumentos de Capital	77.751	0	-77.751	0	0	0	0	0
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	507	1.044	0	0	1.551	0	1.551
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-24.252	0	0	0	-24.252	0	-24.252
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	5.746	0	0	0	5.746	0	5.746
5.04.06	Dividendos	0	0	-23.907	0	0	-23.907	0	-23.907
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-78.600	0	-78.600	0	-78.600
5.04.08	Compra de Participação de não Controladores	0	0	0	0	0	0	-25.509	-25.509
5.04.09	Ágio gerado em virtude do aumento da participação na controlada	0	0	-23.284	0	0	-23.284	0	-23.284
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	307.420	2.539	309.959	82	310.041
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	307.420	0	307.420	1.647	309.067
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	2.539	2.539	-1.565	974
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	2.539	2.539	-1.565	974
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	231.766	-228.820	-2.946	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	231.766	-231.766	0	0	0	0
5.06.04	Realização de Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	2.946	-2.946	0	0	0
5.07	Saldos Finais	518.922	126.514	865.824	0	-33.572	1.477.688	12.171	1.489.859

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	391.804	146.134	558.970	0	-17.250	1.079.658	50.314	1.129.972
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	391.804	146.134	558.970	0	-17.250	1.079.658	50.314	1.129.972
5.04	Transações de Capital com os Sócios	49.367	-1.621	-47.675	-63.234	0	-63.163	-13.392	-76.555
5.04.01	Aumentos de Capital	49.367	0	-49.367	0	0	0	0	0
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	1.085	0	0	0	1.085	0	1.085
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-3.465	0	0	0	-3.465	0	-3.465
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	937	0	0	0	937	0	937
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-63.412	0	-63.412	0	-63.412
5.04.08	Dividendos Declarados	0	0	-24.150	0	0	-24.150	0	-24.150
5.04.09	Dividendo Adicional Proposto	0	0	24.150	0	0	24.150	0	24.150
5.04.10	Exercício de Opção de Compra de Ação	0	-178	0	178	0	0	0	0
5.04.11	Compra de Participação de não Controladores	0	0	0	0	0	0	-13.392	-13.392
5.04.12	Deságio gerado em virtude do aumento da participação na controlada	0	0	1.692	0	0	1.692	0	1.692
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	306.341	-12.361	293.980	676	294.656
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	306.341	0	306.341	4.111	310.452
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-12.361	-12.361	-3.435	-15.796
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-12.361	-12.361	-3.435	-15.796
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	246.661	-243.107	-3.554	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	246.661	-246.661	0	0	0	0
5.06.04	Realização de Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	3.554	-3.554	0	0	0
5.07	Saldos Finais	441.171	144.513	757.956	0	-33.165	1.310.475	37.598	1.348.073

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
7.01	Receitas	3.606.384	3.036.484	2.712.552
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.577.781	3.016.367	2.650.560
7.01.02	Outras Receitas	34.379	26.196	65.113
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-5.776	-6.079	-3.121
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.059.051	-1.704.483	-1.511.301
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.257.945	-1.001.378	-917.204
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-790.583	-688.978	-588.667
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-7.659	-8.991	-847
7.02.04	Outros	-2.864	-5.136	-4.583
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.547.333	1.332.001	1.201.251
7.04	Retenções	-60.198	-54.035	-50.771
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-60.198	-54.035	-50.771
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.487.135	1.277.966	1.150.480
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	38.438	86.338	49.598
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-42.864	-5.657	-9.222
7.06.02	Receitas Financeiras	80.957	91.641	57.536
7.06.03	Outros	345	354	1.284
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.525.573	1.364.304	1.200.078
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.525.573	1.364.304	1.200.078
7.08.01	Pessoal	610.981	517.424	451.150
7.08.01.01	Remuneração Direta	511.177	434.686	375.857
7.08.01.02	Benefícios	71.894	64.898	62.730
7.08.01.03	F.G.T.S.	27.910	17.840	12.563
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	499.604	423.948	351.292
7.08.02.01	Federais	400.929	365.153	295.960
7.08.02.02	Estaduais	96.927	57.681	54.367
7.08.02.03	Municipais	1.748	1.114	965
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	134.452	113.865	87.184
7.08.03.01	Juros	61.671	62.291	48.314

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
7.08.03.02	Aluguéis	35.393	27.019	23.337
7.08.03.03	Outras	37.388	24.555	15.533
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	280.536	309.067	310.452
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	85.000	78.600	63.412
7.08.04.02	Dividendos	25.300	0	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	169.683	228.820	242.929
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	553	1.647	4.111

Relatório da Administração

Começar cada dia como se fosse o mais importante e promissor. Essa é a abertura do Manifesto Alpargatas, e foi dessa forma que a Alpargatas avançou em sua estratégia de crescimento em 2012, consolidando-se como a maior empresa de calçados do Brasil.

O marco no desempenho de 2012 foi a evolução do volume de vendas e da receita líquida – que atingiu R\$ 3 bilhões, valor 16,8% superior ao de 2011, resultante da comercialização de 265,3 milhões de pares de calçados e peças de vestuário e acessórios, quantidade 6,3% maior. A gestão de marcas, a inovação de produtos, a comunicação criativa e a ampla distribuição são competências que têm sido fundamentais para impulsionar o desempenho da Alpargatas.

A eficácia na administração da política comercial e na gestão das vendas, que priorizaram a comercialização de produtos de maior valor agregado, o foco na gestão de processos fabris, que resultou em mais produtividade, e o rígido controle dos custos e das despesas operacionais contribuíram para a geração de lucros em 2012, período marcado pela alta dos custos de produção.

O crescimento dos lucros foi mais expressivo no segundo semestre de 2012, com destaque para a evolução no quarto trimestre desse ano. Nesse período, o lucro bruto consolidado cresceu 8,6% em relação ao terceiro trimestre de 2012 (3T12) e a margem, de 41,8%, subiu 1,2 ponto percentual. Já o EBITDA consolidado acumulou R\$ 129,5 milhões, com alta expressiva de 25,4% ante o 3T12, e a margem, de 15,5%, aumentou 2,5 pontos percentuais, igualando-se à de 2011, ano em que os resultados foram mais fortes.

O ano foi mais um de progresso nos projetos estratégicos que permitirão à Alpargatas dobrar seu tamanho nos próximos anos. Para avançar na meta de tornar-se uma empresa de alto crescimento, gestora de marcas reconhecidas globalmente e com desempenho classe mundial, um importante passo foi dado com a aquisição de 30% do capital da Osklen, concretizada em 4 de março de 2013, uma das marcas mais influentes e inspiradoras no mundo da moda, com lojas no Brasil e exterior. No primeiro semestre de 2014, a Alpargatas poderá exercer a opção de comprar mais 30% da empresa. A operação é relevante para a criação de uma plataforma de moda *lifestyle* de luxo, que será referência no Brasil e exterior. O investimento adiciona ao portfólio uma marca com as mesmas características das da Alpargatas: inovação, modernidade e interação com o consumidor. Traz sinergias em calçados, conhecimento e desenvolvimento de competências no segmento de moda de luxo e também reforça a presença da Companhia no varejo. Ao todo, 518 lojas exclusivas das marcas Havaianas, Topper, Timberland, Osklen, Meggashop e Outlet Alpargatas espalhavam-se pelo mundo no encerramento de 2012.

Para conquistar os consumidores e gerar mais valor, a atuação do varejo é fundamental. No Brasil, o ano foi marcado pela abertura de 70 franquias Havaianas e Timberland. No exterior, foram inauguradas 6 lojas próprias Havaianas em importantes centros consumidores, como Paris, Londres, Roma e Milão.

A inovação – seja na comunicação criativa, no portfólio de produtos, nos diversos canais mundiais de distribuição, seja em qualquer outro ponto de contato com o consumidor – foi a tônica da estratégia de crescimento de vendas e de prestígio das marcas da Alpargatas.

Havaianas completou 50 anos com um legado de aproximadamente 4 bilhões de pares comercializados desde o seu lançamento, em 1962. Nenhuma outra marca nacional de consumo tornou-se tão conhecida mundialmente. Continuou sua trajetória de crescimento no Brasil e no exterior com 228,7 milhões de pares comercializados, quantidade 8,6% superior à de 2011. A coleção global 2012/2013, lançada em junho, colocou no mercado 110 modelos.

Relatório da Administração

Para os artigos esportivos, 2012 foi o período de conquistar mais visibilidade por meio da oferta de calçados para várias modalidades. A Topper manteve-se referência em artigos para futebol durante o ano e estreou no *running* com uma linha de calçados especialmente desenvolvida para esse esporte. A Mizuno, líder em corridas de alta *performance*, ingressou no vôlei, modalidade em que é muito relevante mundialmente. Fortaleceu-se no futebol com o lançamento de modelos de chuteiras. Rainha aplicou com grande sucesso o reposicionamento planejado em 2011 e lançou coleções nas categorias *running* e casual. A Timberland promoveu ajustes em suas linhas de calçados para se adaptar às preferências dos brasileiros, solidificando-se no segmento de artigos para a prática de atividades *outdoor*.

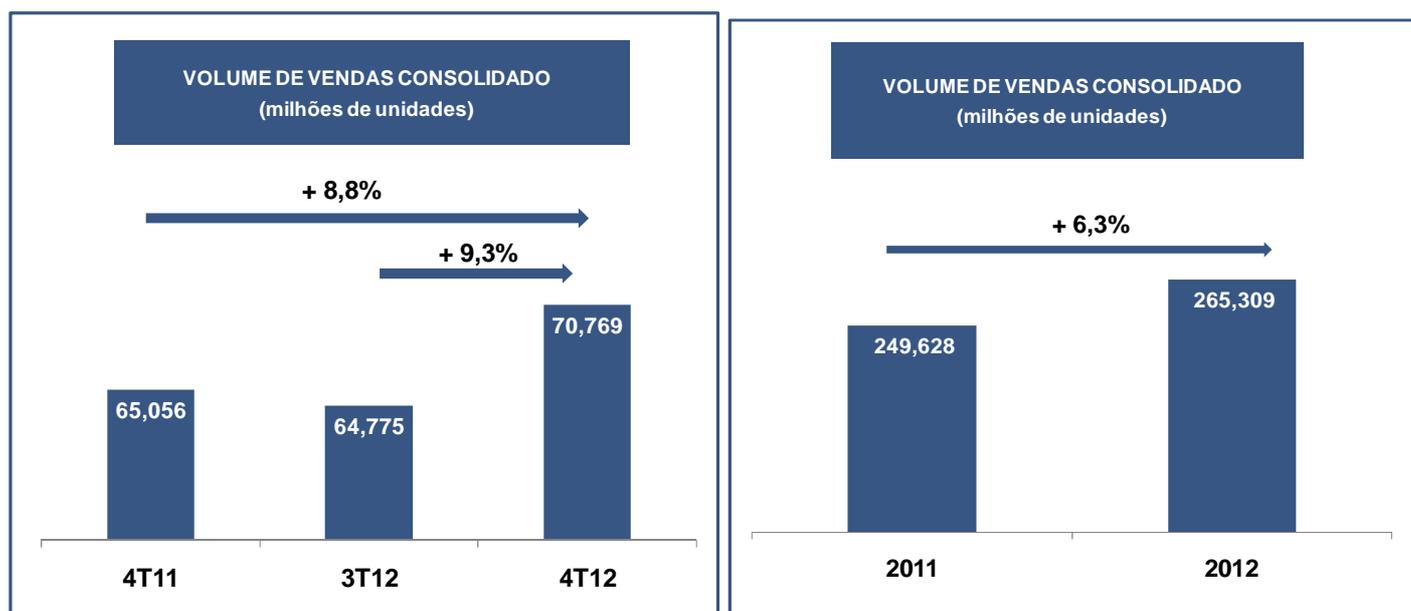
Para assegurar a continuidade do crescimento mundial de Havaianas, houve avanços nas obras da fábrica de sandálias que está em construção em Montes Claros (MG), com investimentos previstos de R\$ 250 milhões. Ao final de 2012, 50% das obras civis já estavam concluídas, o montante investido totalizava R\$ 126,1 milhões, e iniciava-se, simultaneamente, a montagem de equipamentos e a contratação de empregados. Serão 50 mil m² de construção em terreno de 357 mil m², área que garante espaço para a expansão das instalações fabris no futuro. A unidade será inaugurada no segundo trimestre de 2013 e, quando estiver em plena capacidade produtiva, a partir de setembro, terá capacidade anual instalada para produzir 105 milhões de pares de sandálias de borracha.

A Alpargatas chegou ao final de 2012 preparada para capturar as oportunidades que continuam a surgir em seus mercados de atuação, com consistência na execução de sua estratégia de crescimento e na geração de valor para os acionistas.

DESEMPENHO FINANCEIRO CONSOLIDADO

VOLUME DE VENDAS

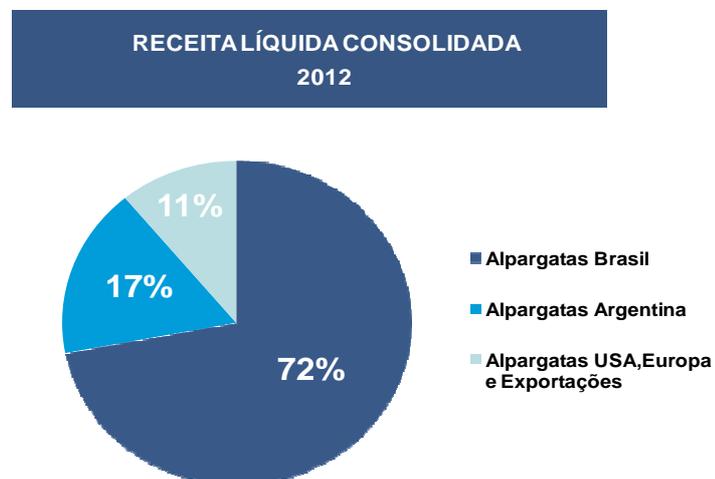
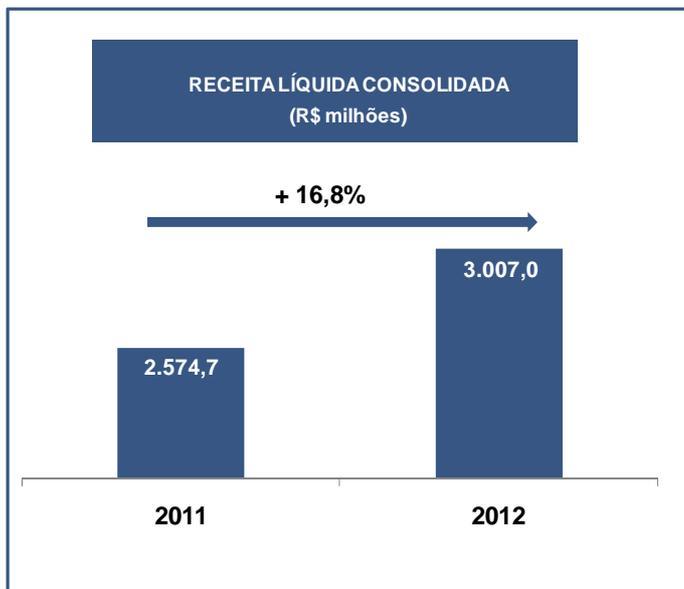
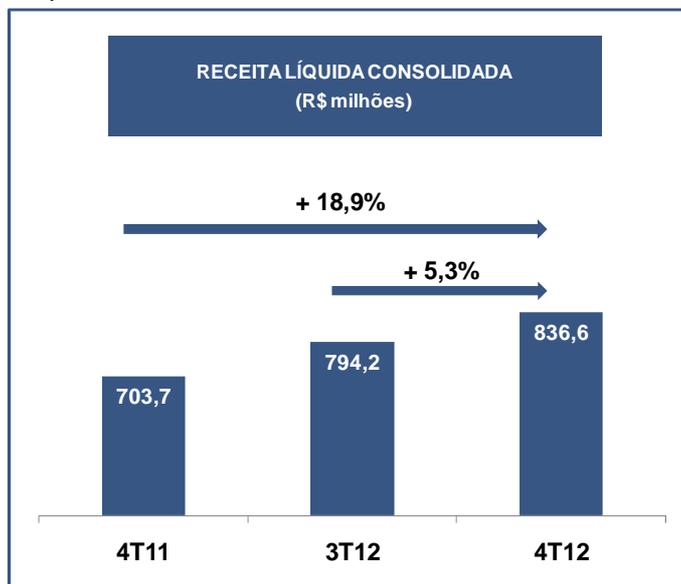
No quarto trimestre de 2012 foram comercializadas 70,769 milhões de unidades de calçados, vestuário e acessórios, quantidade 9,3% superior à do terceiro trimestre de 2012 (3T12) e 8,8% maior que a do quarto trimestre de 2011 (4T11). No ano, o volume consolidado somou 265,309 milhões de unidades, volume 6,3% maior que o de 2011, em consequência dos aumentos dos volumes de sandálias no mercado interno (+7,8%) e no exterior (+8,6%) e do crescimento de 11,8% nas vendas de calçados esportivos no Brasil.



Relatório da Administração

RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida consolidada, de R\$ 836,6 milhões no quarto trimestre de 2012, cresceu 5,3% ante o 3T12 e 18,9%, ante o 4T11. No ano, a receita líquida consolidada alcançou R\$ 3 bilhões, evolução de 16,8% ante 2011. Volume maior no Brasil e no exterior e a eficácia na administração da política comercial e na gestão das vendas proporcionaram bom desempenho em um ano de baixo crescimento da economia brasileira e dos países desenvolvidos.

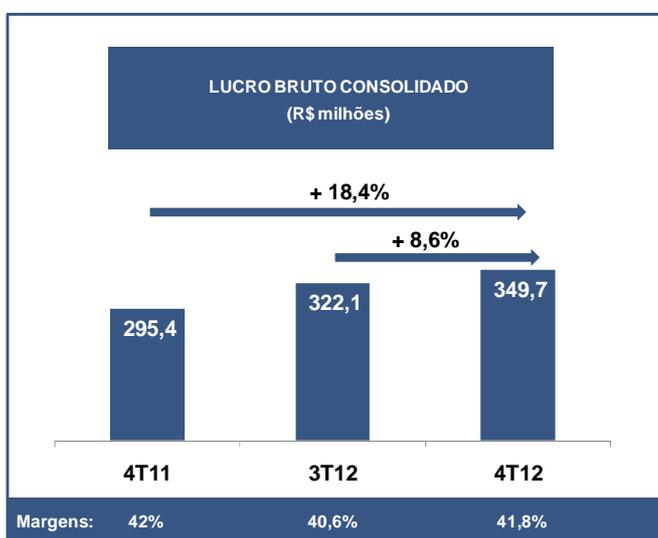


Relatório da Administração

LUCRO E MARGEM BRUTA

No quarto trimestre de 2012, o lucro bruto consolidado acumulou R\$ 349,7 milhões, valor 8,6% mais alto que o do 3T12 e 18,4% maior que o do 4T11. A margem bruta consolidada, de 41,8%, foi 1,2 ponto percentual maior que a do 3T12 e, em relação ao 4T11, ficou praticamente estável. A recuperação de margem no último trimestre de 2012 foi decorrente do aumento da receita consolidada nesse período e da redução no custo médio, em reais, das matérias-primas *commodities* ocorrida em relação ao 3T12. No ano, o lucro bruto consolidado somou R\$ 1.272,8 milhões, montante 10,3% superior ao de 2011. A margem bruta consolidada, de 42,3%, foi 2,5 pontos percentuais menor que a de 2011 devido:

- Ao custo mais elevado das matérias-primas *commodities*. O custo médio da borracha em reais em 2012 foi 10,3% maior que o de 2011;
- Ao aumento do custo dos produtos acabados importados (FOB + câmbio);
- Ao aumento do custo da mão de obra direta; e
- À queda da margem bruta na Argentina.

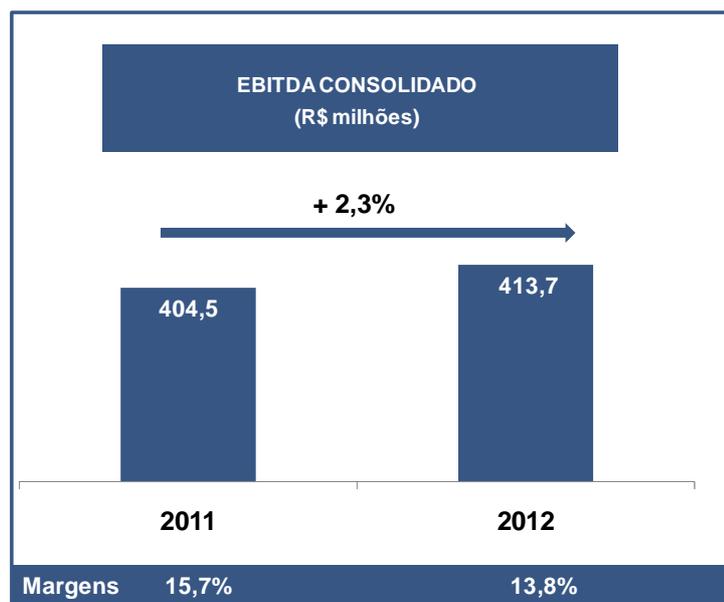
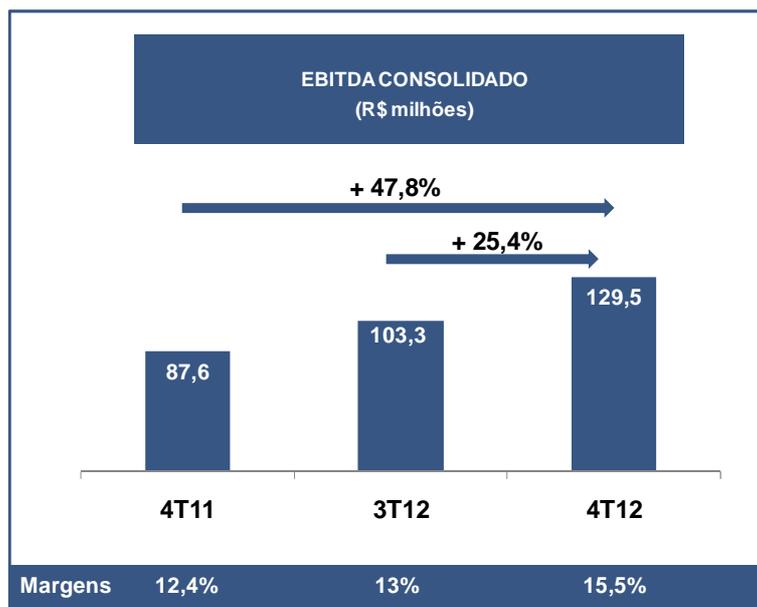


Relatório da Administração

EBITDA

O EBITDA consolidado somou R\$ 129,5 milhões no quarto trimestre de 2012, valor 25,4% maior que o registrado no 3T12, em decorrência do aumento de 33% no EBITDA alcançado nas operações do mercado doméstico. Com isso, a margem recuperou 2,5 pontos percentuais, passando de 13%, no 3T12, para 15,5%, no 4T12. Na comparação com o 4T11, o EBITDA consolidado foi 47,8% superior, e a margem, 3,1 pontos percentuais maior devido à combinação de preços mais altos com *mix* de vendas mais rico no mercado interno e ao aumento de produtividade das despesas operacionais estratégicas no Brasil, na Europa e nos Estados Unidos. No ano, o EBITDA consolidado acumulou R\$ 413,7 milhões, valor 2,3% maior que o de 2011, e a margem, de 13,8%, recuou 1,9 ponto percentual. Maior volume, preço mais alto das sandálias e dos calçados esportivos e *mix* de vendas mais rico contribuíram para o aumento do EBITDA. Além das *commodities*, houve acréscimo durante o ano nas despesas operacionais estratégicas, devido:

- Ao incremento nos gastos com a comunicação das marcas, no Brasil e no exterior, que proporcionou evolução da receita;
- Ao aumento das estruturas comercial e administrativa no Brasil e na Europa, necessárias para suportar a expansão dos negócios; e
- À majoração dos custos dos serviços de terceiros e dos salários em razão da inflação mais elevada, de uma forma mais acentuada na Argentina.



Relatório da Administração

Para o cálculo do EBITDA ajustado, a Companhia exclui o resultado operacional da equivalência patrimonial da Tavex (empresa coligada), as provisões não-operacionais e os gastos com investimentos estratégicos não-recorrentes, porque são itens cuja natureza não interferem na geração potencial de caixa das suas operações.

A seguir está demonstrado o cálculo do EBITDA conforme Instrução CVM 527

	2012	2011	4T12	4T11
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	280,0	307,4	66,3	58,8
(+) I.R. e contribuição social	19,3	31,8	10,5	0,4
(-) Resultado financeiro	(8,1)	(29,0)	(2,0)	(9,2)
(+) Depreciação e amortização	60,2	54,0	15,6	15,0
(+) Resultado financeiro, impostos e depreciações da coligada Tavex	48,6	28,6	30,8	6,9
EBITDA CONFORME INSTRUÇÃO CVM 527	400,0	392,8	121,2	71,9
(+/-) Resultado operacional da coligada Tavex	(5,7)	(22,9)	2,3	(2,5)
(+) Provisões não-operacionais	15,6	19,2	4,8	11,9
(+) Outros itens não-recorrentes – investimentos estratégicos	3,8	15,4	1,2	6,3
EBITDA AJUSTADO	413,7	404,5	129,5	87,6

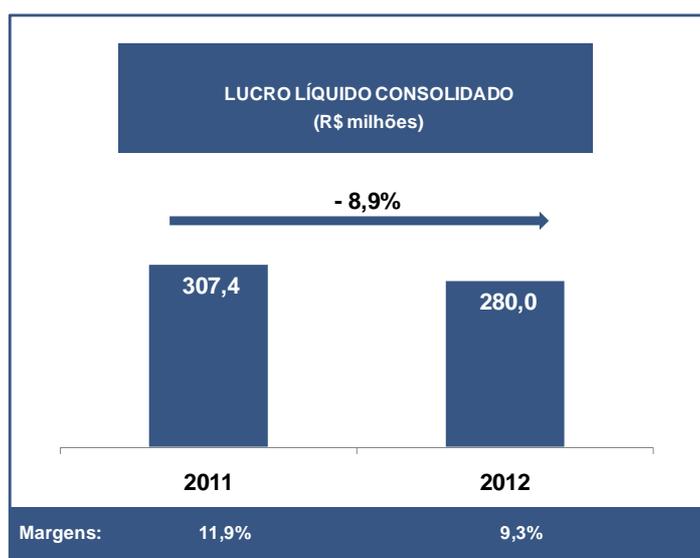
O EBITDA não deve ser considerado uma alternativa ao lucro líquido na qualidade de indicador do desempenho operacional ou ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado, e seu cálculo, na Alpargatas, pode não ser comparável ao realizado por outras companhias. Ainda que o EBITDA não forneça uma medida do fluxo de caixa, a Administração o utiliza para mensurar o desempenho operacional da Sociedade.

Relatório da Administração

LUCRO LÍQUIDO

No quarto trimestre de 2012, a Alpargatas registrou lucro líquido consolidado de R\$ 66,3 milhões, com margem líquida de 7,9%. Esse valor foi 10,5% menor que o do 3T12 devido ao resultado negativo da equivalência patrimonial da Tavex. Na comparação com o 4T11, o lucro líquido foi R\$ 12,8% melhor, em razão do incremento de 47,8% no EBITDA consolidado. A Alpargatas detém 18,7% do capital da Tavex Corporation, maior fabricante mundial de tecidos denim, sediada na Espanha. Essa empresa vem passando por reestruturações operacionais, de forma a ganhar competitividade. Em 2012, a Administração da Tavex revisou o plano financeiro da companhia, de forma a adequá-lo a um cenário mais provável de geração de resultados. Essa revisão indicou a necessidade de ajustar-se a conta de ativos fiscais, possíveis de serem compensados com a geração futura de lucros. O ajuste ao valor recuperável do ativo fiscal, aliado a um resultado operacional negativo, resultou em uma equivalência patrimonial negativa na Alpargatas de R\$ 42,8 milhões, no exercício de 2012, sem efeito caixa.

No ano, o lucro líquido consolidado acumulou R\$ 280 milhões, 8,9% menos que o de 2011, e a margem líquida, de 9,3%, foi 2,6 pontos percentuais inferior. O EBITDA maior e a venda de ativos na Argentina contribuíram positivamente para a melhora do lucro líquido de 2012. Todavia, a equivalência patrimonial negativa da Tavex, que não tem efeito caixa, e a diminuição do resultado financeiro, por causa da queda nas taxas que remuneram a aplicação do caixa, foram fatores que reduziram o lucro do ano.



Relatório da Administração

CICLO DE CONVERSÃO DE CAIXA

No período de um ano, compreendido entre 31/12/2011 e 31/12/2012, o CCC foi reduzido em 2 dias, passando de 53 para 51 dias. A Empresa deu continuidade aos fortes controles gerenciais e evoluiu nos processos financeiros integrados, otimizando as contas circulantes. Os estoques e as contas de clientes aumentaram 1 e 2 dias, respectivamente, em razão, principalmente, da operação na Argentina. O prazo com fornecedores melhorou 5 dias.

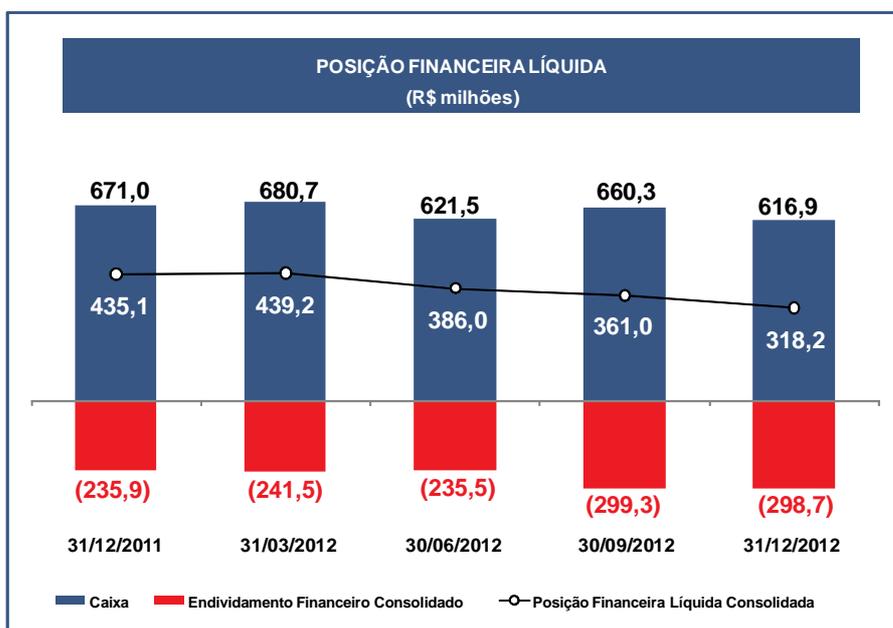
CAIXA

Em 31 de dezembro de 2012, a Alpargatas apresentava saldo de caixa de R\$ 619,9 milhões, ante R\$ 671 milhões em 31 de dezembro de 2011. A geração operacional totalizou R\$ 10,7 milhões. O maior ingresso de caixa nos 12 meses encerrados em 31/12/2012 deveu-se ao EBITDA consolidado, que acumulou R\$ 413,7 milhões. Os desembolsos mais significativos foram: (i) R\$ 197,5 milhões em capital de giro, para apoiar o crescimento dos negócios; (ii) R\$ 205,5 milhões em Capex, que inclui os investimentos na nova fábrica em Montes Claros; e (iii) R\$ 83,9 milhões com a remuneração dos acionistas.

ENDIVIDAMENTO

Em 31 de dezembro de 2012, o endividamento financeiro consolidado da Companhia totalizava R\$ 298,7 milhões, sendo R\$ 134,2 milhões denominados em reais e R\$ 164,5 milhões em moeda estrangeira. A fábrica de sandálias que está sendo construída em Montes Claros (MG) é um empreendimento estratégico relevante que suportará o crescimento mundial das vendas de Havaianas. No ano, foram contratados empréstimos e financiamentos, junto ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e ao BNDES linha Finame, que somam R\$ 187,3 milhões para serem usados no projeto. As taxas de juros são pré-fixadas em 2,5% ao ano, custo muito competitivo que otimiza a estrutura de capital da Companhia. O prazo de pagamento é de 10 anos, com carência de 2 anos. A liberação dos R\$ 187,3 milhões, pelos agentes financiadores, ocorrerá em sua totalidade ao longo de 2013.

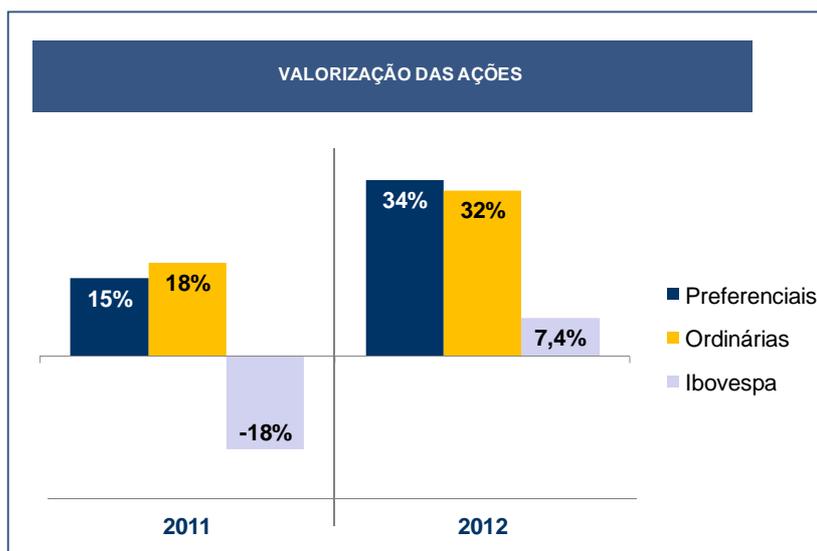
Subtraindo-se o endividamento do saldo de caixa, a posição financeira líquida, em 31 de dezembro de 2012, somava R\$ 318,2 milhões, reforçando a solidez financeira da Alpargatas.



Relatório da Administração

MERCADO DE CAPITAIS E REMUNERAÇÃO DOS ACIONISTAS

As ações preferenciais (ALPA4) encerraram o ano cotadas a R\$ 15,10, valor 34% maior que o de 31 de dezembro de 2011. As ordinárias (ALPA3), ao preço de R\$ 14,70, valiam 32% mais, na mesma comparação. Em 2012, o Ibovespa valorizou-se 7,4%. A comunicação mais ativa com o mercado de capitais e a maior proximidade com investidores contribuíram para o bom desempenho das ações da Alpargatas na bolsa de valores em um ano de forte volatilidade no mercado acionário mundial. Em 31 de dezembro de 2012, o valor da Companhia na BM&FBovespa era de R\$ 5,7 bilhões, ante R\$ 4,3 bilhões na mesma data em 2011.

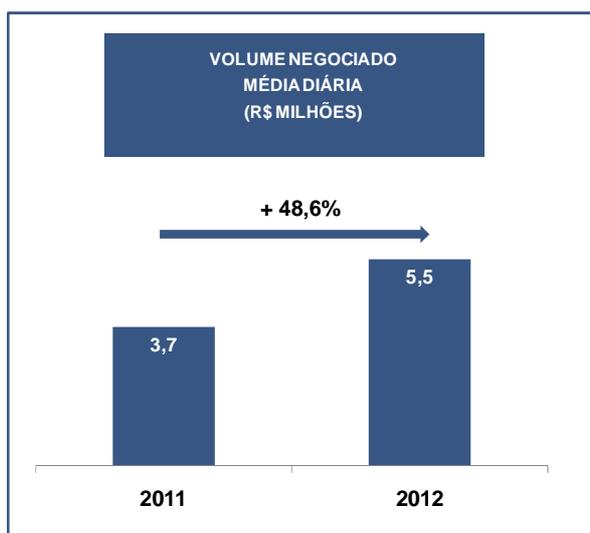


O volume médio diário de negociação foi de R\$ 5,5 milhões em 2012, aumento de 48,6% em relação a 2011.

A Alpargatas incrementou a remuneração dos acionistas com pagamento recorde de juros sobre o capital próprio (JCP) e dividendos, mesmo com o impacto no lucro líquido causado pela equivalência patrimonial da Tavex. Em 2012 foram pagos R\$ 85 milhões na forma de JCP e, em 17/04/2013, serão pagos dividendos complementares de R\$ 25,3 milhões, totalizando R\$ 110,3 milhões, referentes ao exercício. O valor representa 82,5% do lucro líquido distribuível (sem a reserva para incentivos fiscais) ou 39,4% do lucro total.

Adicionalmente ao pagamento de JCP e dividendos, a Administração da Companhia irá propor a distribuição de bonificação de ações. Desse modo, o Conselho de Administração autorizou a inclusão, nas matérias a serem votadas na Assembleia Geral Extraordinária de acionistas que se realizará em 24 de abril, do aumento do capital social da Companhia mediante a utilização de R\$ 62,4 milhões provenientes da Reserva de Investimentos de 2007, com a emissão de 38.880.147 ações, sendo 19.967.649 ordinárias e 18.912.498 preferenciais. Se aprovada a matéria, as ações serão distribuídas em bonificação aos acionistas de acordo com suas respectivas participações no capital da Empresa. O Edital de Convocação da AGE conterá todas as informações necessárias para o entendimento do assunto.

Relatório da Administração



VALOR ADICIONADO

Em 2012, a Alpargatas gerou um valor adicionado de R\$ 1,5 bilhão, distribuído da seguinte forma:



RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A Alpargatas investe continuamente na harmonização das três dimensões de seu negócio – econômica, social e ambiental – por entender que essa é a maneira mais eficiente de crescer de forma sustentável e contribuir para a inclusão social e qualidade de vida das futuras gerações. Em 2012, os investimentos em capacitação, desenvolvimento e educação contribuíram para melhorar ainda mais o desempenho dos empregados. Foram ministradas 33,3 mil horas de treinamento, 19% mais do que o ano anterior. O Programa de Participação nos Resultados, alinhado ao plano operacional e estratégico da Companhia, possibilitou a distribuição de R\$ 35,6 milhões a todos os empregados, sob forma de incentivo no curto prazo. O Programa de *Stock Options*, que concede opções de compra de ações preferenciais aos diretores, com o objetivo de retê-los e incentivá-los a contribuir para os resultados e as metas da Companhia, foi estendido a

Relatório da Administração

outros cargos. Com patrimônio de R\$ 207,6 milhões, o fundo de previdência privada dos empregados da Alpargatas atingiu a rentabilidade líquida de 15% no ano, superando a meta atuarial.

A Alpargatas mantém uma política de contratação de portadores de necessidades especiais. Durante o ano, dedicou-se à continuidade do mapeamento de funções que podem ser ocupadas por profissionais nessas condições. Ao final do exercício, 421 empregados com esse perfil trabalhavam nas instalações da Companhia.

O Instituto Alpargatas é o braço de responsabilidade social da Empresa. Seus programas educacionais e esportivos beneficiaram mais de 416 mil crianças, adolescentes e jovens em dez cidades do Nordeste nos últimos nove anos. Também contribuiu para a melhoria do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), o que lhe valeu reconhecimento, prêmios e menções por parte de órgãos públicos. Ao longo do ano, 63 mil alunos tiveram a possibilidade de praticar diferentes modalidades esportivas com materiais cedidos pelas marcas da Alpargatas. No âmbito do Programa de Educação pela Cultura – Ação Pós-Escola, foram desenvolvidos, em parceria com ONGs, 22 projetos que beneficiaram 116 instituições e 5,5 mil estudantes, em três cidades paraibanas.

O Instituto Alpargatas foi contemplado com o prêmio “Ser Humano 2012”, conferido pela Associação Brasileira de Recursos Humanos, entre outros reconhecimentos e menções honrosas concedidos por organizações privadas e entidades públicas.

A Alpargatas opera com foco na prevenção de danos ambientais e à saúde, o que passa por melhorias contínuas em seus processos produtivos, de forma a intensificar a qualidade de vida dos empregados, das comunidades e das gerações futuras. Para fazer jus a esse entendimento, foram investidos R\$ 12,3 milhões na adoção, continuidade e ampliação de iniciativas nas áreas de Segurança no Trabalho, Saúde Ocupacional e Meio Ambiente, montante 55% maior que o de 2011.

Entre as várias ações realizadas durante o ano destacaram-se a continuidade na execução de melhorias nas proteções de máquinas e equipamentos; treinamentos em segurança do trabalho e educação ambiental; formação e treinamentos para brigadas de emergência e de primeiros socorros; avaliação de agentes ambientais e ergonômicos nos locais de trabalho; controle da geração e destinação de resíduos; monitoramento de efluentes industriais e manutenção de esgoto sanitário e industrial.

SERVIÇOS PRESTADOS PELOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381/03, a Alpargatas S.A. informa que, em 2012, não contratou outros serviços da Ernst & Young Terco que não os de revisão das informações trimestrais e auditoria das demonstrações financeiras anuais. Os dados não financeiros, como volumes, quantidade, preços médios, cotações médias, em reais e em dólares, não foram objeto de revisão pelos auditores independentes. A Alpargatas contratou, durante o ano de 2012, os serviços da empresa Axia que foi adquirida, em dezembro de 2012, pela Ernst & Young Terco. A Alpargatas avaliou os possíveis impactos sobre a independência dos serviços de auditoria prestados e não identificou conflitos.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

De acordo com o artigo 25, parágrafo 1º, item 5 da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras do exercício do 2012 da Alpargatas S.A. e com o relatório de revisão dos auditores independentes.

Relatório da Administração

PERSPECTIVA

A Alpargatas inicia um novo exercício confiante de possuir bases sólidas para continuar sua trajetória de sucesso. Em 2013, acredita na continuidade do ritmo do consumo, motor da expansão econômica dos últimos anos. Com marcas que cada vez mais dominam seus mercados de atuação por meio de produtos inovadores, continuará a capturar a demanda e, conseqüentemente, incrementar o volume e a receita e ganhar participação de mercado.

Prosseguirá investindo nos projetos que têm suportado a estratégia de crescimento de suas marcas. A expansão da capacidade de produção, com a inauguração da fábrica de sandálias em Montes Claros, permitirá à Empresa atender mais rapidamente a crescente demanda por Havaianas no Brasil e no exterior, principalmente na Ásia. A otimização do *footprint* fabril e a revisão do modelo logístico tornarão mais competitivas as operações e melhorarão ainda mais a produtividade, traduzindo-se em maior rentabilidade. Em Artigos Esportivos, o plano é intensificar as ações de diferenciação, baseadas na ampliação da oferta de produtos para novas categorias visando conquistar mais participação de mercado, especialmente na Copa do Mundo, em 2014, e nas Olimpíadas, em 2016. Assim, Topper ampliará seu nome no futebol e crescerá no *running* e no *rugby*, no Brasil, e na linha de calçados casuais, na Argentina. Rainha ganhará escala com novas tecnologias, fortalecendo-se no mercado brasileiro de artigos esportivos de médio valor. Mizuno continuará a liderar o segmento *running performance* com novos tênis para corrida, e avançará no futebol e no vôlei. A Companhia vai ainda acelerar a expansão do varejo, com abertura de lojas exclusivas no Brasil e exterior, principalmente de Havaianas. Iniciará a integração com a Osklen, o que resultará na troca de competências necessárias para se fortalecer no negócio de moda de luxo. As aquisições de marcas não se limitarão à Osklen. A ideia é buscar outras oportunidades nos segmentos de vestuário e calçados que possam impulsionar ainda mais o crescimento.

O custo das matérias-primas *commodities*, em especial a borracha, deverá apresentar volatilidade menor em 2013, situando-se em nível mais baixo que a média de 2012. Esse fato, associado (i) ao foco na gestão de custos, com economias em todas as etapas dos processos de fabricação, e nas despesas gerais de fabricação; (ii) ao rígido controle das despesas operacionais e; (iii) a melhoria de margens na Argentina, deverá resultar em geração de valor mais acelerada em 2013.

A Alpargatas continuará a ser ágil, sempre atenta a oportunidades que impulsionem seus negócios. O propósito é crescer sem deixar de lado a Empresa que todos conhecem: inovadora, admirada, respeitada. Mais ainda: inspiradora de projetos, que se preocupa com a qualidade de vida das pessoas, respeita o meio ambiente e mantém os princípios de sustentabilidade.

A meta a ser atingida é fazer da Alpargatas uma grande multinacional brasileira, vencedora e cheia de garra.

São Paulo, 15 de março de 2013
Conselho de Administração

Notas Explicativas

ALPARGATAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional

1.1. Considerações gerais

A Alpargatas S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto com sede em São Paulo, capital, na Avenida Doutor Cardoso de Melo, 1.336 e registrada na Bolsa de Valores de São Paulo - BMF&BOVESPA com o código de negociação “ALPA4” e “ALPA3”.

Em 26 de abril de 2011, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a alteração da razão social da Companhia de São Paulo Alpargatas S.A., para Alpargatas S.A..

Suas atividades e de suas controladas (doravante coletivamente denominadas “Grupo Alpargatas” ou “Grupo”) são a fabricação e comercialização de calçados e respectivos componentes; artigos de vestuário; artefatos têxteis e respectivos componentes; artigos de couro, de resina e de borracha natural ou artificial e artigos esportivos.

As controladas diretas e indiretas e a coligada, por meio das quais a Companhia mantém operações no Brasil e no exterior, estão descritas na nota explicativa nº 6.

1.2. Aumento de participação na controlada Alpargatas S.A.I.C. - Argentina.

Para os detalhes do processo de aquisição e aumento de participação na controlada Alpargatas S.A.I.C. - Argentina, vide nota explicativa nº 14.

1.3. Reorganização societária na controlada Alpargatas S.A.I.C. – Argentina

Com o objetivo de simplificar a estrutura societária da Alpargatas S.A.I.C. – Argentina, gerando sinergias e uma maior eficiência, o Conselho de Administração da controlada aprovou em reunião do dia 20 de dezembro de 2011 uma reorganização societária para incorporação de oito subsidiárias. A reorganização efetivou-se a partir de 1º de abril de 2012 e de acordo com as condições e efeitos previstos nos art. 82 a 87 da Lei 19.550 de Sociedades Comerciais da Argentina, das normas da “*Comisión Nacional de Valores – CNV*”, do “*Reglamento de Comercio de Buenos Aires – BCBA*” e demais normas legais regulatórias aplicáveis.

A reorganização societária foi aprovada pelas Assembleias Extraordinárias de 25 de abril de 2012 e 26 de abril de 2012.

2. Base de elaboração das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil; e

Notas Explicativas

- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas e coligada pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária brasileira vigente. Desta forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando conforme as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações financeiras separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo; entretanto, a equivalência patrimonial é determinada pela legislação societária brasileira.

2.2. Bases de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto, quando aplicável, por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

3. Principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas de maneira consistente com as práticas contábeis descritas para todos os exercícios apresentados e para as demonstrações financeiras individuais (BR GAAP) e consolidadas (BR GAAP e IFRS):

a) Princípios gerais e critério de reconhecimento de receita

Ativos, passivos, receitas e despesas são apurados de acordo com o regime de competência. A receita de vendas é reconhecida na demonstração do resultado quando: (i) os riscos e benefícios inerentes aos produtos e às mercadorias vendidos são transferidos aos compradores; (ii) quando for provável o recebimento dos valores devidos à Companhia; e (iii) quando não houver mais nenhum envolvimento da Administração com os produtos/mercadorias. A receita de vendas é apresentada líquida de deduções, incluídos os impostos calculados sobre as vendas.

b) Reconhecimento de incentivos fiscais - subvenções para investimentos

A receita decorrente de incentivos fiscais, recebida sob a forma de ativo monetário, é reconhecida no resultado quando recebida em contraposição de custos e investimentos incorridos pela Companhia e por suas controladas nas localidades onde o incentivo fiscal é concedido.

A subvenção para investimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS dos Estados da Paraíba e de Pernambuco é registrada a crédito na rubrica "Impostos incidentes sobre as vendas" e a subvenção para investimento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ é registrada a crédito na rubrica "Imposto de renda e contribuição social - correntes". Posteriormente, quando do encerramento do exercício, são destinados à rubrica "Reservas de capital - incentivos fiscais - subvenção para investimentos", no patrimônio líquido.

Conforme descrito na nota explicativa nº 7, a Companhia e sua controlada CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias reconhecem os incentivos referentes às subvenções dos Estados da Paraíba e de Pernambuco mensalmente na apuração do ICMS das unidades operacionais localizadas naqueles Estados, uma vez que não existem condições nem compromissos adicionais a serem previamente atendidos para o reconhecimento do incentivo.

Notas Explicativas

c) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

(i) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos temporários com prazos de vencimento e carência de até 90 dias, contados da data da aplicação, ou com vencimentos acima de 90 dias, mas considerados de liquidez imediata, pois há intenção e possibilidade de serem resgatados no curto prazo, com o próprio emissor, por um montante de caixa com insignificante risco de mudança de valor. Os investimentos temporários são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

(ii) Aplicações financeiras

Compreendem os investimentos financeiros com prazos de vencimento e carência superiores a 90 dias da data da aplicação ou com prazos de vencimento superior a 90 dias, mas com impossibilidade de resgate antecipado sem risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

d) Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual é constituída considerando-se a avaliação individual dos créditos, a análise da conjuntura econômica e o histórico de perdas registradas em exercícios anteriores por faixa de vencimento, em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia e de suas controladas para cobertura de prováveis perdas na realização conforme os valores demonstrados na nota explicativa nº 9.

Pelo fato de as contas a receber serem liquidadas normalmente em um prazo médio inferior a 60 dias, os valores contábeis representam substancialmente os valores justos nas datas dos balanços.

e) Estoques

São registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, ajustados ao valor de mercado e das eventuais perdas, quando aplicável. Os detalhes estão divulgados na nota explicativa nº 10.

f) Arrendamentos

São classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para a Companhia e suas controladas.

A classificação dos contratos de arrendamento financeiro é realizada no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesa do exercício pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Os arrendamentos financeiros são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento financeiro é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros a apropriar, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa efetiva de juros constante sobre o

Notas Explicativas

saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas no passivo circulante e no não circulante de acordo com o prazo do arrendamento. O bem do imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil-econômica do ativo, conforme as taxas mencionadas na nota explicativa nº 15.

g) Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados durante o período de construção, para os casos de ativos qualificáveis, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável de ativos para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização. A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem, conforme taxas demonstradas na nota explicativa nº 15. A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

O saldo do imobilizado inclui todos os gastos alocáveis aos bens durante a sua fase de construção e/ou a fase de testes pré-operacionais dos bens.

Conforme mencionado no item “f)”, os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia e de suas controladas, originados de operações de arrendamento do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

h) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável acumulado. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável.

Compreendem: (i) marcas; (ii) cessão de direito de uso comercial; (iii) licenças de uso de sistemas computadorizados (softwares), incluindo os correspondentes gastos com implementação; (iv) carteiras de clientes adquiridas de terceiros; e (v) ágio na aquisição de controladas (no consolidado). Os ativos com vida útil definida são amortizados de acordo com os prazos descritos na nota explicativa nº 15. Os ativos intangíveis sem vida útil definida compostos substancialmente pelos valores dos ágios pagos na aquisição de controladas foram amortizados até 31 de dezembro de 2008 considerando o prazo de dez anos e passaram, a partir de 1º de janeiro de 2009, a ser anualmente avaliados quanto à sua capacidade de recuperação (“impairment”) e/ou quando indícios de não recuperação se fizerem presentes (vide detalhes das premissas na nota explicativa nº 15).

As licenças de uso de sistemas computadorizados (“softwares”), incluindo os correspondentes gastos com implementação e de sistemas de gestão empresarial adquiridos, são capitalizadas e amortizadas também conforme as taxas descritas na nota explicativa nº 15, e os gastos associados à manutenção destas são reconhecidos como despesas, quando incorridos.

Notas Explicativas

Os gastos com aquisição e implementação de sistemas de gestão empresarial são capitalizados como ativo intangível quando é provável que os benefícios econômicos futuros por eles gerados serão superiores ao seu respectivo custo, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica. Os gastos com desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada. As despesas relacionadas à manutenção de software são reconhecidas no resultado do exercício, quando incorridas.

As marcas e patentes adquiridas separadamente são demonstradas pelo custo histórico. As marcas e patentes adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição, uma vez que têm vida útil definida e são registradas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear, com base nas taxas demonstradas na nota explicativa nº 15.

Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos

São registrados como despesa do exercício, quando incorridos. Os detalhes estão divulgados na nota explicativa nº 15.

i) Aquisições de controladas efetuadas anteriormente à data de transição para as IFRSs

Em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente à Lei nº 11.638/07, a diferença entre o valor pago e patrimônio líquido da empresa controlada adquirida era contabilizada como ágio, tendo como fundamento econômico e expectativa de rentabilidade futura do negócio adquirido, e amortizada conforme vida útil determinada na ocasião. A partir de 1º de janeiro de 2009, o saldo do ágio deixou de ser amortizado para fins contábeis e passou a ser avaliado por sua perspectiva de realização, conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 01/IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. A Companhia adotou a opção oferecida pela norma IFRS 01 - Primeira Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro e não ajustou o ágio sobre as aquisições de empresas controladas realizadas anteriormente a 1º de janeiro de 2009, mantendo essas aquisições pelos seus valores contábeis na data de transição, em conformidade com a norma IFRS 01.

j) Avaliação do valor recuperável dos ativos (exceto ágio)

A Companhia e suas controladas analisam anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado (redução ao valor recuperável dos ativos). Caso tais evidências estejam presentes, estima-se o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (i) seu valor justo menos os custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (ii) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, é reconhecida a redução (provisão) do saldo contábil desse ativo ("impairment").

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs).

k) Avaliação do valor recuperável do ágio

Com o objetivo de testar as perdas do valor recuperável, a Administração definiu que as UGCs correspondem a cada segmento de negócio, no qual o ágio foi alocado, e são submetidas a testes de perda do valor recuperável anualmente, ou mais frequentemente, quando houver indicação de que a UGC possa ter perdido o seu valor recuperável. Se o valor recuperável da UGC for inferior ao seu valor contábil, é primeiramente alocado para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e posteriormente aos outros ativos da unidade pelo critério "pro rata" com base no valor contábil de cada ativo na unidade. Uma perda do valor recuperável reconhecida para ágio não é revertida em um período subsequente. Na alienação de uma controlada, o valor do ágio atribuível, quando existente, é incluído na determinação do resultado da alienação.

Notas Explicativas

l) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

É reconhecida quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

É atualizada até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia e de suas controladas. Os fundamentos e a natureza da provisão e das contingências estão descritos na nota explicativa nº 22.

m) Tributação

m.1) Tributação sobre as vendas

As receitas de vendas no mercado interno estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições às alíquotas básicas:

- Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS - 7% a 18% (i).
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS - 7,65% (ii).
- Programa de Integração Social - PIS - 1,65% (ii).
- Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - 1,5%.

(i) A Companhia e sua controlada CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias possuem incentivos de subvenção para investimento de ICMS conforme detalhes demonstrados na nota explicativa nº 7.

(ii) Os créditos decorrentes do regime de não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados como redutoras do custo das mercadorias e dos produtos vendidos na demonstração do resultado do exercício.

As vendas são apresentadas na demonstração do resultado do exercício pelo valor líquido dos respectivos impostos e contribuições (receita operacional líquida).

m.2) Tributação sobre o lucro

Impostos correntes

A provisão para imposto sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas tributáveis ou despesas dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto sobre a renda é calculada individualmente por Empresa do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim de cada exercício, sendo, exceto pelas controladas localizadas no exterior, em que são observadas as alíquotas fiscais válidas para cada um dos países em que se situam essas controladas, o imposto de renda e a contribuição social da Companhia e das controladas no Brasil calculados, respectivamente, às alíquotas de 25% e 9%. As controladas Alpargatas Imobiliária Ltda. e Fibrasil Agrícola e Comercial Ltda. apuram o imposto de renda e a contribuição social de acordo

Notas Explicativas

com a sistemática do lucro presumido, levando-se em consideração as alíquotas e a legislação em vigor nas datas dos balanços.

A despesa de imposto de renda e contribuição social - correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados nas datas dos balanços, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando aplicável, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

Impostos diferidos

O imposto sobre a renda diferido ("imposto diferido") é reconhecido sobre as diferenças temporárias nas datas dos balanços entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada nas datas dos balanços e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente nas datas dos balanços, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, nas datas dos balanços, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

Imposto sobre a renda corrente e diferido

É reconhecido como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando está relacionado a itens registrados diretamente em outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido, caso em que o imposto também é reconhecido diretamente em outros resultados abrangentes ou no patrimônio líquido, ou quando ele é originado da contabilização inicial de uma combinação de negócios. No caso de uma combinação de negócios, quando aplicável, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

Os detalhes estão divulgados na nota explicativa nº 12.

n) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da controladora e de cada uma das controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são mensurados com base na moeda funcional de cada uma dessas empresas, que representa a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas operam.

Notas Explicativas

Para fins das demonstrações financeiras consolidadas, os resultados e os saldos patrimoniais de cada Empresa do Grupo são convertidos para reais, que é a moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia.

Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia (reais) utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas dos balanços. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício.

Conversão

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, as demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa e todas as outras movimentações de ativos e passivos são convertidas para reais à taxa de câmbio média, tomando como base um valor próximo da taxa cambial vigente na data das correspondentes transações. As contas do balanço patrimonial são convertidas para reais às taxas de câmbio nas datas dos balanços.

Os efeitos das variações da taxa de câmbio durante o exercício, sobre o patrimônio líquido no início do exercício, são registrados como uma movimentação do patrimônio líquido, da mesma forma que a diferença entre o lucro acumulado do exercício é registrada à média das taxas de câmbio e às taxas de câmbio do fim do exercício. As diferenças cambiais acumuladas resultantes são demonstradas como um componente separado no patrimônio líquido - "Ajuste de avaliação patrimonial". No caso de alienação total ou parcial de uma participação em uma Empresa do Grupo, mediante venda ou como resultado de pagamento de capital, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração do resultado como parte do ganho ou da perda na alienação do investimento.

o) Instrumentos financeiros

Classificação

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia e por suas controladas são classificados sob as seguintes categorias, nos casos aplicáveis: (i) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) ativos financeiros mantidos até o vencimento; (iii) ativos financeiros disponíveis para venda; e (iv) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos ou contratados.

Ativos financeiros

(i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente, no curto prazo. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante.

Quando aplicável, nessa categoria são classificados unicamente os instrumentos financeiros derivativos. Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, nas rubricas "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras". Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a Companhia e suas controladas não possuíam instrumentos financeiros registrados nas demonstrações financeiras classificados nessa categoria.

Notas Explicativas

(ii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais. Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a Companhia e suas controladas não possuíam instrumentos financeiros registrados nas demonstrações financeiras classificados nessa categoria.

(iii) Ativos financeiros disponíveis para venda

Quando aplicável, são incluídos nessa categoria os ativos financeiros não derivativos, como títulos e/ou ações cotados em mercados ativos ou não cotados em mercados ativos, mas que possam ter seus valores justos estimados razoavelmente. Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, no caso da Companhia e de suas controladas, compreendem o caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto prazo (nota explicativa nº 8).

(iv) Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 compreendem contas a receber de clientes (nota explicativa nº 9) e saldos a receber de partes relacionadas (nota explicativa nº 21).

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São classificados sob essa denominação quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado.

Outros passivos financeiros

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros. Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, são representados por empréstimos e financiamentos bancários (nota explicativa nº 17), saldos a pagar a fornecedores (nota explicativa nº 16) e obrigações negociadas da controlada Alpargatas S.A.I.C. - Argentina (nota explicativa nº 18), os quais, exceto pelo saldo a pagar a fornecedores, são apresentados pelo valor original, acrescido de juros e variações monetárias e cambiais incorridos até as datas dos balanços.

Método da taxa efetiva de juros

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e valores pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa efetiva de juros, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

Mensuração

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros

Notas Explicativas

a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado em "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", respectivamente, no período em que ocorrem.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos e atividades de "hedge"

Quando aplicável, as operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Companhia e por suas controladas, são mensuradas ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício, quando não designadas em uma contabilidade de "hedge". Os valores nominais das operações com instrumentos financeiros derivativos não são registrados no balanço patrimonial. Os resultados líquidos não realizados dessas operações, apurados pelos valores justos de mercado, são registrados ao resultado pelo regime de competência, tendo como contrapartida as contas do ativo e passivo circulantes.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado pela tesouraria da Companhia com base nas informações de cada operação contratada e em suas respectivas informações de mercado nas datas dos balanços, tais como taxa de juros e cupom cambial. Nos casos aplicáveis, tais informações são comparadas com as posições informadas pelas mesas de operação de cada instituição financeira envolvida.

p) Remuneração com base em ações

O valor justo das opções de compra de ações concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método linear como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. No fim de cada exercício, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos, sendo o impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, reconhecido no resultado do exercício, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido na rubrica "Opções outorgadas reconhecidas", que registrou o benefício aos empregados, em conformidade com os critérios do pronunciamento técnico CPC 10/IFRS 02 - Pagamento Baseado em Ações.

q) Participação nos resultados

A Companhia e suas controladas reconhecem um passivo e uma despesa de participação nos resultados por parte dos funcionários, a qual é vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. A Companhia e suas controladas reconhecem uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada.

r) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Quando aplicável, a proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio, efetuada pela Administração da Companhia, que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos e juros sobre o capital próprio", por ser

Notas Explicativas

considerada como uma obrigação estatutária prevista no estatuto social da Companhia; entretanto, nos casos aplicáveis, a parcela dos dividendos e juros sobre o capital próprio superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem as demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações financeiras, é registrada na rubrica "Dividendo adicional proposto", no patrimônio líquido, sendo seus efeitos divulgados em nota explicativa.

Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido. Para fins tributários, são tratados como despesas financeiras reduzindo a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social.

s) Benefícios a empregados e ganhos e perdas atuariais do plano de pensão

Os custos associados às contribuições efetuadas pela Companhia e por suas controladas aos planos de pensão são reconhecidos como despesa no resultado quando os serviços que concedem o direito a esses benefícios são prestados (regime de competência). Os ganhos e as perdas atuariais apurados no plano de extensão de assistência médica a funcionários são reconhecidos no resultado em conformidade com os critérios do pronunciamento técnico CPC 33/IAS 19 - Benefícios a Empregados, baseando-se em cálculo atuarial elaborado por atuário independente, conforme detalhes divulgados na nota explicativa nº 29.

t) Lucro líquido por ação

Apresentado como básico e diluído, conforme descrito na nota explicativa nº 36.

u) Ativo mantido para venda e resultado de operações descontinuadas

A Companhia classifica um ativo como mantido para venda se o seu valor contábil será recuperado por meio de transação de venda. Para que este seja o caso, o ativo mantido ou o grupo de ativos mantidos para venda deve estar disponível para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda de tal ativo. Com isso, a sua venda deve ser altamente provável.

Para que a venda seja altamente provável, a Administração deve estar comprometida com o plano de venda do ativo, e deve ter sido iniciado um programa firme para localizar um comprador e concluir o plano. Além disso, o ativo mantido para venda deve ser efetivamente colocado à venda por preço que seja razoável em relação ao seu valor justo corrente. Ainda, deve-se esperar que a venda seja concluída em até um ano a partir da data da classificação como mantido para venda.

O grupo de ativos mantidos para venda é mensurado pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos despesas de venda. Caso o valor contábil seja superior ao seu valor justo, uma provisão para ajuste ao valor recuperável é reconhecida em contrapartida ao resultado. Qualquer reversão ou ganho somente será registrado até o limite da perda reconhecida.

A depreciação do ativo mantido para venda cessa quando o ativo é designado como mantido para venda.

v) Informações por segmento

São apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é representado pelo Diretor Presidente. Os detalhes estão divulgados na nota explicativa nº 25.

Notas Explicativas

w) Prática contábil aplicável somente às demonstrações financeiras individuais - Investimentos

Os investimentos em controladas e coligada são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os detalhes estão divulgados na nota explicativa nº 14.

x) Investimentos em coligadas

O investimento da Companhia em sua coligada é contabilizado com base no método da equivalência patrimonial. Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na coligada é contabilizado no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na coligada. O ágio relacionado com a coligada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Em função de o ágio fundamentado em rentabilidade futura (goodwill) integrar o valor contábil do investimento na coligada (não é reconhecido separadamente), ele não é testado separadamente em relação ao seu valor recuperável.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações da coligada. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio da coligada, a Companhia reconhece sua parcela nas variações ocorridas e divulga esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre o Grupo e a coligada, são eliminados de acordo com a participação mantida na coligada.

A participação societária na coligada é demonstrada na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da coligada.

As demonstrações financeiras da coligada são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o Grupo. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pelo Grupo.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua coligada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na coligada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

Quando ocorrer perda de influência significativa sobre a coligada, a Companhia avalia e reconhece o investimento neste momento a valor justo. É reconhecida no resultado qualquer diferença entre o valor contábil da coligada no momento da perda de influência significativa e o valor justo do investimento remanescente e resultados da venda.

y) Demonstração do valor adicionado ("DVA")

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa),

Notas Explicativas

pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das mercadorias e dos produtos vendidos e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, considerando os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4. Principais julgamentos, estimativas e premissas contábeis

Na aplicação das práticas contábeis, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis:

a) Reconhecimento da receita de vendas

Para fazer esse julgamento, a Administração levou em consideração o critério detalhado de reconhecimento da receita oriunda da venda de produtos e, em particular, se a Companhia e suas controladas haviam transferido ao comprador os principais riscos e benefícios da propriedade dos produtos.

b) Imposto de renda e contribuição social - diferidos

A Companhia e suas controladas reconhecem ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. A Administração revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica.

c) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa nº 22. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que a provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas está corretamente apresentada nas demonstrações financeiras.

d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para perdas na realização de créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no critério descrito na nota explicativa nº 3.d).

Notas Explicativas

e) Provisão para perdas com estoques de giro lento e fora de linha

A provisão para perdas com estoques de giro lento e fora de linha é constituída com base em política definida pela Administração que leva em consideração a previsão de vendas futuras e o saldo de estoques existentes nas datas dos balanços.

f) Planos de pensão e de assistência médica

O valor atual dos planos de pensão e de assistência médica depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que atualizam uma série de premissas, como, por exemplo, taxa de desconto, e outras, que estão divulgadas na nota explicativa nº 29. A mudança em uma dessas estimativas poderia afetar os resultados apresentados.

g) Avaliação do valor recuperável do ágio

Para determinar se o ágio apresenta redução em seu valor recuperável, é necessário fazer estimativa do valor em uso das UGCs para as quais o ágio foi alocado. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das UGCs e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado.

O valor contábil do ágio em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 é de R\$150.130. Os detalhes das premissas utilizadas no cálculo do valor recuperável estão divulgados na nota explicativa nº 15.

h) Vida útil dos bens do imobilizado e intangível

A Companhia e suas controladas revisam anualmente a vida útil estimada dos bens do imobilizado.

Notas Explicativas

5. Novas normas, alterações e interpretações de normas

As normas a seguir foram emitidas mais ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia. Esta relação de normas e interpretações emitidas contemplam aquelas que a Companhia de forma razoável espera que produzam impacto nas divulgações, situação financeira ou desempenho mediante sua aplicação em data futura. A Companhia pretende adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor.

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
Alterações à IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação	Classificação dos direitos de compensação.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2014.
IFRS 09 – Instrumentos Financeiros: Classificação e Mensuração	Efeito sobre a classificação e mensuração de ativos financeiros.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
Alterações à IFRS 07 – Divulgações: Compensação entre ativos e passivos financeiros	Divulgações são necessárias para os instrumentos financeiros reconhecidos que não são compensados de acordo com a IAS 32	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013..
IAS 28 (revisada em 2011) - Investimentos em Coligadas e Entidades com Controle Compartilhado	Revisão da IAS 28 para incluir as alterações introduzidas pelas IFRSs 10, 11 e 12.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
IAS 27 (revisada em 2011) - Demonstrações Financeiras Separadas	Requerimentos da IAS 27 relacionados às demonstrações financeiras consolidadas são substituídos pela IFRS 10. Requerimentos para demonstrações financeiras separadas são mantidos.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas	Substituiu a IAS 27 em relação aos requerimentos aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas e a SIC 12. A IFRS 10 determinou um único modelo de consolidação com base em controle, independentemente da natureza do investimento.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 11 – Empreendimentos Conjuntos	Eliminou o modelo de consolidação proporcional para as entidades com controle compartilhado, mantendo apenas o modelo pelo método da equivalência patrimonial. Eliminou também o conceito de “ativos com controle compartilhado”, mantendo apenas “operações com controle compartilhado” e “entidades com controle compartilhado”.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.

Notas Explicativas

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades	Expande os requerimentos de divulgação de investimentos nas empresas em que a Companhia possui influência significativa.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 13 - Mensurações ao Valor Justo	Substitui e consolida todas as orientações e os requerimentos relacionados à mensuração ao valor justo contidos nos demais pronunciamentos das IFRSs em um único pronunciamento. A IFRS 13 define valor justo e orienta como determinar o valor justo e os requerimentos de divulgação relacionados à mensuração do valor justo. Entretanto, ela não introduz nenhum novo requerimento nem alteração com relação aos itens que devem ser mensurados ao valor justo, os quais permanecem nos pronunciamentos originais.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
Alterações à IAS 19 - Benefícios aos Empregados	Eliminação do enfoque do corredor ("corridor approach") e o conceito de retornos esperados sobre ativos do plano, até simples esclarecimentos sobre valorizações e desvalorizações e reformulação.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
Alterações à IAS 01 - Apresentação das Demonstrações Financeiras	Introduz o requerimento de que os itens registrados em outros resultados abrangentes sejam segregados e totalizados entre itens que são e os que não são posteriormente reclassificados para lucros e perdas.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

A Administração da Companhia avaliará os impactos nas demonstrações financeiras pela adoção desses pronunciamentos e dessas interpretações e os adotará de acordo com o início da respectiva vigência, que se dará após a aprovação pela CVM.

Notas Explicativas

6. Demonstrações financeiras consolidadas

Critérios de consolidação, definição de controladas e mudanças nas participações em controladas existentes

Critérios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, encerradas na mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma empresa para auferir benefícios de suas atividades.

As controladas foram consolidadas integralmente, com o respectivo cálculo da participação dos acionistas não controladores, incluindo as contas de ativo, passivo, receitas e despesas segundo a natureza de cada conta, complementada com as eliminações de: (a) saldos de investimentos e do patrimônio líquido; e (b) saldos de contas-correntes e outros saldos integrantes do ativo e/ou passivo, mantidos entre as Empresas do Grupo, inclusive caso existam lucros não realizados. O balanço patrimonial das controladas sediadas no exterior em moeda funcional diferente do real (em peso argentino, euro ou dólar norte-americano) foi convertido para reais com base nas taxas de câmbio nas datas dos balanços. A demonstração do resultado das controladas sediadas no exterior foi convertida para reais com base nas taxas de câmbio médias. As diferenças decorrentes da utilização de diferentes taxas de conversão são registradas no patrimônio líquido, na rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial", as quais serão reclassificadas para o resultado do exercício, quando aplicável, na data de alienação do investimento.

Os resultados das controladas adquiridas ou alienadas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente a partir da data da efetiva aquisição ou até a data da alienação, conforme aplicável.

As demonstrações financeiras consolidadas estão sendo apresentadas em reais, mesma moeda funcional da Companhia.

A Companhia revisa as práticas contábeis adotadas pelas controladas no exterior e, na eventualidade de diferenças com aquelas adotadas no Brasil, efetua ajustes no patrimônio líquido e no resultado do exercício das controladas antes de apurar o resultado e a equivalência patrimonial.

Definição de controladas

Controladas são todas as empresas cujas políticas financeiras e operacionais são controladas e conduzidas pela Companhia e nas quais normalmente há uma participação societária de mais da metade. Nos casos aplicáveis, a existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla ou não outra empresa. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas, nos casos aplicáveis, a partir da data em que o controle cessa.

Notas Explicativas

A consolidação abrange as informações contábeis da Companhia e das seguintes controladas diretas e indiretas:

	Participação e poder de voto - %	
	2012	2011
Participação direta:		
CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias	100,00	100,00
Fibrasil Agrícola e Comercial Ltda.	100,00	100,00
Alpargatas Imobiliária S.A.	100,00	100,00
Alpargatas Chile Ltda. – Chile	-	100,00
Alpargatas Internacional APS – Dinamarca	100,00	100,00
Alpargatas S.A.I.C. - Argentina	96,42	91,45
Participação indireta (através da Alpargatas Internacional APS):		
Alpargatas Europe S.L.U. – Espanha	100,00	100,00
Alpargatas USA Inc. - Estados Unidos	100,00	100,00
Alpargatas UK Limited - Reino Unido	100,00	100,00
Alpargatas France S.A.R.L. – França	100,00	100,00
Alpargatas Itália S.R.L. – Itália	100,00	100,00
Alpargatas Portugal Limited – Portugal	100,00	100,00

- CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias: adquirida em novembro de 2007, dedica-se à fabricação e comercialização de sandálias de borracha.
- Fibrasil Agrícola e Comercial Ltda.: adquirida em novembro de 1989, dedica-se à importação e exportação em geral, à compra, venda e locação de imóveis próprios e à participação em outras empresas, no país ou no exterior. Atualmente encontra-se sem operações.
- Alpargatas Imobiliária S.A.: constituída em janeiro de 2005, dedica-se à compra, venda e locação de imóveis próprios e à participação em outras empresas, no país ou no exterior.
- Alpargatas S.A.I.C. - Argentina: adquirida em outubro de 2007, porém com a transferência do controle para a Companhia em outubro de 2008, dedica-se à fabricação e comercialização de calçados e produtos têxteis, principalmente no mercado argentino.
- Alpargatas Europe S.L.U. - Espanha, Alpargatas France S.A.R.L. - França, Alpargatas UK Limited - Reino Unido, Alpargatas Itália S.R.L. - Itália e Alpargatas Portugal Limited - Portugal: constituídas, respectivamente, em julho, agosto e setembro de 2008 e abril e maio de 2009, cuja atividade principal é a importação e comercialização de calçados no mercado europeu.
- Alpargatas USA Inc. - Estados Unidos: constituída pela incorporação da Expasa Florida Inc. em dezembro de 2006. Sua atividade principal é a importação e comercialização de calçados no mercado norte-americano.
- Alpargatas Chile Ltda. - Chile: constituída em novembro de 2007, tem como atividade principal a importação e comercialização de calçados no mercado chileno. Em novembro de 2009, foi aprovado o encerramento das operações desta controlada, passando a Companhia, a partir de maio de 2010, a comercializar seus produtos, via distribuidor independente, através de contrato de representação comercial.

Mudanças nas participações em controladas existentes

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as mudanças nas participações da Companhia em controladas que não resultem em perda do controle sobre as controladas são registradas como transações de capital. Os saldos contábeis das participações da Companhia e de acionistas não controladores são ajustados para refletir mudanças em suas respectivas participações nas controladas. A diferença entre o valor com base no qual as participações não controladoras são ajustadas e o valor justo das considerações pagas ou recebidas é registrada diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos acionistas controladores.

Notas Explicativas

Quando a Companhia perde o controle de uma controlada, o ganho ou a perda na alienação é calculado pela diferença entre: (a) a soma do valor justo das considerações recebidas e do valor justo da participação residual; e (b) o saldo anterior dos ativos (incluindo ágio) e passivos da controlada, e participações não controladoras, se houver. Quando os ativos da controlada são registrados aos valores justos e o correspondente ganho ou perda acumulado foi reconhecido na rubrica "Outros resultados abrangentes" e acumulados no patrimônio líquido são contabilizados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os correspondentes ativos (ou seja, reclassificado para o resultado ou transferido diretamente para a rubrica "Lucros acumulados", conforme requerido pelas IFRSs aplicáveis). O valor justo de qualquer investimento detido na antiga controlada na data da perda de controle é considerado como o valor justo no reconhecimento inicial para contabilização subsequente, conforme o pronunciamento técnico CPC 38/IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, ou, quando aplicável, como o custo no reconhecimento inicial de um investimento de uma coligada ou controlada em conjunto.

7. Incentivos fiscais – Subvenção para investimentos

A Companhia e suas controladas gozam de subvenções concedidas pelos governos estaduais em que as principais fábricas estão localizadas, as quais expiram entre 2018 e 2020. A Companhia e suas controladas gozam também de subvenções federais através do lucro da exploração na Região Nordeste.

O valor dessas subvenções para investimentos, incluindo os incentivos fiscais de imposto de renda registrados durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, é demonstrado como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Subvenção ICMS:				
Paraíba	(a) 132.195	133.971	132.196	133.971
Pernambuco	(b) -	-	7.815	9.009
Incentivos de IRPJ:				
Região Nordeste	(c) 14.153	12.573	17.331	16.004
Total	<u>146.348</u>	<u>146.544</u>	<u>157.342</u>	<u>158.984</u>

- (a) Valores referentes à subvenção para investimentos no Estado da Paraíba, usufruída na forma de apuração de crédito presumido de ICMS, apurados pelas fábricas de Santa Rita, Campina Grande e João Pessoa. Os montantes envolvidos representam as parcelas não recolhidas de ICMS e, portanto, de destino comprometido conforme pactuado com o governo estadual. A Companhia está adimplente com o acordo estabelecido, que consiste em ampliar as unidades fabris naquela região, incrementar a produção de pares de calçados e gerar empregos diretos nas fábricas paraibanas.

Adicionalmente, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, não existiam parcelas de incentivos a serem reconhecidas contabilmente, decorrentes de obrigações estabelecidas pelo programa de incentivo, a serem cumpridas pela Companhia. As parcelas do incentivo fiscal são registradas a crédito na rubrica "Impostos incidentes sobre as vendas" na demonstração do resultado.

- (b) Valores referentes à subvenção para investimentos no Estado de Pernambuco, usufruída na forma de apuração de crédito presumido de ICMS e, portanto, de destino comprometido conforme pactuado com o governo estadual pela controlada CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias. A controlada está adimplente com o acordo estabelecido, que consiste em manter uma quantidade mínima de empregos diretos na região e auferir receita bruta mensal de, pelo menos, R\$2.500.
- (c) Registrados a crédito na rubrica "Imposto de renda e contribuição social - correntes" na demonstração do resultado (vide detalhes na nota explicativa nº 12.b)).

Notas Explicativas

8. Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

a) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Caixa e bancos	1.483	458	18.400	14.847
Conta-corrente remunerada (i)	-	644	-	2.458
Aplicações financeiras:				
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs pré e pós-fixados (ii)	5.826	33.561	8.176	36.963
Operações compromissadas (ii)	75.224	128.468	94.953	166.851
Outros - Alpargatas S.A.I.C. - Argentina (iii)	-	-	1.301	809
Outros - Alpargatas Europe S.L.U. - Espanha (iv)	-	-	-	282
Total	82.533	163.131	122.830	222.210

A Companhia possui uma Política de Aplicações Financeiras que estabelece que os investimentos financeiros podem ser realizados somente em instituições de primeira linha determinando um “rating” mínimo segundo classificação das agências Fitch, Standard & Poor’s e Moody’s. Qualquer proposta para efetuar investimentos financeiros em instituições financeiras com “rating” abaixo deste mínimo determinado pela Política dependerá da autorização do Conselho de Administração.

A Política da Companhia não estabelece critérios para a determinação da composição de “Caixa e equivalentes de caixa”. Entretanto, a classificação contábil utilizada pela Administração da Companhia e de suas controladas desses componentes é a descrita na nota explicativa nº 3.c).

As aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa pela Companhia e por suas controladas são como segue:

- (i) Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia e suas controladas não mantinham saldo em conta corrente remunerada (20% da variação do CDI como remuneração em 31 de dezembro de 2011).
- (ii) Em 31 de dezembro de 2012, os CDBs estavam distribuídos em diversas instituições financeiras com remuneração média de 104,17% do CDI (103,53% em 31 de dezembro de 2011), e as operações compromissadas, distribuídas em diversas instituições financeiras com remuneração média de 101,58% do CDI (103,25% em 31 de dezembro de 2011). Em 31 de dezembro de 2012, os CDBs e os títulos relativos às operações compromissadas possuíam prazos de vencimento distribuídos entre janeiro de 2013 e novembro de 2016 e são classificados como “Caixa e equivalentes de caixa”, por possuírem liquidez imediata para resgate e por serem considerados ativos financeiros com compromisso de resgate do emissor sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.
- (iii) As aplicações financeiras mantidas pela controlada Alpargatas S.A.I.C. - Argentina em 31 de dezembro de 2012 estão representadas por títulos de renda fixa, com remuneração média anual de 6,19% (3,38% em 31 de dezembro de 2011).

b) Aplicações financeiras

Em 31 de dezembro de 2012, referem-se a CDBs e operações compromissadas com remuneração média de 116,16% do CDI (102,56% em 31 de dezembro de 2011).

A Companhia adquiriu Notas do Tesouro Nacional - tipo B (NTN-B) indexadas à variação do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - IPCA mais juros de 6% ao ano, com vencimento em agosto de 2020.

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
CDBs pré e pós-fixados	137.834	110.385	137.834	110.385
Operações compromissadas	313.604	328.249	348.849	328.249
Notas do Tesouro Nacional – Tipo B	7.395	10.110	7.395	10.110
Total	458.833	448.744	494.078	448.744

9. Contas a receber de clientesa) Compostas por:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Mercado interno	573.804	413.346	597.845	436.915
Mercado externo	25.994	17.309	123.452	93.393
Partes relacionadas (nota explicativa nº 21.b))	23.896	19.377	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(19.327)	(16.576)	(27.128)	(24.450)
Total	604.367	433.456	694.169	505.858

As contas a receber de clientes são classificadas como empréstimos e recebíveis mensurados ao custo amortizado. Seu valor contábil líquido é próximo ao seu valor justo, conforme razões descritas na nota explicativa nº 3.d) de principais práticas contábeis. As contas a receber no mercado externo estão denominadas em dólar norte americano, euro e peso argentino.

b) Contas a receber de clientes por idade de vencimento

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
A vencer	586.072	396.982	650.369	452.512
Vencidas:				
Até 30 dias	13.491	20.627	23.542	30.114
De 31 a 90 dias	12.835	4.994	20.858	10.954
Mais de 91 dias	11.296	27.429	26.528	36.728
Total	623.694	450.032	721.297	530.308

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2011	(16.576)	(24.450)
Adições	(4.398)	(7.618)
Reversões	-	195
Baixas	1.647	4.745
Saldos em 31 de dezembro de 2012	(19.327)	(27.128)

A composição por idade de vencimento das contas a receber de clientes incluídas na provisão de créditos para liquidação duvidosa é como segue:

	Controladora	Consolidado
--	---------------------	--------------------

Notas Explicativas

	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Até 30 dias	-	-	(315)	(298)
De 31 a 90 dias	(1.396)	(41)	(2.238)	(983)
Mais de 91 dias	(17.931)	(16.535)	(24.575)	(23.169)
Total	<u>(19.327)</u>	<u>(16.576)</u>	<u>(27.128)</u>	<u>(24.450)</u>

Adições e reversões da provisão para créditos de liquidação duvidosa são registradas na rubrica "Despesas com vendas" na demonstração do resultado.

A exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras é o valor contábil de cada faixa de idade de vencimento conforme demonstrado no quadro de contas a receber de clientes por idade de vencimento. Não foi constituída provisão para perda de clientes com duplicatas em atraso e cujas dívidas já foram renegociadas e para os quais a Companhia e suas controladas possuem como garantias cartas de crédito e imóveis. Para os demais títulos em atraso, e que o Grupo não mantém nenhuma outra garantia, foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa.

10. Estoques

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Produtos acabados	163.931	114.366	303.476	218.866
Produtos em processo	12.272	11.560	30.413	29.707
Matérias-primas	45.263	38.858	80.090	69.149
Importações em andamento	24.536	12.777	24.536	13.552
Outros	11.376	24.959	20.658	28.993
Provisão para perdas dos estoques	(9.055)	(4.320)	(15.235)	(9.244)
Total	<u>248.323</u>	<u>198.200</u>	<u>443.938</u>	<u>351.023</u>

A movimentação da provisão para perdas nos estoques é como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011	(4.320)	(9.244)
Adições	(4.949)	(7.184)
Reversões	-	1.744
Baixas/Variação cambial	214	(551)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>(9.055)</u>	<u>(15.235)</u>

Notas Explicativas**11. Impostos a recuperar**

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Antecipações de imposto de renda e contribuição social	17.486	10.270	19.937	12.250
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.001	4.013	1.444	2.054
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	2.216	2.687	2.778	2.874
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	50	108	50	108
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS a compensar	7.473	4.785	8.327	5.275
Reintegração de impostos - Brasil Maior	6.611	-	7.185	-
Imposto sobre Valor Adicionado - IVA - Alpargatas Europa	-	-	3.360	2.046
Antecipações de imposto de renda - Alpargatas S.A.I.C. - Argentina	-	-	23.401	15.880
Imposto sobre Valor Adicionado - IVA - Argentina	-	-	6.880	8.326
Outros	7.740	513	9.399	3.035
Total	42.577	22.376	82.761	51.848
Parcela do circulante	33.968	15.886	54.461	26.000
Parcela do não circulante	8.609	6.490	28.300	25.848

Notas Explicativas**12. Imposto de renda e contribuição social**a) Diferidos

	Controladora e Consolidado	
	2012	2011
Ativo:		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.571	5.636
Provisão para perda nos estoques	3.079	1.469
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	7.712	8.050
Provisão para tributos com exigibilidade suspensa	26.647	20.853
Baixa do ativo diferido	70	601
Ajuste de reconhecimento de receita de vendas	2.240	3.721
Outras diferenças temporárias	3.594	6.508
Total – controladora	49.913	46.838
Controladas:		
Alpargatas S.A.I.C. - Argentina		
- Provisão para "fidecomiso"	6.926	7.259
- Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	6.617	7.253
- Imposto diferido sobre prejuízos fiscais	(iii) 13.943	4.896
- Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.713	1.660
- Provisão para perda nos estoques	1.644	1.693
- Outras diferenças temporárias	6.106	3.975
	<u>36.949</u>	<u>26.736</u>
Alpargatas Europe S.L.U. – Espanha:		
- Prejuízos fiscais	(i) 10.681	9.750
CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias:		
- Diferenças temporárias	1.308	1.816
- Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	(i) 1.371	3.376
	<u>2.679</u>	<u>5.192</u>
Impostos diferidos sobre lucros não realizados	<u>2.790</u>	<u>1.035</u>
Total – consolidado	103.012	89.551
Passivo:		
Controladora:		
Ágio na aquisição de controladas amortizado fiscalmente	(ii) 7.321	5.690
Provisão IR/CSLL sobre diferença vida útil do imobilizado (depreciação)	7.237	-
Provisão CSLL - 25% sobre a depreciação	2.467	-
Total controladora	17.025	5.690
Controladas:		
Alpargatas S.A.I.C. – Argentina:		
- Ajuste a valor presente sobre obrigações renegociadas e diferença fiscal na valorização de bens do ativo imobilizado	33.240	38.617
Alpargatas USA Inc. - Estados Unidos	193	-
Total – consolidado	50.458	44.307
Total líquido – controladora	32.888	41.148
Total líquido – consolidado	52.554	45.244

Notas Explicativas

(i) *Constituição de crédito tributário de controladas*

Alpargatas Europe S.L.U. - Espanha

Para o encerramento das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a Administração, com base em estudo de viabilidade técnica aprovado pelo Conselho de Administração, decidiu pela constituição de crédito tributário diferido de imposto de renda sobre prejuízos fiscais incorridos pela controlada Alpargatas Europe S.L.U. - Espanha. Com base nas projeções de lucros tributáveis futuros da controlada, a partir de 2011, a Administração, observando os requerimentos do pronunciamento técnico CPC 32/IAS 12 - Tributos sobre o Lucro, decidiu pela constituição do crédito tributário diferido, o qual possui previsão de realização até 2015. De acordo com a legislação fiscal espanhola os prejuízos fiscais possuem prazo máximo de prescrição de 18 anos a partir da data de sua geração.

CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias

Em junho de 2010, a CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias constituiu crédito tributário sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, em virtude da perspectiva de geração futura de lucro tributável, conforme previsões do pronunciamento técnico CPC 32/IAS 12. O crédito constituído passou a ser compensado e possui previsão de realização até o final de 2013.

(ii) *Ágio na aquisição de controladas amortizado fiscalmente*

Devido à revogação da prática contábil de amortização de ágio gerado na aquisição de controladas, conforme as alterações nas práticas contábeis adotadas no Brasil promovidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, a partir de 1º de janeiro de 2009 a Companhia passou a aproveitar o benefício fiscal do ágio gerado na aquisição da controlada CBS S.A. – Companhia Brasileira de Sandálias, após incorporação da ex-controlada Atlântico Participações S.A., através do Regime Tributário de Transição - RTT, cujo efeito estava sendo anteriormente compensado à razão de 1/60 avos mensais, com valor de amortização mensal de R\$400, o qual vem gerando um impacto tributário de R\$136 ao mês. Para isso, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, a diferença entre a base para aproveitamento fiscal e amortização contábil está sendo considerada como uma diferença temporária para fins de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL diferidos.

(iii) *Constituição de crédito tributário gerado de reorganização societária*

Em junho de 2012, a Alpargatas S.A.I.C. – Argentina constituiu crédito tributário no valor de R\$11.837 gerado por incorporação de controladas, conforme descrito na nota explicativa nº 1.3.

Os créditos tributários diferidos no consolidado possuem os seguintes prazos estimados de realização:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
2012	-	26.874
2013	23.536	13.249
2014	17.027	10.731
2015	7.435	7.540
2016 em diante	55.014	31.157
Total – consolidado	<u>103.012</u>	<u>89.551</u>

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía créditos tributários não constituídos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidos nas demonstrações financeiras

Notas Explicativas

consolidadas, gerados por suas controladas no exterior, que, devido à ausência de projeções de lucros tributáveis para os próximos exercícios, não foram registrados pelas respectivas controladas no exterior.

Os valores dos créditos tributários, calculados às alíquotas vigentes nos respectivos países onde se situam as controladas, são demonstrados conforme a seguir:

	<u>R\$</u>
Diferenças temporárias totais	876
Prejuízos fiscais:	
Alpargatas USA Inc. - Estados Unidos	41.972
Alpargatas France S.A.R.L. - França	<u>87</u>
Total	<u>42.935</u>

Os créditos tributários sobre os prejuízos fiscais gerados por tais controladas não possuem prazo para serem compensados (data de expiração).

A movimentação dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 é demonstrada a seguir:

	<u>2011</u>	(Debitado) creditado à demonstração do resultado	Variação cambial, encargos e outros movimentos	<u>2012</u>
Ativo:				
Controladora:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.636	935	-	6.571
Provisão para perdas nos estoques	1.469	1.610	-	3.079
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	8.050	(338)	-	7.712
Provisão para tributos com exigibilidade suspensa	20.853	5.794	-	26.647
Baixa do ativo diferido	601	(531)	-	70
Ajuste de reconhecimento de receita de vendas	3.721	(1.481)	-	2.240
Outras diferenças temporárias	<u>6.508</u>	<u>(2.914)</u>	-	<u>3.594</u>
Total – controladora	<u>46.838</u>	<u>3.075</u>	-	<u>49.913</u>
Controladas:				
Alpargatas S.A.I.C. - Argentina:				
Provisão para "fidecomiso"	7.259	-	(333)	6.926
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	7.253	(313)	(323)	6.617
Imposto diferido sobre prejuízos fiscais	4.896	10.267	(1.220)	13.943
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.660	134	(81)	1.713
Provisão para perda nos estoques	1.693	30	(79)	1.644
Outras diferenças temporárias	<u>3.975</u>	<u>2.365</u>	<u>(234)</u>	<u>6.106</u>
	<u>26.736</u>	<u>12.483</u>	<u>(2.270)</u>	<u>36.949</u>
Alpargatas Europe S.L.U. – Espanha	<u>9.750</u>	<u>326</u>	<u>605</u>	<u>10.681</u>
CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias:				
Diferenças temporárias	1.816	(508)	-	1.308
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	<u>3.376</u>	<u>(2.005)</u>	-	<u>1.371</u>
	<u>5.192</u>	<u>(2.513)</u>	-	<u>2.679</u>

Notas Explicativas

	2011	(Debitado) creditado à demonstração do resultado	Variação cambial, encargos e outros movimentos	2012
Impostos diferidos sobre lucros não realizados	1.035	1.747	8	2.790
Total – consolidado	89.551	15.118	(1.657)	103.012
Passivo:				
Controladora:				
Ágio na aquisição de controladas amortizado fiscalmente	5.690	1.631	-	7.321
Provisão IR/CSLL sobre diferença vida útil do imobilizado (depreciação)	-	7.237	-	7.237
Provisão CSLL – 25% sobre a depreciação	-	2.467	-	2.467
Total – controladora	5.690	11.335	-	17.025
Controladas:				
Alpargatas S.A.I.C. – Argentina:				
Ajuste a valor presente sobre obrigações negociadas e diferença fiscal na valorização de bens do ativo imobilizado	38.617	(3.721)	(1.656)	33.240
Alpargatas USA Inc. - Estados Unidos	-	-	193	193
Total – consolidado	44.307	7.614	(1.463)	50.458
Total líquido – controladora		(8.260)		
Total líquido – consolidado		7.504		

	2010	(Debitado) creditado à demonstração do resultado	Variação cambial, encargos e outros movimentos	2011
Ativo:				
Controladora:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.449	1.187	-	5.636
Provisão para perda nos estoques	1.913	(444)	-	1.469
Provisão para contingências	6.963	1.087	-	8.050
Provisão para tributos com exigibilidade suspensa	15.844	5.009	-	20.853
Baixa do ativo diferido	1.328	(727)	-	601
Ajuste de reconhecimento de receita de vendas	5.477	(1.756)	-	3.721
Outras diferenças temporárias	3.824	2.684	-	6.508
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	3.207	(3.207)	-	-
Total – controladora	43.005	3.833	-	46.838
Controladas:				
Alpargatas S.A.I.C. – Argentina				
Provisão para “Fidecomiso”	13.516	(6.321)	64	7.259
Provisão para riscos fiscais e trabalhistas	7.829	3.716	604	12.149
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.180	403	77	1.660
Provisão para perda nos estoques	1.171	442	80	1.693
Outras diferenças temporárias	3.637	204	134	3.975

Notas Explicativas

	2010	(Debitado) creditado à demonstração do resultado	Variação cambial, encargos e outros movimentos	2011
	27.333	(1.556)	959	26.736
Alpargatas Europe S.L.U – Espanha	8.567	657	526	9.750
Alpargatas Chile	2.046	-	(2.046)	-
CBS - Companhia Brasileira de Sandálias				
Diferenças temporárias totais	1.970	(154)	-	1.816
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	7.157	(2.392)	(1.389)	3.376
	9.127	(2.546)	(1.389)	5.192
Lucros não realizados nos estoques	765	270	-	1.035
(-) Provisão para risco de realização	(2.046)	-	2.046	-
Total – consolidado	<u>88.797</u>	<u>658</u>	<u>96</u>	<u>89.551</u>
Passivo:				
Controladora:				
Ágio amortizado na aquisição de controladas	3.261	2.429	-	5.690
Total – controladora	<u>3.261</u>	<u>2.429</u>	<u>-</u>	<u>5.690</u>
Controladas:				
Alpargatas S.A.I.C. - Argentina				
Obrigações negociadas e valorização do ativo imobilizado	39.364	(2.110)	1.363	38.617
Total – consolidado	<u>42.625</u>	<u>319</u>	<u>1.363</u>	<u>44.307</u>
Total líquido – controladora		1.404		
Total líquido – consolidado		339		

b) Correntes

Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	311.366	329.025	299.854	340.864
Alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal vigente	(105.864)	(111.870)	(101.950)	(115.894)
Resultado de equivalência patrimonial	(7.911)	3.857	(14.574)	(1.923)
Benefício dos juros sobre o capital próprio	28.900	26.724	28.900	26.724
Efeitos tributários da adoção do RTT:				
Subvenção para investimento – ICMS	43.396	45.550	46.053	48.613
Outorgas de opções de compra de ações	(691)	(431)	(691)	(431)
Subvenção fiscal federal - IRPJ (nota explicativa nº 7)	14.153	12.573	17.331	16.004
Benefício da Lei do Bem (Lei nº 11.196/05)	1.109	1.558	1.109	1.558
Aproveitamento de crédito tributário de controlada não constituído em exercícios anteriores	-	-	(5.486)	(5.879)
Ajuste de imposto diferido – diferença vida útil IFRS x Fiscal	(4.746)	-	(4.746)	-
Crédito tributário constituído por incorporação na controlada Alpargatas S.A.I.C. – Argentina	-	-	11.837	-
Outras exclusões (adições) permanentes, líquidas	271	434	2.900	(569)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	<u>(31.383)</u>	<u>(21.605)</u>	<u>(19.317)</u>	<u>(31.797)</u>
Correntes	(23.123)	(23.009)	(26.821)	(32.136)
Diferidos	(8.260)	1.404	7.504	339

Notas Explicativas

13. Depósitos judiciais

Representam ativos restritos da Companhia e de suas controladas e estão relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionados.

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, os saldos são representados basicamente por depósitos judiciais relativos a ações trabalhistas e processos tributários. Tais depósitos, que não envolvem obrigações correntes, foram necessários para dar andamento aos processos. Na opinião da Administração e de seus assessores jurídicos, a probabilidade de perda não é considerada como provável e, portanto, não foi constituída provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

Estão representados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Processos tributários	6.571	6.571	6.681	6.680
Processos cíveis	-	-	24	-
Reclamações trabalhistas	5.114	7.094	5.502	7.848
	<u>11.685</u>	<u>13.665</u>	<u>12.203</u>	<u>14.528</u>

14. Investimentos

Estão representados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Investimentos	208.815	207.042	33.369	74.267
Ágio	150.130	150.130	-	-
	<u>358.945</u>	<u>357.172</u>	<u>33.369</u>	<u>74.267</u>

Notas Explicativas

	Fibrasil Agrícola e Comercial Ltda.	Alpargatas Internacional APS - Dinamarca	Alpargatas Imobiliária S.A.	CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias	Alpargatas S.A.I.C. - Argentina	Alpargatas Chile Ltda. - Chile	Total
<u>Informações em 31 de dezembro de 2012</u>							
Número de ações ou cotas possuídas	1.157.111	45.532.752	5.585.855	750.645	67.611.095	-	-
Total do ativo	2.351	117.481	18.715	106.190	402.846	-	-
Total do passivo	-	133.278	1	39.218	255.579	-	-
Capital social	1.157	123.259	8.766	20.848	29.171	-	-
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	2.351	(15.796)	18.714	66.971	147.267	-	-
Lucro não realizado nos estoques	-	(21.091)	-	(122)	-	-	-
Receita líquida do exercício	-	154.554	81	66.849	147.267	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	129	(57.901)	880	134.496	524.348	-	-
Participação - %	100,00	100,00	100,00	100,00	96,42	-	-
Valor contábil dos investimentos:	2.222	2.175	17.834	54.755	130.162	(106)	207.042
Saldo em 31 de dezembro de 2011	-	41.227	-	-	-	-	41.227
Aumento de capital	-	-	-	-	7.391	-	7.391
Aquisição de ações	-	-	-	(12.252)	-	-	(12.252)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	(467)	(467)
Baixa de investimentos	-	(60.783)	880	24.346	12.053	106	(23.269)
Resultado de equivalência patrimonial	129	(3.710)	-	-	(7.614)	467	(10.857)
Varição cambial dos investimentos	-	(21.091)	18.714	66.849	141.992	-	208.815
Saldo em 31 de dezembro de 2012	2.351	(21.091)	18.714	66.849	141.992	-	208.815

Notas Explicativas

	Fibrasil Agrícola e Comercial Ltda.	Alpargatas Internacional APS - Dinamarca	Alpargatas Imobiliária S.A.	CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias	Alpargatas S.A.I.C. - Argentina	Alpargatas Chile Ltda. - Chile	Total
<u>Informações em 31 de dezembro de 2011</u>							
Número de ações ou cotas possuídas	1.157.111	30.393.854	5.585.855	750.645	64.126.833	-	
Total do ativo	2.224	143.502	17.853	84.757	384.469	24	
Total do passivo	2	139.341	19	30.002	242.113	130	
Capital social	1.157	74.464	8.766	20.848	30.573	9.180	
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	2.222	4.161	17.834	54.755	142.356	(106)	
Lucro não realizado nos estoques		(1.986)			(24)		
		2.175			142.332		
Receita líquida do exercício	-	121.118	92	126.977	477.502	22	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	118	(23.847)	1.356	27.448	8.763	(310)	
Participação - %	100,00	100,00	100,00	100,00	91,45	100,00	
Valor contábil dos investimentos:							
Saldo em 31 de dezembro de 2010	2.104	30.939	22.979	28.353	90.325	(147)	174.553
Aumento de capital	-	306	-	-	-	334	640
Aquisição de ações	-	-	-	-	25.509	-	25.509
Distribuições de dividendos	-	-	(6.501)	(1.046)	-	-	(7.547)
Resultado de equivalência patrimonial	118	(24.367)	1.356	27.448	7.082	(292)	11.345
Variação cambial dos investimentos	-	(4.703)	-	-	7.246	(1)	2.542
Saldo em 31 de dezembro de 2011	2.222	2.175	17.834	54.755	130.162	(106)	207.042

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 o ágio em controladas é composto como segue:

CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias	Atlântico Participações S.A.	Alpargatas S.A.I.C. - Argentina	Total
11.498	42.364	96.268	150.130

Notas Explicativas

Investimentos indiretos através da empresa "holding" Alpargatas Internacional APS

Informações em 31 de dezembro de 2012	Controladas Indiretas						Total Controladas Indiretas	Coligada	Total
	Alpargatas Europe S.L.U. - Espanha	Alpargatas France S.A.R.L. - França	Alpargatas UK Limited - Reino Unido	Alpargatas Itália S.R.L. - Itália	Alpargatas Portugal Limited - Portugal	Alpargatas USA Inc. - Estados Unidos			
Número de ações ou cotas possuídas	100.000	5.000	1	1	2	10	21.683.180		
Total do ativo	38.469	4.590	1.423	2.635	357	28.442	1.471.702		
Total do passivo	62.658	4.845	1.075	2.503	58	88.620	1.293.121		
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(24.189)	(255)	348	132	299	(60.178)	178.581		
Receita líquida do exercício	98.012	6.052	4.914	4.619	1.916	39.041	1.086.031		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(570)	515	199	39	123	(14.599)	(229.378)		
Participação indireta - %	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	18,687		
Valor contábil dos investimentos:								(27.756)	
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(22.472)	(726)	125	(15)	152	(79.087)	74.267	40.936	
Aumento /Integralização do capital	96	-	-	-	-	40.840	-	(57.157)	
Resultado da equivalência patrimonial	(570)	515	199	39	123	(14.599)	(42.864)	(6.497)	
Varição cambial dos investimentos	(1.243)	(44)	24	108	24	(7.332)	1.966	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(24.189)	(255)	348	132	299	(60.178)	33.369	(50.474)	

Informações em 31 de dezembro de 2011	Controladas Indiretas						Total Controladas Indiretas	Coligada	Total
	Alpargatas Europe S.L.U. - Espanha	Alpargatas France S.A.R.L. - França	Alpargatas UK Limited - Reino Unido	Alpargatas Itália S.R.L. - Itália	Alpargatas Portugal Limited - Portugal	Alpargatas USA Inc. - Estados Unidos			
Número de ações ou cotas possuídas	100.000	5.000	1	1	2	10	21.683.180		
Total do ativo	33.458	2.424	1.393	1.793	356	21.135	1.670.091		
Total do passivo	55.930	3.150	1.268	1.808	204	100.222	1.272.653		
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(22.472)	(726)	125	(15)	152	(79.087)	397.438		
Receita líquida do exercício	83.853	4.077	3.537	3.180	1.618	24.856	1.197.570		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(1.025)	(89)	112	(65)	134	(15.958)	(30.270)		
Participação indireta - %	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	18,687		
Valor contábil dos investimentos:								2.256	
Saldo em 31 de dezembro de 2010	(19.973)	(579)	51	48	11	(54.445)	77.143	(22.548)	
Resultado de equivalência patrimonial	(1.025)	(89)	112	(65)	134	(15.958)	(5.657)	(7.464)	
Varição cambial dos investimentos	(1.474)	(58)	(38)	2	7	(8.684)	2.781	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(22.472)	(726)	125	(15)	152	(79.087)	74.267	(27.756)	

Notas Explicativas

Informações adicionais sobre aquisições de controladas

Alpargatas S.A.I.C. (“Alpargatas Argentina”)

Em continuidade ao processo de compra da participação minoritária, em abril de 2011, a Companhia adquiriu mais 11.483.857 ações e pelo valor de AR\$8,71 (oito pesos e setenta e um centavos) por ação. Essas ações somadas às 49.569.771 ações de sua titularidade perfizeram o total de 61.053.628 ações que representam 87,067% do capital total da Alpargatas S.A.I.C. – Argentina. Os valores do investimento e do ágio pagos nesta aquisição foram desdobrados contabilmente nos montantes de R\$20.242 e R\$18.999, respectivamente.

Em julho de 2011, a Companhia adquiriu mais 3.073.205 ações e pelo valor de US\$1,98 (um dólar e noventa e oito centavos) por ação, as quais, somadas às 61.053.628 ações já de sua titularidade, perfizeram o total de 64.126.833 ações que representam 91,4502% do capital total da Alpargatas S.A.I.C. – Argentina. A contraprestação paga nesta aquisição foi desdobrada contabilmente nos montantes de R\$5.267 de custo de aquisição e R\$4.285 de ágio, respectivamente.

O valor total das duas aquisições ocorridas em 2011, somou R\$25.509 de compra de participação minoritária e R\$ 23.284 de ágio.

Adicionalmente, dando continuidade ao processo de aquisição da integridade das ações em circulação da controlada, em 11 de outubro de 2011 a Companhia protocolou junto a Comisión Nacional de Valores - CNV da Argentina, pedido de registro de oferta pública de aquisição voluntária de ações - OPA, para aquisição da totalidade de ações ordinárias escriturais e ações preferenciais da Alpargatas S.A.I.C. - Argentina em circulação, pelo valor de AR\$8,14 por ação.

Em março de 2012, a Comisión Nacional de Valores da Argentina (“CNV”) aprovou o referido pedido.

Em maio de 2012, a Companhia adquiriu mais 2.971.857 ações e pelo valor de AR\$8,14 (oito pesos e quatorze centavos) por ação, as quais, somadas às 64.126.833 ações já de sua titularidade, perfizeram o total de 67.098.690 ações que representam 95,69% do capital total da Alpargatas S.A.I.C. – Argentina. A contraprestação paga nesta aquisição foi desdobrada contabilmente nos montantes de R\$6.236 de custo de aquisição e R\$4.634 de ágio, respectivamente.

Em julho de 2012, a Companhia adquiriu mais 512.405 ações e pelo valor de AR\$8,14 (oito pesos e quatorze centavos) por ação, as quais, somadas às 67.098.690 ações já de sua titularidade, perfizeram o total de 67.611.095 ações que representam 96,42% do capital total da Alpargatas S.A.I.C. – Argentina. A contraprestação paga nesta aquisição foi desdobrada contabilmente nos montantes de R\$1.156 de custo de aquisição e R\$725 de ágio, respectivamente.

Em 25 de julho de 2012, a Companhia divulgou fato relevante informando aos acionistas e ao mercado em geral que protocolaria, junto a *Comisión Nacional de Valores - CNV* da Argentina, Declaração de Aquisição e Implementação de Oferta de Participações Residuais da totalidade das ações ordinárias e preferenciais da Alpargatas S.A.I.C. - Argentina que estejam em circulação, pelo valor de AR\$8,14 (oito pesos argentinos e quatorze centavos) por ação. Em 01 de agosto de 2012 esta declaração foi protocolada junto a CNV.

Notas Explicativas

CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias

Em 20 de setembro de 2007, a Companhia assinou um contrato de compra e venda de ações com a totalidade dos acionistas da CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias, proprietária da marca "Dupé", entre outras.

Em novembro de 2007, a Companhia adquiriu, por R\$49.500, 100% das ações representativas do capital social da CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias, que tinha 21,89% do seu capital detido por pessoas físicas e 78,11% por empresa "holding", denominada Atlântico Participações S.A.

Em 15 de abril de 2008, a Companhia incorporou a "holding" Atlântico Participações S.A., passando a deter diretamente os 100% de participação na CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias.

Informações adicionais de coligadas

Grupo Tavex S.A.

Embora a Companhia detenha uma participação indireta de 18,687%, a Administração classifica o investimento como sendo uma coligada, pois mantém influência nas decisões, através da manutenção de um assento no Conselho de Administração da Tavex na Espanha. Assim sendo, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia vem avaliando o investimento de acordo com o método de equivalência patrimonial.

Em 13 de fevereiro de 2012, o acionista controlador, Camargo Correa S.A., divulgou fato relevante mencionando que havia recebido uma oferta indicativa não vinculante de um fundo de Private Equity para a venda do pacote das ações detidas no Grupo Tavex S.A., incluindo a participação detida pela Companhia no percentual de 18,687%, a um preço de 0,41 de Euro por ação. A referida transação não se concretizou. Tendo em vista que esse investimento não se enquadra no conceito de disponível para venda, a Administração da Companhia, com base nos requerimentos do IAS 28 efetuou a avaliação do valor recuperável do referido investimento em 31 de dezembro de 2011, considerando o fluxo de caixa descontado das operações futuras da coligada, que levou em consideração os planos aprovados pelo Conselho da investida para os próximos cinco anos. Os fluxos de caixa líquidos obtidos pelas projeções foram ajustados a valor presente e sujeitos a análise de sensibilidade com taxas de desconto entre 11 e 15%, e não foi identificada a necessidade de provisão para redução a valor recuperável considerando seu valor de uso.

A coligada Grupo Tavex S.A. vem passando por reestruturações operacionais visando ganhar competitividade e rentabilidade. Em 2012, a Administração da coligada revisou o plano financeiro da companhia de forma a adequá-lo a um cenário mais provável de geração de resultados considerando a situação econômica atual. Essa revisão indicou, entre outros fatores, que a Companhia não produzirá lucros tributáveis futuros suficientes para a que a utilização de seu ativo fiscal diferido seja plena. Assim, constatou-se à necessidade de se ajustar a conta de ativos fiscais diferidos, o que, aliado a um resultado operacional negativo, resultou numa equivalência patrimonial negativa na Alpargatas S.A. de R\$42.864 no exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Os auditores independentes do Grupo Tavex S.A. emitiram relatório de auditoria datado de 27 de fevereiro de 2013 enfatizando o processo de reestruturação que a coligada vem passando, que os respectivos custos de implementação, juntamente com a evolução da situação econômica e do consumo, têm dificultado o alcance dos níveis de atividade previstos pela Administração da coligada, bem como têm contribuído para a geração de prejuízos nos últimos exercícios. Além do ajuste significativo no resultado do exercício de 2012 em relação ao esperado, os auditores enfatizaram que, em 31 de dezembro de 2012, o Grupo Tavex S.A.

Notas Explicativas

tem um déficit de capital de giro de 114 milhões de euros. Neste contexto, os auditores independentes do Grupo Tavex S.A. indicaram a existência de uma incerteza significativa sobre a capacidade da coligada para financiar e continuar suas operações e que a Administração da coligada revisou seu plano de negócios para adaptá-lo às circunstâncias atuais e previstas nos mercados em que eles atuam, desprendendo-se do mesmo que as operações do Grupo nos próximos exercícios alcançariam a necessária rentabilidade. Destacaram os auditores que, adicionalmente, a Administração da coligada está tomando medidas oportunas para poder cumprir o calendário de renovação dos empréstimos bancários de curto prazo, para obter o apoio financeiro necessário e para realizar certos ativos imobiliários que o Grupo tem disponível para venda.

Considerando os ajustes efetuados pela Coligada no exercício de 2012, a Administração da Alpargatas avalia que o valor contábil dos seus investimentos será recuperado e que não há evidências de perda adicional.

15. Imobilizado e intangível

a) Imobilizado

Taxa média ponderada anual de depreciação (%)	Controladora						
	2012			2011			
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
Terrenos	-	9.650	-	9.650	9.650	-	9.650
Edifícios e construções	4	124.539	(61.031)	63.508	117.913	(57.684)	60.229
Máquinas e equipamentos	8	216.122	(131.384)	84.738	198.976	(125.657)	73.319
Móveis e utensílios	10	28.696	(12.622)	16.074	21.879	(10.674)	11.205
Veículos	15	3.283	(2.209)	1.074	2.829	(1.878)	951
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	23.701	(9.287)	14.414	14.177	(8.766)	5.411
Projetos em andamento	-	174.866	-	174.866	44.686	-	44.686
Outros imobilizados	-	545	-	545	545	-	545
Provisão para perdas ("impairment")	-	(1.099)	-	(1.099)	(449)	-	(449)
Parcela de subvenção governamental a apropriar de terreno	-	(847)	-	(847)	(847)	-	(847)
Total		579.456	(216.533)	362.923	409.359	(204.659)	204.700

Notas Explicativas

	Consolidado						
	Taxa média ponderada anual de depreciação (%)	2012			2011		
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	-	14.503	-	14.503	15.373	-	15.373
Edifícios e construções	4	312.327	(182.988)	129.339	283.519	(152.588)	130.931
Máquinas e equipamentos	8	474.616	(340.123)	134.493	520.881	(397.389)	123.492
Móveis e utensílios	10	82.519	(60.619)	21.900	80.165	(61.920)	18.245
Veículos	15	5.547	(4.195)	1.352	5.287	(3.946)	1.341
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	28.692	(12.435)	16.257	20.016	(12.586)	7.430
Projetos em andamento	-	188.421	-	188.421	56.034	-	56.034
Outros imobilizados	-	4.384	-	4.384	5.016	-	5.016
Provisão para perdas	-	(1.647)	-	(1.647)	(585)	-	(585)
Parcela de subvenção governamental a apropriar de terreno		(847)	-	(847)	(847)	-	(847)
Provisão para perda ("impairment")		(13.786)	-	(13.786)	(14.450)	-	(14.450)
Total		1.094.729	(600.360)	494.369	970.409	(628.429)	341.980

*Informações adicionais sobre o imobilizado**(i) Revisão da vida útil dos bens do ativo imobilizado*

A Administração da Companhia e de suas controladas não alterou a vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, devido à ausência de alterações significativas nas condições de utilização dos bens do ativo imobilizado.

(ii) Bens dados em garantia e penhora

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia e suas controladas possuíam bens do imobilizado dados como penhora e aval em operações de empréstimos e financiamentos bancários, bem como arrolados em defesa de processos judiciais, conforme demonstrado a seguir:

	<u>R\$</u>
Edifícios e construções	112
Máquinas e equipamentos	5.743
Outros	47
Total	<u><u>5.902</u></u>

(iii) Teste de redução ao valor recuperável dos ativos

Não foram identificados fatores de risco que ensejassem o teste de redução do valor recuperável dos ativos da controladora e das controladas no exercício, ou fatos que indicassem que a perda por desvalorização reconhecida na controlada Alpargatas S.A.I.C. – Argentina não mais existisse ou tivesse diminuído.

Notas Explicativas

A Companhia e suas controladas avaliaram inicialmente a recuperação do valor do ativo imobilizado para o encerramento do exercício de 2008, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado para suas UGCs. Exceto para a avaliação feita para o encerramento do exercício de 2009, conforme detalhes a seguir, para os demais exercícios, incluindo 2012, o Grupo através da análise de fatores internos e externos às operações das Empresas não identificou indicativos de risco de realização; logo, nenhuma provisão foi registrada.

Para o exercício de 2009, a controlada Alpargatas S.A.I.C. - Argentina registrou provisão para perdas dos ativos relacionados à operação têxtil, cujo montante atualizado para 31 de dezembro de 2012 é de R\$13.786.

b) Intangível

	Controladora						
	Taxa anual de amortização (%)	2012			2011		
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Com vida útil definida:							
Marcas, direitos e patentes	10	17.849	(17.652)	197	17.849	(17.652)	197
Sistemas de gestão empresarial (iv)	5-10	124.479	(60.503)	63.976	120.756	(45.696)	75.060
Carteira de clientes (i)	20	27.311	(20.729)	6.582	27.311	(15.088)	12.223
Projetos em andamento		2.505	-	2.505	4.678	-	4.678
Sem vida útil definida:							
Cessão de direitos comerciais (iii)	-	4.257	(194)	4.063	4.297	(234)	4.063
Total		176.401	(99.078)	77.323	174.891	(78.670)	96.221

	Consolidado						
	Taxa anual de amortização (%)	2012			2011		
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Com vida útil definida:							
Marcas, direitos e patentes	10	25.988	(17.652)	8.336	26.650	(17.652)	8.998
Sistemas de gestão empresarial (iv)	5-10	129.889	(65.086)	64.803	124.689	(47.941)	76.748
Carteira de clientes (i)	20	31.571	(20.729)	10.842	32.326	(15.088)	17.238
Projetos em andamento		2.505	-	2.505	4.678	-	4.678
Sem vida útil definida:							
Ágio na aquisição de controladas (ii)		150.130	-	150.130	150.130	-	150.130
Cessão de direitos comerciais (iii)	-	7.487	(194)	7.293	5.840	(234)	5.606
Total		347.570	(103.661)	243.909	344.313	(80.915)	263.398

- (i) Refere-se aos valores pagos na aquisição das carteiras de clientes de ex-representantes comerciais da Companhia (que comercializavam substancialmente sandálias "Havaianas") em determinados países da Europa, para os quais a Companhia passou a atuar através de suas controladas indiretas localizadas na Europa. Os custos estão sendo amortizados linearmente de acordo com o prazo do fluxo de caixa futuro estimado pela Administração da Companhia, de cinco anos. Em 31 de dezembro de 2012, devido a indicativos de que a Companhia obterá os benefícios futuros esperados, conforme projeções econômicas efetuadas pela Administração

Notas Explicativas

da Companhia, nenhuma provisão para desvalorização por "impairment" foi constituída sobre esses saldos.

- (ii) Vide composição na nota explicativa nº 14. Considerando as alterações contábeis promovidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, a partir de 1º de janeiro de 2009 o saldo do ágio existente em 31 de dezembro de 2008 deixou de ser amortizado, passando a ter sua realização testada anualmente por "impairment". Nesse sentido, a partir de 1º de janeiro de 2009, o benefício fiscal do ágio na incorporação da ex-controlada Atlântico Participações S.A., demonstrado na nota explicativa nº 14, passou a ser aproveitado nas apurações mensais de imposto de renda e contribuição social com base no RTT, conforme disposições previstas na Lei nº 11.941/09, cujos efeitos estão demonstrados na nota explicativa nº 12.a).
- (iii) Refere-se substancialmente aos valores pagos na aquisição de direitos de uso dos pontos comerciais onde se localizam determinadas lojas "Timberland" e "Concept Havaianas". Por tratar-se de ativos intangíveis, comercializáveis, eles não são amortizados, sendo submetidos a teste anual quanto à sua recuperação por "impairment".
- (iv) Refere-se aos gastos incorridos na aquisição, no desenvolvimento e na implementação de sistemas de gestão empresarial que estão sendo utilizados pela Companhia e por suas controladas. São representados substancialmente pelos sistemas SAP/R3, WMS e LINX e pelos custos incorridos no projeto de gestão da cadeia de valor. Os gastos estão sendo amortizados linearmente de acordo com o prazo de benefício futuro estimado pela Administração da Companhia, sendo de dez anos para o sistema de gestão SAP/R3 e de cinco anos para os demais sistemas. Em 31 de dezembro de 2012, devido a indicativos de que a Companhia obterá os benefícios futuros esperados por esses sistemas e projetos, nenhuma provisão para desvalorização por "impairment" foi constituída sobre esses saldos.

A despesa de amortização do intangível consolidada, estimada para os próximos períodos, está assim representada:

2013	23.942
2014	24.250
2015	18.610
2016 em diante	17.179
Total	<u>83.981</u>

Informações adicionais sobre o intangível

- (i) *Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos*

	Consolidado	
	2012	2011
Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos registrados ao resultado:	19.205	14.408

- (ii) *Teste de redução ao valor recuperável do ágio*

A Companhia avaliou em 31 de dezembro de 2012 a recuperação do valor dos ágios com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado para as UGCs. O processo de estimativa do valor em uso envolve a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros e representa a melhor estimativa da Companhia aprovada pelo Conselho de Administração. O teste de recuperação do ativo da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas por redução do valor recuperável.

Notas Explicativas

O valor recuperável das UGCs foi apurado com base no valor em uso, utilizando o fluxo de caixa com base nas projeções financeiras aprovadas pela Administração para o quinquênio a uma taxa média de desconto após impostos. Os fluxos de caixa, para além do quinquênio, foram extrapolados utilizando uma taxa de crescimento anual fixa, a qual não excede o crescimento do Produto Interno Bruto - PIB e/ou de mercado, esperado. A Administração acredita que eventuais alterações adicionais nas principais premissas sobre as quais os valores recuperáveis foram baseados não fariam com que o seu valor contábil ultrapassasse o valor recuperável. As premissas-chave utilizadas nos cálculos do valor em uso das UGCs foram as seguintes: (1) crescimento da receita líquida com foco na expansão geográfica; (2) expansão operacional; e (3) lançamento de produtos com maior valor agregado. A expansão geográfica está nos mercados interno e global, com potencial de crescimento ainda pouco explorado. A margem bruta projetada reflete o crescimento de vendas, expansão da linha "Brand Extension", franquias, produtos com maior valor agregado e melhorias na eficiência operacional.

A metodologia aplicada para determinar o valor da UGC é o fluxo de caixa descontado ("discounted cash flow"), que consiste na determinação dos fluxos de caixa livres em um período, em virtude:

- Do resultado operacional.
- Do retorno do resultado operacional da depreciação/amortização sobre o ativo imobilizado/intangível, apropriada ao resultado do exercício.
- Da necessidade líquida de capital de giro incremental, determinada em virtude do ciclo financeiro da Companhia.

Os saldos dos fluxos de caixa por exercício são calculados a valor presente, descontados através da aplicação de uma taxa que determina o Custo Médio Ponderado de Capital ("Weighted Average Cost of Capital - WACC"). Essa taxa considera diversos componentes do financiamento, dívida e capital próprio, utilizados pela Companhia para financiar suas operações. O custo do capital próprio da Companhia foi calculado pelo método "Capital Asset Pricing Model - CAPM".

As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2012 para as UGCs são conforme segue:

UGC - Brasil

Resultado operacional R\$ (milhões) (1)	731,4
Perpetuidade (2)	3,7%
Taxa de desconto WACC (3)	11,8%

UGC - Argentina

Resultado operacional R\$ (milhões) (1)	113,3
Perpetuidade (2)	3,0%
Taxa de desconto WACC (3)	17,6%

Notas Explicativas

1. Resultado operacional, médio do período de cinco anos.
2. Taxa de crescimento do fluxo de caixa na perpetuidade.
3. Taxa de desconto calculada antes dos impostos.

A Administração estimou o resultado operacional orçado com base no desempenho passado e em suas expectativas para o desenvolvimento do mercado. As taxas de crescimento médias ponderadas utilizadas são consistentes com as previsões incluídas nos relatórios do setor. As taxas de desconto utilizadas correspondem às taxas antes dos impostos e refletem os riscos específicos em relação aos segmentos operacionais em que cada UGC está inserida.

c) Movimentação

	Controladora						
	2011	Adições	Transferências (i)	Depreciações	Baixas	Impairment	2012
<u>Imobilizado</u>							
Terrenos	9.650	-	-	-	-	-	9.650
Edifícios e construções	60.229	-	7.000	(3.420)	(301)	-	63.508
Máquinas e equipamentos	73.319	-	25.314	(12.813)	(1.082)	-	84.738
Móveis e utensílios	11.205	-	7.244	(2.235)	(140)	-	16.074
Veículos	951	-	274	(145)	(6)	-	1.074
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5.411	-	12.967	(3.039)	(925)	-	14.414
Projetos em andamento	44.686	184.632	(54.452)	-	-	-	174.866
Outros imobilizados	545	-	-	-	-	-	545
Provisão para perdas ("impairment")	(449)	-	-	-	-	(650)	(1.099)
Parcela de subvenção governamental a apropriar de terreno	(847)	-	-	-	-	-	(847)
Total	204.700	184.632	(1.653)	(21.652)	(2.454)	(650)	362.923

	Controladora						
	2011	Adições	Transferências (i)	Amortizações	Baixas	Impairment	2012
<u>Intangível</u>							
Com vida útil definida:							
Marcas, direitos e patentes	197	-	-	-	-	-	197
Sistema de gestão empresarial	75.060	-	4.439	(14.855)	(668)	-	63.976
Carteira de clientes	12.223	-	-	(5.641)	-	-	6.582
Projetos em andamento	4.678	613	(2.786)	-	-	-	2.505
Sem vida útil definida:							
Cessão de direitos comerciais	4.063	-	-	-	-	-	4.063
Total	96.221	613	1.653	(20.496)	(668)	-	77.323
Total	300.921	185.245	-	(42.148)	(3.122)	(650)	440.246

Notas Explicativas**Consolidado**

	2011	Adições	Transferências (i)	Depreciações	Baixas	Impairment	Variação cambial (ii)	2012
Imobilizado								
Terrenos	15.373	-	-	-	(718)	-	(152)	14.503
Edifícios e construções	130.931	2.421	6.743	(7.555)	(874)	-	(2.327)	129.339
Máquinas e equipamentos	123.492	816	32.590	(19.507)	(1.551)	-	(1.347)	134.493
Móveis e utensílios	18.245	1.465	7.651	(5.068)	(297)	-	(96)	21.900
Veículos	1.341	-	281	(245)	(6)	-	(19)	1.352
Benfeitoria em imóveis de terceiros	7.430	15	12.917	(3.880)	(925)	-	700	16.257
Projetos em andamento (iii)	56.034	197.247	(62.079)	-	-	-	(2.781)	188.421
Outros imobilizados	5.016	649	-	-	(603)	-	(678)	4.384
Provisão para perdas ("impairment")	(15.035)	-	-	-	-	(1.047)	649	(15.433)
Parcela de subvenção governamental a apropriar de terreno	(847)	-	-	-	-	-	-	(847)
Total	341.980	202.613	(1.897)	(36.255)	(4.974)	(1.047)	(6.051)	494.369

Consolidado

	2011	Adições	Transferências (i)	Amortizações	Baixas	Impairment	Variação cambial (ii)	2012
Intangível								
Com vida útil definida:								
Marcas, direitos e patentes	8.998	-	-	(1.389)	-	-	727	8.336
Sistemas de gestão empresarial	76.748	597	4.390	(15.509)	(1.736)	-	313	64.803
Carteira de clientes	17.238	-	-	(6.651)	(130)	-	385	10.842
Projetos em andamento (iii)	4.678	613	(2.786)	-	-	-	-	2.505
Sem vida útil definida:								
Ágio na aquisição de controladas	150.130	-	-	-	-	-	-	150.130
Cessão de direitos comerciais	5.606	1.687	293	(394)	-	-	101	7.293
Provisão para perdas	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	263.398	2.897	1.897	(23.943)	(1.866)	-	1.526	243.909
Total	605.378	205.510	-	(60.198)	(6.840)	(1.047)	(4.525)	738.278

- (i) Transferências correspondem às movimentações dos ativos entre a rubrica "Projetos em andamento" para as correspondentes contas definitivas dos grupos "Imobilizado" e "Intangível", quando do encerramento dos projetos.
- (ii) Variação cambial decorrente da conversão das demonstrações financeiras das controladas no exterior.
- (iii) As adições registradas na rubrica "Projetos em andamento" referem-se aos projetos: (1) de construção da nova fábrica de sandálias na cidade de Montes Claros - MG, com investimento

Notas Explicativas

de R\$ 126.136; (2) benfeitorias no novo edifício sede da Companhia na cidade de São Paulo - SP, com investimento de aproximadamente R\$21.502; (3) diversas melhorias e expansão do processo fabril, com investimentos de aproximadamente R\$39.193; (4) Internacionalização de Havaianas R\$3.948 e (5) Demais projetos R\$6.468.

16. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Nacionais	181.043	177.612	198.220	194.580
Estrangeiros	99.797	40.961	160.859	102.570
Total	280.840	218.573	359.079	297.150

O saldo de fornecedores estrangeiros refere-se, em sua maioria, a valores denominados em dólares norte-americanos.

17. Empréstimos e financiamentos

	Moeda	Indexador e taxa anual de juros	Controladora		Consolidado	
			2012	2011	2012	2011
<u>Denominados em reais:</u>						
FNE (BNB)	(a)	7,92%	43.361	57.424	43.361	57.424
Finame		6,56%	6.898	8.321	6.898	8.321
		Cesta de moeda e TJLP				
Finem (BNDES)	(b)	+ 8,04%	3.775	8.245	3.775	8.245
Exim (BNDES)	(c)	8,00%	30.498	-	30.498	-
Cessão de crédito de recebíveis	(d)	7,62%	49.650	42.947	49.650	42.947
Finem Automático (BNDES) – CBS		TJLP + 2,8%	-	-	-	369
Total em reais			134.182	116.937	134.182	117.306
<u>Denominados em moeda estrangeira:</u>						
Finimp – Financiamento de Importação	(e)	US\$ 2,77%	-	4.794	-	4.794
“Working capital” - Alpargatas EUA	(f)	US\$ 1,81%	-	-	73.532	82.616
“Working capital” - Alpargatas Europa	(f)	€ 2,32%	-	-	7.241	-
“Working capital” - Alpargatas International APS	(f)	€ 2,45%	-	-	10.807	17.131
Arrendamentos mercantis financeiros - Alpargatas S.A.I.C. – Argentina		AR\$ 19,45%	-	-	79	225
“Working capital” - Alpargatas S.A.I.C. - Argentina	(g)	AR\$ 18,21%	-	-	72.912	13.819
ACC/pré-pagamento - CBS		US\$ -	-	-	-	42
Total em moeda estrangeira			-	4.794	164.571	118.627
Total geral			134.182	121.731	298.753	235.933
Passivo circulante			69.601	67.824	188.406	180.077
Passivo não circulante			64.581	53.907	110.347	55.856

(a) Em 23 de fevereiro de 2006, a Companhia assinou contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil - BNB, no limite de R\$112.000, destinado a apoiar programas de investimentos na Região Nordeste. O financiamento está sendo amortizado mensalmente, a partir de 2008, com

Notas Explicativas

previsão de liquidação em dez anos. A liberação das parcelas foi vinculada ao cronograma de desembolso dos investimentos. A garantia está suportada por carta de fiança bancária.

- (b) Em outubro de 2007, a Companhia assinou, com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, contrato de financiamento de R\$22.180 para suportar o projeto de implantação do sistema corporativo integrado de gestão. O financiamento está sendo amortizado em parcelas mensais desde novembro de 2008, com liquidação integral prevista para outubro de 2013. A garantia está suportada por carta de fiança bancária.
- (c) Em setembro de 2012, a Companhia recebeu o crédito de R\$ 30.000 referentes ao financiamento da linha do BNDES-EXIM Pré Embarque assinado com o Banco Alfa de Investimentos. O financiamento será amortizado em seis parcelas, com vencimentos entre maio e outubro de 2014.
- (d) Em outubro de 2010, a Companhia assinou convênio de cessão de crédito com o Banco Santander. O prazo médio das operações é de 90 dias. As cessões são amortizadas ao Santander de acordo com os recebimentos dos títulos dos clientes.
- (e) Em setembro de 2011, a Companhia assinou contratos de financiamento de importações (Finimp) junto ao Banco Itaú BBA. O prazo das operações era de 180 dias e o empréstimo foi encerrado em março de 2012.
- (f) Os empréstimos e financiamentos captados pelas controladas no exterior são garantidos por avais da Companhia, de acordo com limites aprovados pelo Conselho de Administração. Os prazos de vencimento para essas operações variam de 180 a 360 dias.
- (g) Os empréstimos e financiamentos captados pela Alpargatas S.A.I.C na Argentina são utilizados no capital de giro da operação. Apenas um único empréstimo com o BBVA Banco Francés no valor de R\$ 41.600 possui aval da Alpargatas S.A. As demais operações não possuem covenants ou garantias.
Os demais empréstimos estão garantidos por Notas Promissórias e alienação fiduciária de bens da Companhia e de suas controladas, com exceção das operações de "working capital" da Alpargatas S.A.I.C.

Os vencimentos da parcela registrada no passivo não circulante estão demonstrados como segue:

Ano	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
2013	-	19.326	-	21.266
2014	45.324	15.323	86.930	15.332
2015	15.324	15.324	19.483	15.324
2016	2.454	2.454	2.454	2.454
2017	1.187	1.187	1.188	1.187
2018	264	264	264	264
2019	28	29	28	29
Total	64.581	53.907	110.347	55.856

Cláusulas restritivas de contratos

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, os contratos de empréstimos e financiamentos mantidos pela Companhia e por suas controladas não continham cláusulas restritivas que estabelecem obrigações quanto à manutenção de índices financeiros por parte da Companhia e de suas controladas.

Notas Explicativas

18. Obrigações negociadas de controladas

Em 26 de setembro de 2001, a controlada Alpargatas S.A.I.C. - Argentina solicitou a abertura de processo preventivo de obrigações negociadas com os credores, tendo sido tal decisão ratificada pela Assembléia Geral de Acionistas realizada em 1º de março de 2002 e o deferimento pelo Tribunal Comercial competente, em 7 de março de 2002.

Em dezembro de 2005, esse mesmo Tribunal Comercial, atendendo à solicitação da Administração da controlada, emitiu decisão tornando conhecida a existência de um pré-acordo com os credores e em 15 de setembro de 2006, após o cumprimento de determinadas obrigações legais anteriormente impostas, a controlada deu início à implementação do acordo de reestruturação de suas dívidas com os credores.

Os valores estão divulgados nas demonstrações financeiras consolidadas na conta "Obrigações negociadas", no passivo circulante e no não circulante, pelos montantes de R\$11.687 e R\$60.773, respectivamente, em 31 de dezembro de 2012 (R\$14.758 e R\$63.537 em 31 de dezembro de 2011), os quais estão sendo demonstrados líquidos dos ajustes a valor presente, nos montantes de R\$46.439 e R\$53.630, respectivamente, em 31 de dezembro de 2012 e de 2011.

O ajuste a valor presente vem sendo calculado considerando como taxa, a diferença entre a taxa básica de juros da economia argentina e a taxa prefixada para atualização dos passivos, conforme estabelecido de acordo com os termos das obrigações negociadas. Em 31 de dezembro de 2012, a taxa média de desconto praticada para o ajuste a valor presente era de 15% ao ano.

Os efeitos decorrentes da reversão líquida do ajuste a valor presente estão sendo registrados na conta "Despesas financeiras" no consolidado e totalizaram R\$5.092 no resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (R\$4.185 referente ao mesmo período de 2011).

O passivo total está sujeito a juros anuais entre 1% e 3% e possui prazos de vencimentos entre 15 e 25 anos, com carência de 6 a 10 anos, a partir da data em que os acordos foram celebrados.

Em 31 de dezembro de 2012, as reversões previstas para os próximos períodos referentes ao ajuste a valor presente, são demonstradas como segue:

2013	4.173
2014	4.072
2015	3.928
2016 em diante	34.266
Total	<u>46.439</u>

Os vencimentos previstos para a parcela registrada no passivo não circulante estão demonstrados como segue:

2013	8.528
2014	8.842
2015 em diante	43.403
Total	<u>60.773</u>

Notas Explicativas

Saldo em 31 de dezembro de 2011	78.295
Juros	10.523
Variação cambial	(3.517)
Pagamento	(12.841)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>72.460</u>

19. Obrigações fiscais

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	3.516	1.383	3.433	1.595
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	5.341	1.145	5.435	1.554
Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI	337	212	337	212
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	2.233
Alpargatas S.A.I.C. - Argentina:				
Imposto de renda	-	-	149	2.553
Imposto sobre Valor Adicionado – IVA	-	-	395	2.193
Outros impostos	-	-	1.359	1.266
Alpargatas Europe S.L.U. - Espanha - Imposto sobre Valor Adicionado – IVA	-	-	517	306
Outros	1.837	1.387	1.871	1.644
	<u>11.031</u>	<u>4.127</u>	<u>13.496</u>	<u>13.556</u>

20. Provisões e outras obrigações

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
“Royalties” a pagar	17.735	13.448	17.735	13.448
Provisão para fretes a pagar	11.670	8.467	11.778	9.138
Compromissos com encerramento de acordos comerciais	-	-	-	5.014
Outras contas a pagar (comissões, serviços de terceiros, concessionárias e outras)	15.001	5.192	30.704	20.023
Total	<u>44.406</u>	<u>27.107</u>	<u>60.217</u>	<u>47.623</u>

21. Partes relacionadasa) Saldos com partes relacionadas

<u>Ativo e (passivo) não circulante</u>	Controladora	
	2012	2011
CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias	4.707	1.445
Alpargatas Internacional APS	(20)	(18)
Alpargatas Imobiliária S.A.	(152)	19
Fibrasil Agrícola e Comercial Ltda.	-	2
Total	<u>4.536</u>	<u>1.448</u>

O saldo é representado por conta corrente entre a Companhia e suas controladas, devido à administração centralizada das disponibilidades, não havendo incidência de encargos financeiros.

Notas Explicativasb) Saldos a receber e a pagar decorrentes de transações com partes relacionadas

		Controladora		Controladora e consolidado	
		Contas a receber		Contas a pagar	
		2012	2011	2012	2011
Alpargatas USA Inc. - Estados Unidos	(ii)	12.232	8.808	-	-
Alpargatas Europe S.L.U. - Espanha	(ii)	10.773	8.814	-	-
Alpargatas S.A.I.C. - Argentina		891	1.755	-	-
Grupo Camargo Corrêa	(iii)	-	-	338	794
Total		<u>23.896</u>	<u>19.377</u>	<u>338</u>	<u>794</u>

c) Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar

	Controladora e consolidado	
	2012	2011
Juros sobre capital próprio	1.725	843

d) Transações com partes relacionadas

As transações efetuadas com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

		Venda de produtos/serviços			Compra de produtos/serviços	
		2012	2011		2012	2011
Alpargatas S.A.	(i)	58.676	39.458	(iv)	21.503	18.582
Alpargatas USA Inc. - Estados Unidos		-	-	(i)	18.954	10.091
Alpargatas Europe S.L.U. - Espanha		-	-	(i)	39.706	27.751
Alpargatas S.A.I.C. - Argentina		-	-	(i)	16	1.616
CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias	(iv)	5.785	2.806		-	-
Grupo Camargo Corrêa (controlador):						
Aluguéis e condomínio	(iv)	595	2.109		-	-
Serviços compartilhados - CSC	(iv)	13.028	12.250		-	-
Projetos corporativos	(iv)	2.064	1.345		-	-
Outras		31	72		-	-
		<u>80.179</u>	<u>58.040</u>		<u>80.179</u>	<u>58.040</u>

- (i) Compreendem substancialmente as vendas de sandálias da marca "Havaianas" para as controladas localizadas nos Estados Unidos e na Europa, devido ao modelo das operações e ao formato do canal de distribuição definido para as operações internacionais da Companhia, no qual os produtos são manufaturadas no Brasil e posteriormente vendidos para as controladas no exterior, onde são revendidos.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a Companhia não registrou nenhuma baixa ou provisão para créditos de liquidação duvidosa referente aos saldos a receber de suas controladas no exterior.

- (ii) Contas a receber pelas vendas dos produtos descritos no item (i), cujos recebimentos ocorrerão entre janeiro e junho de 2013.
- (iii) Contas a pagar pela prestação dos serviços descritos no item (iv).

Notas Explicativas

- (iv) Compreendem substancialmente custos com serviços corporativos compartilhados, tais como de telefonia, de seguros, administrativos e de tecnologia da informação, cuja prestação está celebrada em contrato com o Centro de Soluções Compartilhadas do Grupo Camargo Corrêa. Incluem também as vendas de produtos semi acabados que a controlada CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias para a controladora.

Em 31 de dezembro de 2012, exceto pelos avais e pelas garantias concedidos para suportar as operações de empréstimos e financiamentos, conforme mencionado na nota explicativa nº 17, a Companhia e suas controladas não haviam concedido outros avais e garantias para partes relacionadas.

e) Remuneração do pessoal chave da administração

A remuneração total dos administradores está assim composta:

	Remuneração			2012	
	Fixa	Variável	Total	Outorga de opções	
		(i)		Saldo das opções (quantidade) (ii)	Preço médio de exercício - R\$ (iii)
Conselhos de Administração e Fiscal Diretores	2.803	-	2.803	-	-
	4.824	4.687	9.511	4.394.464	6,86
	7.627	4.687	12.314	4.394.464	
	Remuneração			2011	
	Fixa	Variável	Total	Outorga de opções	
		(i)		Saldo das opções (quantidade) (ii)	Preço médio de exercício - R\$ (iii)
Conselhos de Administração e Fiscal Diretores	2.731	-	2.731	-	-
	4.206	5.230	9.436	4.222.303	5,04
	6.937	5.230	12.167	4.222.303	

- (i) Refere-se à participação nos resultados registrados no exercício. Os valores contemplam eventuais complementos e/ou reversões à provisão efetuada no exercício anterior, em virtude da apuração final das metas estabelecidas aos diretores estatutários.
- (ii) Refere-se ao saldo das opções maduras ("vested") e não maduras ("non-vested"), não exercidas, na data do balanço.
- (iii) Refere-se ao preço médio ponderado de exercício da opção à época dos planos de outorga, atualizado monetariamente até a data do balanço.

Conforme detalhes descritos na nota explicativa nº 28 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foi reconhecida uma despesa referente aos planos de outorga de opções de R\$2.033 (R\$1.551 em 31 de dezembro de 2011).

Em adição à remuneração dos administradores, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia efetuou contribuições ao plano de previdência privada no montante de R\$377 (R\$305 em 31 de dezembro de 2011) em nome dos diretores estatutários.

A remuneração global anual para os administradores fixada para o exercício de 2012 na Assembleia Geral Ordinária de 25 de abril de 2012 foi de R\$12.127.

Notas Explicativas

22. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes de autuações por parte das autoridades fiscais, de reclamações de terceiros e ex-funcionários ou de ações e questionamentos. Para essas contingências foram constituídas provisões, quando, na opinião da Administração e de seus assessores jurídicos, o risco de eventual perda foi considerado como provável. Essas provisões estão assim apresentadas:

		Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
Reclamações trabalhistas	(a)	16.331	17.663	22.679	24.449
Processos tributários	(b)	9.328	9.056	14.766	13.255
Depósitos judiciais	(b)	(4.179)	(4.179)	(4.179)	(4.179)
Processos cíveis		3.356	3.108	3.885	4.156
		<u>24.836</u>	<u>25.648</u>	<u>37.151</u>	<u>37.681</u>
Parcela do circulante		5.851	7.183	11.383	11.436
Parcela do não circulante		18.985	18.465	25.768	26.245

- (a) Referem-se às ações movidas contra a Companhia e suas controladas por ex-funcionários e colaboradores, cujos pedidos são basicamente de pagamentos de verbas rescisórias, adicionais salariais, horas extras e verbas entendidas como devidas em razão de responsabilidade subsidiária. Os valores provisionados referem-se às melhores estimativas apuradas para cada processo avaliado como perda provável.
- (b) Consistem basicamente em: (i) auto de infração referente à COFINS do período de julho e setembro a dezembro de 1992 emitido contra a Companhia, em que se discute diferenças não tributadas, cujo montante atualizado para 31 de dezembro de 2012 é de R\$3.844.O processo encontra-se aguardando decisão em última instância administrativa.; e (ii) discussão quanto à cobrança da diferença do Fator Acidentário de Prevenção - FAP e Seguro de Acidente do Trabalho - SAT, no montante total de R\$5.106, em que a Companhia discute a cobrança pela alíquota máxima da indústria. O processo encontra-se pendente de decisão de segunda instância na esfera judicial, com depósito judicial no valor de R\$4.179.

Movimentação

	Controladora				
	Trabalhistas	Tributários	Cíveis	Depósitos judiciais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011	17.663	9.056	3.108	(4.179)	25.648
Complementos	8.237	317	609	-	9.163
Reversões	-	-	(68)	-	(68)
Pagamentos	(9.569)	(45)	(293)	-	(10.199)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>16.331</u>	<u>9.328</u>	<u>3.356</u>	<u>(4.179)</u>	<u>24.836</u>

	Consolidado				
	Trabalhistas	Tributários	Cíveis	Depósitos judiciais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011	24.449	13.254	4.157	(4.179)	37.681
Complementos	8.986	677	609	-	10.272
Reversões	(1.655)	-	(68)	-	(1.723)
Pagamentos/Variação cambial	(9.101)	835	(813)	-	(9.079)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>22.679</u>	<u>14.766</u>	<u>3.885</u>	<u>(4.179)</u>	<u>37.151</u>

Notas Explicativas

Perdas possíveis

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em ações de natureza tributária e cível que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível. As contingências passivas estão assim representadas:

	Controladora e Consolidado	
	2012	2011
Tributárias:		
Auto de infração - IRRF (a)	8.723	8.439
CSLL e IRPJ (b)	9.573	3.781
Royalties (c)	53.090	49.160
IPI (d)	38.424	36.494
Outras	10.590	6.797
	<u>120.400</u>	<u>104.671</u>
Cíveis (ações indenizatórias)	<u>5.732</u>	<u>5.655</u>

- (a) Auto de infração visando à cobrança de IRRF, compensado com créditos de IRPJ.
- (b) Autos de infração relativos a não homologação de compensações de débitos tributários com créditos de IRPJ e CSLL.
- (c) Autos de infração visando a cobrança de II, IPI, PIS-Importação e COFINS-Importação sobre os valores remetidos ao exterior a títulos de royalties, no período de 2007 a 2010.
- (d) Autos de infração relativos à não homologação de compensação de créditos de IPI na aquisição de insumos isentos da ex-controlada Locomotiva da Amazônia Indústria e Comércio de Têxteis Industriais Ltda., correspondentes ao período de julho de 2004 a junho de 2008.

Adicionalmente, em dezembro de 2005, foi movido processo cível contra a Companhia por uma empresa detentora de determinada marca esportiva, cujo objeto da causa se referia a perdas e danos por supostos descumprimentos no contrato de licenciamento, o qual foi distratado em anos anteriores. Na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda foi considerada possível e o valor envolvido ainda não podia ser apurado, não sendo reconhecida nenhuma provisão para fazer face a essa contingência. Em fevereiro de 2007, houve decisão favorável à Companhia determinando a extinção do processo. Contra essa sentença foi interposto recurso pela parte contrária que será julgado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo em data ainda não definida.

Notas Explicativas

23. Tributos com exigibilidade suspensa

	Controladora e consolidado	
	2012	2011
PIS/COFINS - Lei nº 9.718/98	31.226	30.008
Depósitos judiciais	(31.226)	(30.008)
(a)	<u>-</u>	<u>-</u>
COFINS - exclusão do ICMS da base de cálculo	111.391	83.484
Depósitos judiciais	(10.942)	(10.106)
(b)	<u>100.449</u>	<u>73.378</u>
IRPJ – exclusão da CSLL da base de cálculo do IRPJ	10.498	6.906
Provisão para IRPJ (outras contingências)	-	2.803
Outros	3.162	3.567
Total - controladora	<u>114.109</u>	<u>86.654</u>
Alpargatas S.A.I.C. - Argentina	-	126
Total - consolidado	<u>114.109</u>	<u>86.780</u>

(a) COFINS - Lei nº 9.718/98

Em 8 de março de 1999, a Companhia obteve liminar na ação ordinária em que discute a inconstitucionalidade da Lei nº 9.718/98 e da Emenda Constitucional nº 20, mais especificamente, o aumento da alíquota da COFINS em 1% e o alargamento da base de cálculo da COFINS e do PIS. Essa liminar assegurou o recolhimento dessas contribuições nos moldes da legislação vigente até janeiro de 1999.

A partir daquela data, os valores dessas contribuições apurados nos períodos em questionamento foram registrados no passivo como tributos com exigibilidade suspensa e passaram a ser mantidos atualizados monetariamente pela taxa SELIC, cujos efeitos de atualização monetária foram registrados na rubrica “Despesas financeiras” no resultado do exercício. De setembro de 2002 a janeiro de 2004, a Companhia depositou em juízo o valor em discussão.

Em março de 2006, após decisão adversa proferida pelo Supremo Tribunal Federal - STF sobre o recurso extraordinário da ação referente ao aumento de alíquota da COFINS em 1%, a Companhia decidiu pelo pagamento do montante apurado nos períodos de: (i) março de 1999 a agosto de 2002; e (ii) fevereiro de 2004 a março de 2006, no montante total de R\$43.041. Tal decisão foi tomada sem que houvesse prejuízo da continuidade da discussão judicial referente ao período de setembro de 2002 a janeiro de 2004, cujo valor registrado como tributo com exigibilidade suspensa e depósito judicial totalizava R\$28.804, atualizados monetariamente. A Companhia passou a efetuar os pagamentos das apurações mensais a partir de abril de 2006.

A Lei nº 11.941/09, revogou o parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, que tratava do alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS, fato que fortaleceu a tese questionada pela Companhia. Com essa alteração, considerando a decisão do STF, o IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil editou o Comunicado Técnico - CT nº 05/09, o qual possibilitou a reversão, por parte das empresas, da parcela do PIS e da COFINS referente ao alargamento da base de cálculo. Em 30 de junho de 2009, a Companhia reverteu a parcela correspondente a esse passivo com exigibilidade suspensa, no montante total de R\$12.401.

Portanto, os valores registrados em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 referem-se unicamente à parcela relativa à majoração da alíquota da COFINS em 1%, para a qual, em agosto de 2009, o STF julgou desfavoravelmente a tese defendida pela Companhia. A ação da Companhia em 31 de dezembro de 2012 ainda aguarda julgamento; porém, tendo em vista o julgamento da tese, terá desfecho desfavorável, quando os valores depositados judicialmente serão convertidos em renda da União.

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, os valores provisionados, bem como os depósitos judiciais, estão atualizados monetariamente pela taxa SELIC.

(b) **COFINS - exclusão do ICMS da base de cálculo do tributo**

A Companhia questiona judicialmente, desde 1993, a inclusão do ICMS na base de cálculo da COFINS, e no período de maio de 1993 a fevereiro de 1996 foram efetuados depósitos judiciais.

A partir de junho de 2008, a Companhia passou a valer-se do efeito suspensivo obtido em Medida Cautelar no STF para continuar excluindo o ICMS da base de cálculo da COFINS, entretanto, a partir daquela data, sem mais a necessidade de efetuar depósitos judiciais. Apesar disso, tais valores vêm sendo registrados como passivo com exigibilidade suspensa.

Em 31 de dezembro de 2012, o processo aguarda julgamento no STF, fazendo com que a Companhia mantenha os valores do passivo e dos depósitos judiciais atualizados monetariamente pela taxa SELIC.

Movimentação dos tributos com exigibilidade suspensa – controladora e consolidado

	<u>2011</u>	<u>Atualizações</u>	<u>Complementos/ (Reversões)</u>	<u>2012</u>
PIS/COFINS	30.008	1.218	-	31.226
Depósitos judiciais	(30.008)	(1.218)	-	(31.226)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
COFINS – ICMS	83.484	6.319	21.588	111.391
Depósitos judiciais	(10.106)	(836)	-	(10.942)
	<u>73.378</u>	<u>5.483</u>	<u>21.588</u>	<u>100.449</u>
IRPJ – exclusão da CSLL da base de cálculo do IRPJ	6.906	477	3.115	10.498
Provisão para IRPJ (outras contingências)	2.803	-	(2.803)	-
	<u>9.709</u>	<u>477</u>	<u>312</u>	<u>10.498</u>
Outros	3.567	132	(538)	3.162
Total	<u>86.654</u>	<u>6.093</u>	<u>21.362</u>	<u>114.109</u>

24. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital integralizado em 31 de dezembro de 2012 era de R\$562.158, após aumento com a integralização do valor destinado como reserva de investimentos de 2006, aprovado em 25 de abril de 2012, com a emissão de 35.345.588 novas ações, sendo 18.152.408 ações ordinárias e 17.193.180 ações preferenciais, incluídas as ações em tesouraria. A bonificação ocorreu na proporção de 10 ações para cada 100 ações possuídas em 25 de abril de 2012.

Em razão da bonificação ocorrida em 2 de maio de 2012 o número de total de ações passou a ser representado por 388.801.468 ações escriturais sem valor nominal, sendo 199.676.488 ordinárias e 189.124.980 preferenciais.

Notas Explicativas

Com a alteração do estatuto social, o limite autorizado para aumento do capital social passou para 399.352.976 ações preferenciais, sendo o Conselho de Administração o órgão competente para determinar as condições aplicáveis às emissões de ações, com base no capital autorizado, como também a aplicabilidade ou não do direito de preferência dos atuais acionistas, nos termos do artigo 172 da Lei nº 10.303/01.

O capital subscrito e integralizado apresenta a seguinte composição acionária:

Em 31 de dezembro de 2012:

Acionistas	Ações ordinárias		Ações preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Controladores (Grupo Camargo Corrêa)	133.757.338	66,99	37.792.634	19,98	171.549.972	44,12
Administradores:						
Conselho de Administração	39.560.580	19,81	7.948.700	4,20	47.509.280	12,22
Conselho Fiscal	24.200	0,01	222.200	0,12	246.400	0,06
Demais acionistas	<u>26.334.370</u>	<u>13,19</u>	<u>143.161.446</u>	<u>75,70</u>	<u>169.495.816</u>	<u>43,60</u>
Total	<u>199.676.488</u>	<u>100,00</u>	<u>189.124.980</u>	<u>100,00</u>	<u>388.801.468</u>	<u>100,00</u>

Em 31 de dezembro de 2011:

Acionistas	Ações ordinárias		Ações preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Controladores (Grupo Camargo Corrêa)	121.597.580	66,99	34.356.940	19,98	155.954.520	44,12
Administradores:						
Conselho de Administração	35.963.700	19,81	7.199.980	4,19	43.163.680	12,21
Conselho Fiscal	22.000	0,01	202.000	0,12	224.000	0,06
Demais acionistas	<u>23.940.800</u>	<u>13,19</u>	<u>130.172.880</u>	<u>75,71</u>	<u>154.113.680</u>	<u>43,61</u>
Total	<u>181.524.080</u>	<u>100,00</u>	<u>171.931.800</u>	<u>100,00</u>	<u>353.455.880</u>	<u>100,00</u>

b) Plano de recompra de ações

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 7 de dezembro de 2012 foi deliberado o plano para recompra de até 9.530.692 ações preferenciais e até 6.591.915 ações ordinárias. A autorização vigorará pelo prazo máximo de 361 dias, teve início no dia 10 de dezembro de 2012 e terminará no dia 6 de dezembro de 2013. A Companhia não adquiriu ações preferenciais e nem ações ordinárias de sua própria emissão no último programa autorizado em 9 de dezembro de 2011, que compreendia o período de 12 de dezembro de 2011 a 9 de dezembro de 2012.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a conta "Ações em tesouraria" registrou a seguinte movimentação :

Movimentação:

	Quantidade	Custo médio - R\$
Em 31 de dezembro de 2011	<u>5.093.220</u>	<u>7,97</u>
Alienadas (*)	436.920	7,97
Aquisições (*)	(436.920)	(13,10)
Bonificação de ações	509.322	0,73
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>5.602.542</u>	<u>7,64</u>

(*)Alienações e aquisições no âmbito dos planos de outorga de opções de ações.

Notas Explicativas

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Os acionistas têm assegurado, em cada exercício, dividendo não inferior a 25% do lucro líquido, calculado nos termos da lei societária e do estatuto. Em 2012 e 2011, o cálculo foi efetuado da seguinte forma:

	2012	2011
Lucro Líquido do exercício da controladora	279.983	307.420
Constituição da reserva para incentivos fiscais	(146.348)	(146.544)
Valor disponível para distribuição	133.635	160.876
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	33.409	40.219
Proposta da administração:		
Juros sobre o capital próprio	85.000	78.600
Dividendos	25.300	-
	<u>110.300</u>	<u>78.600</u>
Juros sobre o capital próprio distribuídos por ação		
Ações ordinárias	0,21706	0,21530
Ações preferenciais	0,23876	0,23680
Dividendos distribuídos por ação		
Ações ordinárias	0,06300	-
Ações preferenciais	0,06931	-

Em 15 de março de 2013, o Conselho de Administração aprovou "ad referendum" da Assembleia Geral Ordinária, que será realizada em 24 de abril de 2013, a proposta para pagamento de dividendos, no montante de R\$25.300, que, somados aos R\$85.000 de juros sobre capital próprio pagos durante 2012, correspondem a R\$ 110.300.

d) Ágio (deságio) na venda de ações em tesouraria

Refere-se ao ágio ou deságio gerado na venda de ações em tesouraria principalmente decorrente do exercício das opções dos planos de outorga descritos na nota explicativa nº 28.

e) Reserva para incentivos fiscais

A partir de 1º de janeiro de 2008, os incentivos fiscais passaram a ser registrados diretamente no resultado, sendo posteriormente, quando do encerramento das demonstrações financeiras anuais, constituídos como "Reserva de incentivos fiscais" no grupo "Reservas de lucros".

25. Informações sobre segmentos de negócios

O pronunciamento técnico CPC 22/IFRS 08 - Informações por Segmento requer que os segmentos sejam reportados de forma consistente com os relatórios gerenciais fornecidos e

Notas Explicativas

revisados pelo principal tomador de decisões operacionais para fins de avaliação de desempenho de cada segmento e alocação de recursos. O principal tomador de decisões operacionais da Companhia é representado pelo Diretor Presidente.

Embora a Companhia possua uma estrutura de gestão matricial onde as receitas de vendas são analisadas pelo principal tomador de decisões em diversos níveis, pois os produtos produzidos e comercializados pela Companhia e suas controladas são divididos entre diversas marcas entre calçados, artigos esportivos, sandálias e vestuário, as operações são geridas por segmentação geográfica com a seguinte segregação: (i) Operações Nacionais: desempenho da Companhia e de suas controladas no Brasil e (ii) Operações Internacionais: desempenho das controladas na Argentina e desempenho consolidado das controladas nos Estados Unidos e na Europa, bem como das exportações diretas e da Tavex Corporation S.A., empresa que a Companhia detêm 18,687% de participação.

A receita líquida por segmento está representada da seguinte forma no exercício findo em 31 de dezembro de 2012:

- Operações Nacionais:
 - Brasil: 71,9%
- Operações Internacionais:
 - Argentina: 17,4%
 - Europa, Estados Unidos e Exportações: 10,7%

As políticas contábeis de cada segmento são as mesmas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia. O desempenho dos segmentos foi avaliado com base nas receitas operacionais líquidas, no lucro líquido e no capital empregado (ativos totais menos passivo circulante e passivo não circulante) em cada segmento. Essa base de mensuração inclui os efeitos financeiros, imposto de renda e a contribuição social, a depreciação e a amortização e são consistentes com os registros das informações contábeis consolidadas.

As informações estão demonstradas a seguir:

Contas de resultado	2012					
	Receita operacional líquida	Lucro líquido (prejuízo)	Depreciação e amortização	Resultado financeiro	Variação cambial líquida	Imposto de renda e contribuição social
Operações nacionais:						
Brasil	2.162.247	283.035	(42.568)	43.018	(3.120)	(33.670)
Operações internacionais:						
Argentina	524.348	11.858	(10.651)	(34.557)	1.376	15.186
Europa/Estados Unidos/Exportações	320.387	27.954	(6.979)	(1.760)	3.137	(833)
Grupo Tavex S.A.	-	(42.864)	-	-	-	-
Participação dos acionistas não controladores	-	553	-	-	-	-
Consolidado	<u>3.006.982</u>	<u>280.536</u>	<u>(60.198)</u>	<u>6.701</u>	<u>1.393</u>	<u>(19.317)</u>

Notas Explicativas

Contas de resultado	2011					
	Receita operacional líquida	Lucro líquido (prejuízo)	Depreciação e amortização	Resultado financeiro	Varição cambial líquida	Imposto de renda e contribuição social
Operações nacionais:						
Brasil	1.858.833	313.481	(41.087)	54.906	(4.414)	(26.319)
Operações internacionais:						
Argentina	477.502	7.106	(9.245)	(23.832)	1.000	(5.922)
Europa/Estados Unidos/Exportações	238.365	(7.510)	(3.703)	(1.458)	2.847	444
Grupo Tavex S.A.	-	(5.657)	-	-	-	-
Participação dos acionistas não controladores	-	1.647	-	-	-	-
Consolidado	<u>2.574.700</u>	<u>309.067</u>	<u>(54.035)</u>	<u>29.616</u>	<u>(567)</u>	<u>(31.797)</u>

A tabela abaixo apresenta os saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2012 e de 2011.

Contas patrimoniais	2012			2011		
	Ativo total	Passivo circulante e não circulante	Adição ativo imob. e intangível	Ativo total	Passivo circulante e não circulante	Adição ativo imob. e intangível
Operações nacionais:						
Brasil	2.166.954	680.299	191.682	1.863.862	557.942	71.214
Operações internacionais:						
Brasil – exportações	53.469	10.694	-	43.055	5.631	-
Argentina	402.845	255.579	9.880	345.852	203.497	13.930
Europa / Estados Unidos	84.092	133.259	3.948	69.252	139.359	9.337
Grupo Tavex S.A.	33.369	-	-	74.267	-	-
Consolidado	<u>2.740.729</u>	<u>1.079.831</u>	<u>205.510</u>	<u>2.396.288</u>	<u>906.429</u>	<u>94.481</u>

A Companhia possui uma carteira de clientes pulverizada e nenhum cliente individualmente contribuiu com mais de 6% para as receitas de vendas.

26. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Receita operacional bruta:				
Mercado interno	2.537.800	2.113.904	2.673.123	2.249.812
Mercado externo	207.506	144.371	1.013.398	848.225
	<u>2.745.306</u>	<u>2.258.275</u>	<u>3.686.521</u>	<u>3.098.037</u>
Devoluções e cancelamentos	(55.443)	(49.893)	(108.741)	(81.671)
Impostos incidentes sobre as vendas	(431.585)	(317.255)	(570.798)	(441.666)
Receita operacional líquida	<u>2.258.278</u>	<u>1.891.127</u>	<u>3.006.982</u>	<u>2.574.700</u>

Notas Explicativas

27. Despesas por natureza

A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações das despesas por natureza é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Custo dos produtos vendidos:				
Matérias primas	944.555	708.615	1.152.276	924.207
Salários, encargos e benefícios	239.243	213.019	440.684	363.100
Depreciação	16.077	16.278	27.035	26.732
Outros custos	55.370	48.725	114.181	106.733
Total	1.255.245	986.637	1.734.176	1.420.772
Despesas com vendas:				
Salários, encargos e benefícios	75.543	54.529	122.640	82.795
Fretes	81.878	48.032	104.477	63.017
Propaganda e publicidade	211.043	134.883	266.749	169.583
Comissões	16.032	12.158	29.768	20.645
Depreciação	3.140	3.234	5.588	5.103
Royalties	35.511	18.386	37.388	18.842
Serviços de terceiros	11.645	16.521	24.164	27.747
Aluguéis/Leasing	11.978	12.012	19.272	18.677
Desp. com viagens	4.995	5.166	8.297	8.673
Desp. com armazenagem	2.977	4.908	25.933	6.948
Seguro de transporte	6.724	5.265	9.501	8.862
Outras	80.680	177.627	92.175	232.346
	542.146	492.721	745.952	663.238
Gerais e administrativas:				
Salários, encargos e benefícios	58.151	61.159	74.324	73.274
Honorários dos administradores (nota explicativa nº 21.e))	9.925	10.134	12.314	12.167
Serviços de terceiros	28.307	36.193	32.919	41.168
Depreciação	2.435	949	4.139	2.014
Outras	28.247	13.868	28.042	15.571
	127.065	122.303	151.738	144.194

28. Programas de opção de compra de ações

A Companhia concede opções de compra de ações preferenciais a alguns de seus empregados, por meio de um programa aprovado pelas Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 26 de abril de 2002, 26 de outubro de 2006 e 29 de abril de 2011 com o objetivo de retê-los e incentivá-los a contribuir em prol dos interesses e objetivos da Companhia e de seus acionistas. Os planos são administrados pela área de Recursos Humanos da Companhia.

Critérios gerais dos programas de outorga

Para os programas de 2002, 2003, 2004 e de 2005, a carência para o exercício das opções é de dois anos, com "vesting" de 20% no segundo ano, 20% no terceiro ano, 20% no quarto ano e 40% no quinto ano após outorga, com prazo máximo de até dez anos para exercício das opções outorgadas.

Notas Explicativas

Para os programas de 2006 a 2009, a carência para o exercício das opções passou a ser de três anos, com “vesting” de 30% no terceiro ano (janela de exercício de dois meses), 30% no quarto ano (janela de exercício de dois meses) e 40% no quinto ano, com prazo máximo de cinco anos e dois meses para exercício das opções outorgadas. Para esses programas, o exercício das opções é condicional ao alcance de condições de desempenho baseadas em indicadores de resultados internos.

Para os programas de 2010 a 2012, a carência para o exercício das opções continuou a mesma que nos planos 2006-2009, porém o prazo máximo para exercício das opções outorgadas passou a ser diferente para cada “tranche”, sendo de três anos após o vencimento de cada período de carência. Para esses programas, o exercício das opções é também condicional ao alcance de condições de desempenho baseadas em indicadores de resultados internos.

Os critérios para determinação dos preços iniciais para exercício das opções outorgadas nos termos dos planos correspondem a:

- (i) Programas de 2002 a 2005: preço inicial de exercício equivalente à média ponderada por volume de negociações das cotações de fechamento das ações preferenciais da Companhia negociadas na BMF&BOVESPA nos 60 pregões anteriores à data de aprovação de cada programa anual. O índice de reajuste do preço de exercício é o Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M.
- (ii) Programas de 2006 a 2009: preço inicial de exercício equivalente à média ponderada por volume de negociações das cotações de fechamento das ações preferenciais da Companhia na BMF&BOVESPA nos 60 pregões anteriores a 31 de maio do ano da outorga. O índice de reajuste do preço de exercício é o Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - IPCA.
- (iii) Programa de 2010 a 2012: preço de exercício equivalente à média ponderada por volume de negociações das cotações de fechamento das ações preferenciais da Companhia na BMF&BOVESPA nos 60 pregões anteriores a 31 de maio do ano da outorga. Esse preço de exercício não é reajustado com nenhum índice.

Evolução dos planos de opção de compra de ações

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, segue a evolução dos planos de opção de compra de ações. As quantidades e os preços informados em 31/12/2011 foram ajustados em razão da bonificação de 1:10 aprovada na AGE de 25 de abril de 2012.

	2012		2011	
	Número de opções	Preço de exercício médio ponderado R\$	Número de opções	Preço de exercício médio ponderado R\$
Opções em circulação no início do período/exercício	4.222.303	5,04	5.778.190	3,49
Opções concedidas	933.581	2,51	623.279	1,49
Opções exercidas	(436.920)	7,19	(2.098.866)	2,64
Opções canceladas	(324.500)	4,78	(80.300)	0,11
Opções em circulação no fim do período/exercício	4.394.464	6,86	4.222.303	5,04

As opções de compra de ações em circulação têm as seguintes características:

Notas Explicativas

	Opções em circulação			Opções exercíveis no fim do exercício / período
	Opções não exercidas no fim do exercício / período	Vida remanescente contratual (meses)	Faixa de preço de exercício R\$	
31 de dezembro de 2012	4.394.464	50	1,57-14,51	1.445.884
31 de dezembro de 2011	4.222.303	52	1,45-10,12	1.408.924

O detalhe das características das opções de compra de ações em circulação, por plano, é apresentado a seguir:

Data da outorga	2012			Opções exercíveis no fim do exercício
	Opções não exercidas no fim do exercício	Vida remanescente contratual (meses)	Preço de exercício (R\$)	
1º de julho de 2004	78.320	18	1,57	78.320
1º de julho de 2005	978.164	30	2,22	978.164
1º de julho de 2008	385.000	8	6,08	217.800
1º de julho de 2009	838.420	20	3,89	171.600
1º de julho de 2010	557.700	66	5,65	-
1º de julho de 2011	795.860	78	10,12	-
1º de julho de 2012	761.000	90	14,51	-
Total	4.394.464	50	1,57-14,51	1.445.884

Data da outorga	2011			Opções exercíveis no fim do exercício
	Opções não exercidas no fim do exercício	Vida remanescente contratual (meses)	Preço de exercício (R\$)	
1º de julho de 2004	78.320	30	1,45	78.320
1º de julho de 2005	978.164	42	2,06	978.164
1º de julho de 2007	284.240	8	8,34	220.440
1º de julho de 2008	478.500	20	5,75	132.000
1º de julho de 2009	1.166.000	32	3,68	-
1º de julho de 2010	613.800	78	5,65	-
1º de julho de 2011	623.279	90	10,12	-
Total	4.222.303	52	1,45-10,12	1.408.924

Para fins contábeis, o valor justo das opções foi estimado utilizando-se um modelo de avaliação "Binomial". A despesa contábil registrada na conta de resultados relativa aos planos de opção de compra de ações foi de R\$2.033 exercício findo em 31 de dezembro de 2012, contra R\$1.551 no exercício findo em 31 de dezembro de 2011. Para o cálculo da despesa, foi utilizada uma probabilidade de alcance das condições de performance de 100% (para as outorgas 2006-2010) e uma taxa esperada de cancelamento das opções de 0%.

O valor justo, na data da outorga, das opções de compra de ações concedidas em 1º de julho de 2011 foi estimado em R\$4,91. As condições de performance não foram refletidas no valor justo pois são baseadas em indicadores de resultados internos. A hipótese de volatilidade esperada foi determinada com base na volatilidade histórica em um período de cinco anos anteriores à data da outorga e os exercícios antecipados foram refletidos utilizando-se um modelo de avaliação binomial do tipo "Hull-White" com um gatilho para exercício voluntário de 150% do preço de exercício.

Notas Explicativas

As principais hipóteses utilizadas no cálculo são apresentadas a seguir:

	Valores expressos (R\$)
Preço da ação	13,40
Preço de exercício	14,51
Volatilidade esperada	38%
Dividendos esperados	2,5%
Taxa livre de risco (taxa nominal)	9,5%
Taxa de rotatividade ("post-vesting")	10%
Valor justo	4,99

A seguir são demonstrados os efeitos simulados decorrentes do:

- (i) Cenário I: exercício das opções outorgadas até 31 de dezembro de 2012.
- (ii) Cenário II: exercício de todas as opções passíveis de serem outorgadas no âmbito do programa de outorga de opções.

Para ambos os cenários considerou-se a hipótese na qual todas as opções eram exercíveis em 31 de dezembro de 2012, considerando o valor do patrimônio líquido da controladora na referida data-base.

Valores expressos em reais:

	Cenário I	Cenário II
Preço de exercício médio ponderado	6,86	6,86
Número de ações preferenciais do capital social	189.124.980	189.124.980
Número de ações preferenciais do capital social em circulação	183.522.438	183.522.438
Número de ações a serem adquiridas com exercício das opções	4.394.464	13.200.000
Valor patrimonial contábil por ação em circulação	4,33	4,33
Valor patrimonial contábil por ação considerando o exercício das opções	4,23	4,03
Diluição do valor patrimonial por ação	0,10	0,30
Diluição percentual	2,32%	6,98%

29. Benefícios a colaboradores

A Companhia e suas controladas patrocinam dois planos de complementação de benefícios de aposentadoria, além de conceder, por intermédio de um plano próprio de aposentadoria, benefícios de renda vitalícia e assistência médica para um grupo determinado de ex-funcionários e seus respectivos cônjuges. O passivo atuarial referente a esses planos, reconhecidos em 31 de dezembro de 2012, é de R\$886 (R\$1.973 em 31 de dezembro de 2011).

Os planos de complementação de benefícios estão representados por:

- a) Plano de aposentadoria - ALPAPREV

Implantado em maio de 1991 e estruturado na modalidade de "benefício definido", totalmente custeado por contribuições da patrocinadora. Em agosto de 2000, foi criado o plano "Super Prev", estruturado na modalidade de "contribuição definida", para o qual já migraram funcionários equivalentes a 99% das reservas necessárias.

Notas Explicativas

Os valores atuariais são:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
a. Conciliação dos ativos e passivos		
Valor presente da obrigação atuarial	38.198	29.877
Valor justo dos ativos do plano	(43.033)	(38.913)
Valor presente das obrigações atuariais a descoberto	-	-
Ganhos/(Perdas) atuarial não reconhecido	1.502	1.502
Efeito do limite do parágrafo 58 (b)	-	4.714
Passivo/(Ativo) líquido total (*)	<u>(3.333)</u>	<u>(2.820)</u>

(*) Esse ativo não foi reconhecido nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2012 devido a necessidade de manutenção do superávit atuarial para cobertura de futuras oscilações de risco do plano.

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
b. Total de despesa reconhecida na demonstração de resultado		
Custo do serviço corrente	575	523
Juros sobre as obrigações atuariais	2.949	2.763
Rendimento esperado dos ativos	(4.533)	(4.332)
Amortização de (ganhos) perdas atuariais líquidos	5.999	3.368
Efeito do limite do parágrafo 58 (b)	(4.714)	(938)
(Ganhos)/Perdas reconhecidos devido ao impacto da liquidação	-	-
Total de despesa/(receita) a ser reconhecida	<u>276</u>	<u>1.384</u>

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
c. Movimentação do (ativo) passivo atuarial líquido		
Passivo/(Ativo) atuarial líquido no início do ano	(2.821)	(3.543)
Despesa/(Receita) líquida a ser reconhecida	276	1.384
Contribuições efetivas da patrocinadora	(788)	(661)
Benefícios pagos diretamente pela companhia no ano	-	-
Passivo/(Ativo) atuarial líquido no final do ano	<u>(3.333)</u>	<u>(2.820)</u>

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
d. Movimentação do passivo atuarial		
Valor das obrigações no início	29.877	27.562
Custo do serviço corrente (com juros, líquido da contribuição do participante)	575	523
Juros sobre a obrigação atuarial	2.949	2.763
Benefícios pagos no ano	(2.456)	(2.143)
Contribuições de participante vertidas no ano	-	-
(Ganho)/Perda atuarial	7.253	1.172
Impacto da liquidação antecipada no plano	-	-
Valor presente das obrigações esperado no final do ano	<u>38.198</u>	<u>29.877</u>

Notas Explicativas

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
e. Movimentação dos ativos dos planos		
Valor justo dos ativos no início do ano	38.913	38.980
Contribuições de participante vertidas no ano	-	-
Contribuições de patrocinadora vertidas no ano	788	661
Pagamento de benefício no ano	(2.456)	(2.143)
Rendimento esperado dos ativos	4.533	4.332
(Ganhos)/Perdas atuariais nos ativos do plano	1.255	(2.917)
Valor justo dos ativos no final do ano	<u>43.033</u>	<u>38.913</u>

f. Despesas previstas para o exercício de 2013

Custo do serviço corrente	850
Juros sobre as obrigações atuariais	2.930
Rendimento esperado dos ativos do plano	<u>(3.345)</u>
Total da despesa/(receita) líquida a ser reconhecida	<u>435</u>

As premissas adotadas pelo atuário independente nos cálculos de obrigação atuarial para o exercício de 2012 foram as seguintes:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Hipóteses atuariais		
Juros anuais	3,5%	5,5%
Crescimento salarial	3,0%	3,0%
Reajuste de benefício do plano	0,0%	0,0%
Inflação	4,6%	4,5%
Capacidade de benefícios do plano	0,98	0,98
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000
Tábua de entrada de invalidez	Mercer Disability	Mercer Disability
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB-57	IAPB-57
Aposentadoria	Mercer Retirement	Mercer Retirement
Rotatividade	Mercer Service	Mercer Service
Inflação médica	N/A	N/A

b) Plano de pensão - HSBC

Destinado a um grupo fechado de ex-funcionários da Companhia, utilizando um fundo multipatrocinado de previdência complementar como veículo financeiro. Esse plano abrange apenas participantes em fase de recebimento de benefícios de aposentadoria e pensão por morte.

Notas Explicativas

Os valores atuariais são:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
a. Conciliação dos ativos e passivos		
Valor presente da obrigação atuarial	566	497
Valor justo dos ativos do plano	(4.247)	(3.802)
Valor presente das obrigações atuariais a descoberto	-	-
Ganhos/(Perdas) atuarial não reconhecido	84	84
Efeito do limite do parágrafo 58 (b)	-	58
Passivo/(Ativo) líquido total (*)	<u>(3.597)</u>	<u>(3.163)</u>

(*) Esse ativo não foi reconhecido nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2012 por não haver evidência de reembolso ou abatimentos de contribuições futuras.

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
b. Total de despesa reconhecida na demonstração de resultado		
Custo do serviço corrente	-	-
Juros sobre as obrigações atuariais	48	61
Rendimento esperado dos ativos	(455)	(407)
Amortização de (ganhos) perdas atuariais líquidos	31	28
Efeito do limite do parágrafo 58 (b)	(58)	(47)
(Ganhos)/Perdas reconhecidos devido ao impacto da liquidação	-	-
Total de despesa/(receita) a ser reconhecida	<u>(434)</u>	<u>(365)</u>

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
c. Movimentação do (ativo) passivo atuarial líquido		
Passivo/(Ativo) atuarial líquido no início do ano	(3.163)	(2.798)
Despesa/(Receita) líquida a ser reconhecida	(434)	(365)
Contribuições efetivas da patrocinadora	-	-
Benefícios pagos diretamente pela companhia no ano	-	-
Passivo/(Ativo) atuarial líquido no final do ano	<u>(3.597)</u>	<u>(3.163)</u>

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
d. Movimentação do passivo atuarial		
Valor das obrigações no início	497	595
Custo do serviço corrente (com juros, líquido da contribuição do participante)	-	-
Juros sobre a obrigação atuarial	48	61
Benefícios pagos no ano	(80)	(75)
Contribuições de participante vertidas no ano	-	-
(Ganho)/Perda atuarial	101	(84)
Impacto da liquidação antecipada no plano	-	-
Valor presente das obrigações esperado no final do ano	<u>566</u>	<u>497</u>

Notas Explicativas

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
e. Movimentação dos ativos dos planos		
Valor justo dos ativos no início do ano	3.802	3.582
Contribuições de participante vertidas no ano	-	-
Contribuições de patrocinadora vertidas no ano	-	-
Pagamento de benefício no ano	(80)	(75)
Rendimento esperado dos ativos	455	407
(Ganhos)/Perdas atuariais nos ativos do plano	70	(112)
Valor justo dos ativos no final do ano	<u>4.247</u>	<u>3.802</u>

f. Despesas previstas para o exercício de 2013

Custo do serviço corrente	-
Juros sobre as obrigações atuariais	42
Rendimento esperado dos ativos do plano	(336)
Total da despesa/(receita) líquida a ser reconhecida	<u>(294)</u>

As premissas adotadas pelo atuário independente nos cálculos de obrigação atuarial para o exercício de 2012 foram as seguintes:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Hipóteses atuariais		
Juros anuais	3,5%	5,5%
Crescimento salarial	3,0%	3,0%
Reajuste de benefício do plano	0,0%	0,0%
Inflação	4,6%	4,5%
Capacidade de benefícios do plano	0,98	0,98
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000
Tábua de entrada de invalidez	Mercer Disability	Mercer Disability
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB-57	IAPB-57
Aposentadoria	Mercer Retirement	Mercer Retirement
Rotatividade	Mercer Service	Mercer Service
Inflação médica	N/A	N/A

c) Plano próprio de aposentadoria para ex-funcionários

A Companhia patrocina um plano próprio de aposentadoria para ex-funcionários, o qual concede o benefício de uma renda vitalícia aos participantes, extensiva ao cônjuge nos casos de falecimento.

Atualmente, abrange seis participantes, sendo cinco ex-funcionários recebendo uma renda de aposentadoria e um pensionista recebendo renda de pensão por morte.

Notas Explicativas

Os valores atuariais são:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
a. Conciliação dos ativos e passivos		
Valor presente da obrigação atuarial	-	-
Valor justo dos ativos do plano	-	-
Valor presente das obrigações atuariais a descoberto	274	1.312
Ganhos/(Perdas) atuarial não reconhecido	-	-
Efeito do limite do parágrafo 58 (b)	(81)	(345)
Passivo/(Ativo) líquido total	<u>193</u>	<u>967</u>
	<u>2012</u>	<u>2011</u>
b. Total de despesa reconhecida na demonstração de resultado		
Custo do serviço corrente	-	-
Juros sobre as obrigações atuariais	121	117
Rendimento esperado dos ativos	-	-
Amortização de (ganhos) perdas atuariais líquidos	214	129
Efeito do limite do parágrafo 58 (b)	-	-
(Ganhos)/Perdas reconhecidos devido ao impacto da liquidação	(820)	-
Total de despesa/(receita) a ser reconhecida	<u>(485)</u>	<u>246</u>
	<u>2012</u>	<u>2011</u>
c. Movimentação do (ativo) passivo atuarial líquido		
Passivo/(Ativo) atuarial líquido no início do ano	966	989
Despesa/(Receita) líquida a ser reconhecida	(485)	246
Contribuições efetivas da patrocinadora	-	-
Benefícios pagos diretamente pela companhia no ano	(289)	(268)
Passivo/(Ativo) atuarial líquido no final do ano	<u>192</u>	<u>967</u>
	<u>2012</u>	<u>2011</u>
d. Movimentação do passivo atuarial		
Valor das obrigações no início	1.312	1.242
Custo do serviço corrente (com juros, líquido da contribuição do participante)	-	-
Juros sobre a obrigação atuarial	121	117
Benefícios pagos no ano	(289)	(268)
Contribuições de participante vertidas no ano	-	-
(Ganho)/Perda atuarial	293	221
Impacto da liquidação antecipada no plano	(1.163)	-
Valor presente das obrigações esperado no final do ano	<u>274</u>	<u>1.312</u>

Notas Explicativas

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
e. Movimentação dos ativos dos planos		
Valor justo dos ativos no início do ano	-	-
Contribuições de participante vertidas no ano	-	-
Contribuições de patrocinadora vertidas no ano	289	268
Pagamento de benefício no ano	(289)	(268)
Rendimento esperado dos ativos	-	-
(Ganhos)/Perdas atuariais nos ativos do plano	-	-
Valor justo dos ativos no final do ano	<u>-</u>	<u>-</u>

f. Despesas previstas para o exercício de 2013

Custo do serviço corrente	-
Juros sobre as obrigações atuariais	20
Rendimento esperado dos ativos do plano	-
Total da despesa/(receita) líquida a ser reconhecida	<u>20</u>

As premissas adotadas pelo atuário independente nos cálculos de obrigação atuarial para o exercício de 2012 foram as seguintes:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Hipóteses atuariais		
Juros anuais	3,5%	5,5%
Crescimento salarial	3,0%	3,0%
Reajuste de benefício do plano	0,0%	0,0%
Inflação	4,6%	4,5%
Capacidade de benefícios do plano	0,98	0,98
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000
Tábua de entrada de invalidez	Mercer Disability	Mercer Disability
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB-57	IAPB-57
Aposentadoria	Mercer Retirement	Mercer Retirement
Rotatividade	Mercer Service	Mercer Service
Inflação médica	N/A	N/A

d) Plano de assistência médica para aposentados

A Companhia mantém um plano de assistência médica para um grupo determinado de ex-funcionários e seus respectivos cônjuges, conforme regras por ela estipuladas.

Notas Explicativas

Os valores atuariais são:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
a. Conciliação dos ativos e passivos		
Valor presente da obrigação atuarial	-	-
Valor justo dos ativos do plano	-	-
Valor presente das obrigações atuariais a descoberto	796	1.305
Ganhos/(Perdas) atuarial não reconhecido	(103)	(299)
Efeito do limite do parágrafo 58 (b)	-	-
Passivo/(Ativo) líquido total	<u>693</u>	<u>1.006</u>
	<u>2012</u>	<u>2011</u>
b. Total de despesa reconhecida na demonstração de resultado		
Custo do serviço corrente	-	-
Juros sobre as obrigações atuariais	122	101
Rendimento esperado dos ativos	-	-
Amortização de (ganhos) perdas atuariais líquidos	168	(210)
Efeito do limite do parágrafo 58 (b)	-	-
(Ganhos)/Perdas reconhecidos devido ao impacto da liquidação	(479)	-
Total de despesa/(receita) a ser reconhecida	<u>(189)</u>	<u>(109)</u>
	<u>2012</u>	<u>2011</u>
c. Movimentação do (ativo) passivo atuarial líquido		
Passivo/(Ativo) atuarial líquido no início do ano	1.006	1.344
Despesa/(Receita) líquida a ser reconhecida	(189)	(109)
Contribuições efetivas da patrocinadora	(124)	(229)
Benefícios pagos diretamente pela companhia no ano	-	-
Passivo/(Ativo) atuarial líquido no final do ano	<u>693</u>	<u>1.006</u>
	<u>2012</u>	<u>2011</u>
d. Movimentação do passivo atuarial		
Valor das obrigações no início	1.305	1.031
Custo do serviço corrente (com juros, líquido da contribuição do participante)	-	-
Juros sobre a obrigação atuarial	122	101
Benefícios pagos no ano	(124)	(229)
Contribuições de participante vertidas no ano	-	-
(Ganho)/Perda atuarial	44	402
Impacto da liquidação antecipada no plano	(551)	-
Valor presente das obrigações esperado no final do ano	<u>796</u>	<u>1.305</u>

Notas Explicativas

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
e. Movimentação dos ativos dos planos		
Valor justo dos ativos no início do ano	-	-
Contribuições de participante vertidas no ano	-	-
Contribuições de patrocinadora vertidas no ano	124	229
Pagamento de benefício no ano	(124)	(229)
Rendimento esperado dos ativos	-	-
(Ganhos)/Perdas atuariais nos ativos do plano	-	-
Valor justo dos ativos no final do ano	<u>-</u>	<u>-</u>

f. Despesas previstas para o exercício de 2013

Custo do serviço corrente	-
Juros sobre as obrigações atuariais	62
Rendimento esperado dos ativos do plano	-
Total da despesa/(receita) líquida a ser reconhecida	<u>62</u>

As premissas adotadas pelo atuário independente nos cálculos de obrigação atuarial para o exercício de 2012 foram as seguintes:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Hipóteses atuariais		
Juros anuais	3,5%	5,5%
Crescimento salarial	3,0%	3,0%
Reajuste de benefício do plano	0,0%	0,0%
Inflação	4,6%	4,5%
Capacidade de benefícios do plano	0,98	0,98
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000
Tábua de entrada de invalidez	Mercer Disability	Mercer Disability
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB-57	IAPB-57
Aposentadoria	Mercer Retirement	Mercer Retirement
Rotatividade	Mercer Service	Mercer Service
Inflação médica	3,0%	3,0%

Notas Explicativas**30. Receitas e despesas financeiras, líquidas**

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Receitas financeiras:				
Rendimentos de aplicações financeiras	50.514	70.585	54.791	72.868
Juros ativos	4.858	2.495	5.206	2.629
Outras	1.494	4.203	1.771	5.333
	<u>56.866</u>	<u>77.283</u>	<u>61.768</u>	<u>80.830</u>
Despesas financeiras:				
Juros e encargos sobre empréstimos e financiamentos	(5.948)	(13.947)	(17.735)	(16.906)
Juros e encargos sobre obrigações negociadas de controlada	-	-	(10.523)	(10.691)
IOF	(444)	(406)	(3.069)	(406)
Imposto sobre operações bancárias (Argentina)	-	-	(8.207)	(6.884)
Atualização monetária sobre impostos	(5.532)	(6.350)	(5.532)	(6.351)
Outras	(5.234)	(4.927)	(10.001)	(9.976)
	<u>(17.158)</u>	<u>(25.630)</u>	<u>(55.067)</u>	<u>(51.214)</u>
	<u>39.708</u>	<u>51.653</u>	<u>6.701</u>	<u>29.616</u>

31. Variação cambial líquida

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Variação cambial ativa	16.771	11.543	19.189	10.811
Variação cambial passiva	(13.184)	(12.466)	(17.796)	(11.378)
	<u>3.587</u>	<u>(923)</u>	<u>1.393</u>	<u>(567)</u>

32. Outras receitas (despesas) operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Outras receitas operacionais:				
Crédito Eletrobrás (a)	7.726	19.765	7.726	19.765
Crédito Tributário (CBS)	-	-	-	2.158
Resultado na venda de imóveis (Argentina)	-	-	17.640	-
Receita na venda de marca (Argentina)	-	-	5.031	-
Outras	2.622	2.474	4.952	5.784
	<u>10.348</u>	<u>22.239</u>	<u>35.349</u>	<u>27.707</u>
Outras despesas operacionais:				
Amortização de intangível	(20.496)	(18.611)	(23.944)	(20.184)
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (nota explicativa nº 22)	(9.095)	(10.225)	(8.549)	(11.074)
Encerramento de acordos comerciais	-	-	-	(7.676)
Reestruturação Argentina	-	-	(17.370)	-
Outras	(23.239)	(15.919)	(25.979)	(17.797)
	<u>(52.830)</u>	<u>(44.755)</u>	<u>(75.842)</u>	<u>(56.731)</u>
	<u>(42.482)</u>	<u>(22.516)</u>	<u>(40.493)</u>	<u>(29.024)</u>

Notas Explicativas

- (a) Trata-se de ação judicial movida pela Companhia visando receber a devolução dos empréstimos compulsórios efetuados para a Eletrobrás com correção monetária integral e juros sobre o valor do principal. O Superior Tribunal de Justiça - STJ pacificou o assunto de forma favorável aos contribuintes quando do julgamento dos RESP nº 1003955 e RESP nº 1028592, realizado sob o rito de recursos repetitivos, nos termos do artigo 543-C do Código de Processo Civil, estabelecendo esse desfecho para todos os casos que tratam da matéria. Por sua vez, através do julgamento do Agravo de Instrumento nº 735933 interposto pela Eletrobrás, o Supremo Tribunal Federal - STF consolidou o entendimento do STJ no sentido de que a discussão da matéria é infraconstitucional. Embora ainda não tenha havido o trânsito em julgado definitivo da ação movida pela Companhia, já existe sobre ela decisão determinando que o entendimento esposado pelo STJ seja aplicado ao seu caso concreto.

Em março de 2012, a Companhia recebeu o montante de R\$ 7.726 em complemento do contrato de cessão e aquisição de direitos creditórios e outras avenças para terceiros não relacionados a Empresas do Grupo, para quem foram transferidos todos os riscos e benefícios decorrentes da referida ação judicial, pelo valor de R\$19.765, celebrado em dezembro de 2011. A Companhia, todavia, resguardou o seu direito de complementar o valor da venda com base em informações que porventura venham a ser obtidas das concessionárias de energia elétrica.

33. Participação nos resultados

A Companhia e suas controladas concedem participação nos resultados a seus funcionários, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecida e aprovada anualmente para cada fábrica/unidade. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, foram reconhecidos no resultado os seguintes valores:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Programa de participação no resultado	28.161	27.145	35.275	33.030

Esta participação está registrada na conta "Salários e encargos sociais a pagar", no passivo circulante.

34. Avais e garantias

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, em adição ao divulgado nas notas explicativas nº 15 e nº 17, os avais e as garantias oferecidos pela Companhia às instituições financeiras, referentes às operações de financiamento de vendas - "vendedor", totalizavam, respectivamente R\$478 e R\$2.007.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a Companhia não registrou perdas decorrentes desses avais e garantias oferecidos.

35. Gestão de riscos e instrumentos financeiros

a) Considerações gerais e políticas

A Companhia e suas controladas contratam operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo derivativos, quando aplicável, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras.

Notas Explicativas

A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pela Administração da Companhia.

Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da exposição cambial consolidada da Companhia e de suas controladas, sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração.

Aplicações financeiras

A política para aplicações financeiras estabelecida pela Administração da Companhia e de suas controladas, elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados segundo avaliação do *rating* de crédito da contraparte em questão, percentual máximo de exposição por instituição de acordo com o *rating* e percentual máximo por patrimônio líquido do banco. Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 as aplicações estão dentro destes limites.

Contas correntes com partes relacionadas

Na controladora, os saldos com partes relacionadas são referentes à administração de caixa único (caixa e equivalentes de caixa) pela Companhia, não havendo encargos financeiros sobre essas transações.

Políticas para contratação de instrumentos financeiros derivativos

Em virtude das obrigações financeiras assumidas pela Companhia e por suas controladas em moedas estrangeiras, a Administração, seguindo diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia, pode contratar operações com instrumentos financeiros derivativos para minimizar riscos cambiais assumidos por obrigações financeiras e contas a pagar por importação de insumos produtivos, obedecendo aos níveis de exposição vinculados a esses riscos.

Entre os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente, estão incluídas rotinas mensais de projeção e avaliação da exposição cambial da Companhia e de suas controladas, sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração quanto à contratação desses instrumentos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a Companhia e suas controladas não possuíam nenhuma operação em aberto envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

b) Gestão de risco financeiro

Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e de suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro, utilizando, quando necessário, instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia, sendo as políticas obrigatoriamente aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria identifica, avalia e contrata instrumentos financeiros com o intuito de proteger a Companhia contra eventuais riscos financeiros, principalmente decorrentes de taxas de juros e câmbio.

Notas Explicativas

b.1) Risco de mercado

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros.

i) Risco cambial

Em virtude de contas a receber e das obrigações financeiras de diversas naturezas assumidas pela Companhia em moedas estrangeiras, é conduzida uma política de Proteção Cambial, que estabelece níveis de exposição vinculados a esse risco.

Consideram-se os valores em moeda estrangeira dos saldos a receber e a pagar de compromissos já assumidos e registrados nas demonstrações financeiras oriundos das operações da Companhia, bem como fluxos de caixa futuros.

ii) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo. A Administração da Companhia tem como política manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos, são corrigidos pelo CDI pós-fixado, conforme contratos firmados com as instituições financeiras.

b.2) Risco de crédito

As vendas são substancialmente para varejistas e atacadistas. O risco de crédito é reduzido em virtude da grande pulverização da carteira de clientes e pelos procedimentos de avaliação e concessão de crédito. O resultado dessa gestão está refletido na rubrica "Provisão para créditos de liquidação duvidosa", conforme demonstrado na nota explicativa nº 9.

A Companhia e suas controladas estão sujeitas também a riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios. Consideram baixo o risco de não-liquidação das operações que mantêm em instituições financeiras com as quais operam, que são consideradas pelo mercado como de primeira linha.

b.3) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia e de suas controladas, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas.

A Administração monitora o nível de liquidez consolidado da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas e aos montantes disponíveis em caixa e equivalentes de caixa. A tabela a seguir, no item c), analisa os passivos financeiros, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação à data contratual do vencimento. Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

Notas Explicativasc) Passivos financeiros

O valor contábil consolidado dos passivos financeiros é mensurado pelo método do custo amortizado, e seus correspondentes valores justos são demonstrados a seguir:

	2012				Valor justo	Efeito do desconto	Saldo contábil
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre três e cinco anos	Mais de cinco anos			
Circulante:							
Obrigações por arrendamento financeiro	76	-	-	-	76	(4)	72
Empréstimos e financiamentos	188.334	-	-	-	188.334	-	188.334
Fornecedores	359.079	-	-	-	359.079	-	359.079
Não circulante:							
Obrigações por arrendamento financeiro	-	7	-	-	7	-	7
Empréstimos e financiamentos	-	86.922	23.125	293	110.340	-	110.340
2011							
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre três e cinco anos	Mais de cinco anos	Valor justo	Efeito do desconto	Saldo contábil
Circulante:							
Obrigações por arrendamento financeiro	215	-	-	-	215	(32)	183
Empréstimos e financiamentos	179.894	-	-	-	179.894	-	179.894
Fornecedores	297.150	-	-	-	297.150	-	297.150
Não circulante:							
Obrigações por arrendamento financeiro	-	48	-	-	48	(6)	42
Empréstimos e financiamentos	-	21.224	33.110	1.480	55.814	-	55.814

d) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A posição financeira líquida consolidada corresponde ao total do caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras, subtraído do montante de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos.

	2012	2011
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	616.908	670.954
(-) Empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos	(298.753)	(235.933)
Posição financeira líquida	318.155	435.021
Patrimônio líquido	1.660.898	1.489.859

Notas Explicativas

e) Exposição cambial

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Ativo:				
Contas a receber de clientes (i)	49.890	36.686	123.452	93.393
Total do ativo	<u>49.890</u>	<u>36.686</u>	<u>123.452</u>	<u>93.393</u>
Passivo:				
Empréstimos e financiamentos (ii)	-	4.794	164.571	118.627
Fornecedores	99.797	40.961	160.859	102.570
"Royalties" a pagar	17.735	13.448	17.735	13.448
Total do passivo	<u>117.532</u>	<u>59.203</u>	<u>343.165</u>	<u>234.645</u>
Exposição líquida	(67.642)	(22.517)	(219.714)	(141.252)
(-) Controladas no exterior	-	-	157.455	122.460
Total da exposição para fins de análise de sensibilidade	<u>(67.642)</u>	<u>(22.517)</u>	<u>(62.259)</u>	<u>(18.792)</u>

- (i) No consolidado em 31 de dezembro de 2012, 74,6% (77,4% em 31 de dezembro de 2011) referem-se a contas a receber de clientes mantidas pelas controladas localizadas no exterior (Alpargatas USA Inc. - Estados Unidos, Alpargatas Europe S.L.U. - Espanha, Alpargatas Chile Ltda. - Chile e Alpargatas S.A.I.C. - Argentina) e 25,4% referem-se a contas a receber de clientes no exterior mantidas pela controladora no Brasil.
- (ii) No consolidado em 31 de dezembro de 2012, 100,0% (95,9% em 31 de dezembro de 2011) referem-se aos empréstimos contratados em moeda local pelas controladas localizadas no exterior (Alpargatas USA Inc. - Estados Unidos, Alpargatas Europe S.L.U. - Espanha, e Alpargatas S.A.I.C. - Argentina), conforme demonstrado na nota explicativa nº 17.

O risco cambial é proveniente da oscilação das taxas de câmbio sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, contas a receber de clientes e a pagar a fornecedores e "royalties", denominados em moeda estrangeira.

f) Valores de mercado

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, os valores de mercado das aplicações financeiras aproximam-se dos valores registrados nas demonstrações financeiras pelo fato de elas estarem atreladas à variação do CDI. Os empréstimos e financiamentos são mantidos atualizados monetariamente com base em taxas de juros contratadas de acordo com as condições usuais de mercado e, portanto, os saldos a pagar nas datas dos balanços aproximam-se substancialmente dos valores de mercado, mesmo aqueles classificados como "não circulantes", considerando-se a modalidade dos correspondentes financiamentos.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de mercado de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia e suas controladas usam diversos métodos e definem premissas que são baseadas nas condições de mercado existentes na data do balanço. O valor justo de contratos de câmbio a termo é determinado com base em taxas de câmbio a termo, cotadas na data do balanço.

Estima-se que os saldos das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores, registrados pelos valores contábeis, estejam próximos de seus valores justos de mercado, dado o curto prazo das operações realizadas.

Notas Explicativas

A Companhia e suas controladas aplicam as regras de hierarquização para avaliação dos valores justos de seus instrumentos financeiros conforme as práticas contábeis do IFRS 7/CPC 40, para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial, o que requer a divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2).
- Isenções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (Nível 3).

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pelo Grupo é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros, conforme as regras do Nível 2, incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- O valor justo de “swaps” de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.
- O valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente.
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

A Companhia e suas controladas não possuíam instrumentos financeiros avaliados a valores justos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e de 2011.

Notas Explicativas

g) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

Risco cambial

Para a análise de sensibilidade da exposição cambial consolidada em 31 de dezembro de 2012, cujos efeitos refletem somente os impactos sobre os ativos e passivos monetários, foram desconsiderados os saldos de contas a receber de clientes e dos empréstimos e financiamentos mantidos pelas controladas no exterior, os quais são denominados nas moedas funcionais locais de cada uma dessas controladas, e por este motivo, a Administração da Companhia entende que não existe risco de exposição de moeda para essas controladas.

Considerando as exposições cambiais descritas no item (e) anterior, em 31 de dezembro de 2012 a análise de sensibilidade quanto à posição em aberto é como segue:

	Ganho/(Perda)		
	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
<u>Risco da Companhia</u>			
Aumento /(Redução) do dólar norte-americano	716	(15.565)	(31.130)

O cenário provável considera uma valorização do real em 1,15% sobre o dólar norte-americano considerando uma taxa de câmbio média de R\$ 2,0200, baseada em referências de mercado.

O cenário possível considera uma desvalorização do real em 25% sobre o dólar norte-americano considerando a taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2012 de R\$2,0435 US\$ (R\$2,5544/US\$) e o cenário remoto uma desvalorização de 50% (R\$3,0653/US\$).

Risco de taxa de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no final de cada período de relatório. Para os ativos financeiros indexados a CDI e passivos com taxas pós-fixadas (TJLP), a análise é preparada assumindo que o valor líquido entre o ativo e o passivo em aberto no final do período de relatório esteve em aberto durante todo o exercício. Um aumento ou uma redução de 3 pontos percentuais é utilizado para apresentar internamente os riscos de taxa de juros ao pessoal-chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças nas taxas de juros.

Se as taxas de juros fossem 3 pontos percentuais ano para cima ou para baixo e todas as outras variáveis se mantivessem constantes, o lucro no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 aumentaria ou reduziria em aproximadamente R\$18.822. Isso ocorre principalmente devido à exposição ao CDI sobre as aplicações financeiras, considerando que os passivos financeiros são mantidos substancialmente a taxas pré-fixadas, conforme demonstrado na nota explicativa nº 17.

A sensibilidade da Companhia às taxas de juros aumentou durante o período corrente principalmente devido ao aumento nos saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras indexadas a CDI.

Notas Explicativas**36. Lucro líquido por ação**

	2012		
	Ordinárias - ON	Preferenciais - PN (a)	Total
Denominador			
Média ponderada da quantidade de ações total	193.907.504	183.660.846	377.568.350
Quantidade de ações em tesouraria ponderada	-	(5.438.411)	(5.438.411)
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	193.907.504	178.222.435	372.129.938
% de ações em relação ao total	52,11%	47,89%	100,00%
Numerador – Básico			
Lucro líquido do exercício atribuível a cada classe de ações	139.195	140.788	279.983
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	193.907.504	178.222.435	372.129.938
Lucro líquido do exercício por ação básico total	0,7178	0,7900	0,7524
Numerador – Diluído			
Lucro líquido do exercício atribuível a cada classe de ações	137.490	142.493	279.983
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	193.907.504	178.222.435	372.129.938
Quantidade de ações dos programas de opção de compra de ações ponderada	-	4.196.004	4.196.004
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	193.907.504	182.418.439	376.325.942
% de ações em relação ao total	51,53%	48,47%	100,00%
Lucro líquido do exercício por ação diluído total	0,7090	0,7811	0,7440
2011			
	Ordinárias - ON	Preferenciais - PN (a)	Total
Denominador			
Média ponderada da quantidade de ações total	193.907.504	183.660.846	377.568.350
Quantidade de ações em tesouraria ponderada	-	(5.082.711)	(5.082.711)
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	193.907.504	178.578.135	372.485.639
% de ações em relação ao total	52,06%	47,94%	100,00%
Numerador – Básico			
Lucro líquido do exercício atribuível a cada classe de ações	152.674	154.746	307.420
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	193.907.504	178.578.135	372.485.639
Lucro líquido do exercício por ação básico total	0,7874	0,8665	0,8253
Numerador – Diluído			
Lucro líquido do exercício atribuível a cada classe de ações	150.963	156.457	307.420
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	193.907.504	178.578.135	372.485.639
Quantidade de ações dos programas de opção de compra de ações ponderada	-	3.789.581	3.789.581
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	193.907.504	182.367.716	376.275.220
% de ações em relação ao total	51,53%	48,47%	100,00%
Lucro líquido do exercício por ação diluído total	0,7785	0,8579	0,8170

(a) As ações preferências possuem direito a dividendo 10% maior em relação às ações ordinárias.

Em virtude da bonificação de ações, divulgada na nota explicativa nº 24.a), o número de ações ordinárias e preferenciais em 31 de dezembro de 2011 foram ajustadas de forma a refletir a atual quantidade de ações, conforme requerido pelo parágrafo 64 do Pronunciamento Técnico CPC 41-Resultado por ação.

Notas Explicativas

37. Compromissos assumidos

37.1. Arrendamentos operacionais

Locação de lojas

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía contratos de locação firmados com terceiros, os quais a administração analisou e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional.

O valor da locação dos imóveis é sempre o maior valor entre: (i) o equivalente à taxa média entre 3 e 4% das vendas mensais brutas, realizadas pela loja; ou (ii) um valor mínimo mensal atualizado anualmente por diversos índices representativos da inflação. A despesa média mensal de aluguéis pagos foi de R\$860 (R\$830 em 31 de dezembro de 2011). Os referidos contratos de locação possuem prazos de validade de 5 a 15 anos, sujeitos à renovação.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, as despesas de aluguéis, líquidas dos impostos a recuperar, no consolidado, totalizaram R\$10.325 (R\$9.959 no exercício findo em 31 de dezembro de 2011).

Outros arrendamentos

A Companhia também possui contratos de locação de depósitos para armazenagem de produtos e mercadorias e escritórios comerciais com valores mensais fixos, reajustados anualmente por índices inflacionários usuais de mercado.

Em agosto de 2011, a Companhia assinou o contrato de locação de um imóvel para instalação de sua nova sede a partir de 2012. O prazo do referido contrato é de 10 anos, com início em setembro de 2011 e com carência de 90 dias a contar desta data. O valor mensal do aluguel é de R\$ 893 e o contrato será reajustado anualmente pela aplicação da variação positiva acumulada do IGP-M / FGV.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, as despesas de aluguéis, líquidas dos impostos a recuperar, no consolidado, totalizaram R\$30.675 (R\$21.241 no exercício findo em 31 de dezembro de 2011).

Compromissos futuros

Os compromissos futuros totais oriundos dos contratos de arrendamento operacional, a valores de 31 de dezembro de 2012, totalizam um montante mínimo fixo de R\$143.786, assim distribuídos:

<u>Exercício</u>	<u>R\$</u>
2013	31.255
2014	31.428
2015	29.517
2016 a 2017	51.586
	<u>143.786</u>

Tais operações possuem cláusulas restritivas de praxe, como garantias contra rescisão antecipada de contrato, entre outras, para as quais, em 31 de dezembro de 2012, a Companhia estava adimplente com essas cláusulas, fazendo com que nenhum dos contratos de aluguel vigentes estivesse sendo caracterizado, naquela data como

Notas Explicativas

contrato oneroso pela Administração da Companhia. Adicionalmente, nenhum pagamento considerado como "contingente" havia sido efetuado pela Companhia durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

37.2. Contratos de fornecimento de insumos

A Companhia possui compromissos decorrentes de contrato de fornecimento de energia elétrica, vigente até 2012, devendo ser adquirido o volume mínimo mensal de 28.348 kw, equivalente a R\$745, podendo ser alterado com prazo mínimo de seis meses. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia estava adimplente com os compromissos desse contrato.

37.3. Contrato de serviço para construção da nova fábrica de Montes Claros - MG e fornecimento de equipamento

A Companhia assumiu compromissos decorrentes de contratos de fornecimento de serviços de engenharia e fornecimento de equipamentos decorrentes da construção da nova fábrica na cidade de Montes Claros - MG. Em 31 de dezembro de 2012, o montante total decorrente desses compromissos era de R\$106.063, referente às obras civis que estão sendo executadas, e R\$54.403, referentes aos equipamentos industriais a serem adquiridos de diversos fornecedores.

38. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam uma política de efetuar a cobertura de seguros para os bens do imobilizado e estoques sujeitos a risco de incêndio, pelo valor de reposição técnica e para cobertura de lucros cessantes. Em 31 de dezembro de 2012, as coberturas de seguro no consolidado, eram consideradas suficientes pela Administração para a cobertura dos riscos envolvidos.

39. Informações adicionais às demonstrações dos fluxos de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Recebimento de dividendos com quitação da conta-corrente da controlada	-	7.545	-	-
Aquisições de imobilizado sem efeito caixa	-	4.737	-	4.737
Limites de contas garantidas sem utilização	-	-	14.919	36.933

40. Correção de erros

40.1. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Até 31 de dezembro de 2011, a Companhia classificava como equivalentes de caixa os investimentos temporários com carência de até 90 dias contados a partir da data do balanço, ao invés de contar a carência e vencimento a partir da data da aplicação para definir a sua classificação inicial; se aplicações financeiras ou equivalentes de caixa. Adicionalmente, para determinados investimentos temporários classificados como equivalentes de caixa não havia garantia formal do emissor de conversibilidade

Notas Explicativas

imediate sem perda relevante de rendimentos. Para adequar os saldos às normas contábeis vigentes, a Companhia procedeu às seguintes reclassificações

	Controladora			Consolidado		
	Reapresentado	Reclassificação	Original	Reapresentado	Reclassificação	Original
Em 31 de dezembro de 2011						
Caixa e equivalentes de caixa	163.131	(288.257)	451.388	222.210	(288.257)	510.467
Aplicações financeiras	448.744	288.257	160.487	448.744	288.257	160.487
Em 1º de dezembro de 2011						
Caixa e equivalentes de caixa	454.095	(40.867)	494.962	482.489	(40.867)	523.356
Aplicações financeiras	172.176	40.867	131.309	172.176	40.867	131.309

40.2. Demonstrações dos fluxos de caixa

Em decorrência das reclassificações de equivalentes de caixa para aplicações financeiras citadas anteriormente, as seguintes reapresentações estão sendo efetuadas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	Controladora			Consolidado		
	Reapresentado	Reclassificação	Original	Reapresentado	Reclassificação	Original
Atividades operacionais	284.077	(20.325)	304.402	312.401	(20.235)	332.726
Atividades de investimento	(351.497)	(227.065)	(124.432)	(314.458)	(227.065)	(87.393)
Redução de caixa de equivalentes de caixa	(290.964)	(247.390)	(43.574)	(260.279)	(247.390)	(12.889)

40.3. Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

Para atender ao CPC 32 / IAS 12 parágrafo 74, a Companhia reclassificou os saldos de 2011 dos impostos de renda e contribuição social diferidos para apresentá-los líquidos:

	Controladora			Consolidado		
	Reapresentado	Reclassificação	Original	Reapresentado	Reclassificação	Original
Em 31 de dezembro de 2011						
Imposto de renda diferido ativo	41.148	(5.690)	46.838	57.125	(32.426)	89.551
Imposto de renda diferido passivo	-	5.690	(5.690)	(11.881)	32.426	(44.307)
Em 1º de dezembro de 2011						
Imposto de renda diferido ativo	39.744	(3.261)	43.005	58.003	(30.794)	88.797
Imposto de renda diferido passivo	-	3.261	(3.261)	(11.831)	30.794	(42.625)

Notas Explicativas

41. Evento subsequente

Em 10 de outubro de 2012, a Companhia divulgou ao mercado fato relevante informando a aquisição inicial de 30% (trinta por cento) do capital de Terras de Aventura Indústria de Artigos Esportivos S.A. ("Osklen"), a qual estava sujeita ao atendimento de certas condições.

Em 16 de novembro de 2012 a aquisição foi aprovada pelo Sistema Brasileiro de Direito da Concorrência.

Em 4 de março de 2013 as condições foram atendidas e a Companhia adquiriu, nos termos do contrato de compra e venda de ações 30% do capital da Osklen. Nesta data, a companhia realizou o pagamento referente à primeira parcela, no valor de R\$67.500. O valor é equivalente ao resultado do percentual adquirido multiplicado por 13 vezes o EBITDA efetivo da Osklen no período compreendido entre 1 de março de 2013 e 28 de fevereiro de 2014, descontada a dívida líquida ("Preço de aquisição"). O pagamento da segunda parcela correspondente a diferença do preço de aquisição e a primeira parcela, será feito em 15 meses contados desta data.

A Companhia terá opção de compra para a aquisição de adicionais 30% do capital da Osklen por um período de 60 dias após o pagamento da segunda parcela, pelo mesmo valor do preço de aquisição.

42. Fato relevante

Em 26 de dezembro de 2012, a Companhia divulgou ao mercado a contratação de financiamentos totalizando R\$187.332, a serem investidos na nova fábrica de Havaianas, em Montes Claros - MG.

As taxas de juros são pré-fixadas em 2,5% ao ano, custo muito competitivo que otimiza a estrutura de capital da Companhia. O prazo de pagamento é de 10 anos, com carência de 2 anos. A liberação deste montante pelos agentes financiadores ocorrerá em sua totalidade ao longo de 2013.

43. Aprovação para divulgação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras da Companhia foram aprovadas para divulgação pelo Conselho da Administração em reunião ocorrida em 15 de março de 2013.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Em atendimento ao Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 1, informamos a posição acionária por espécie e classe de todo aquele que detiver mais de 5% (cinco por cento) das ações de cada espécie e classe do capital social da Companhia, de forma direta ou indireta, até o nível de pessoa física.

ALPARGATAS S.A.

Posição: 31/12/2012

NOME DO ACIONISTA	QUANTIDADE DE AÇÕES					
	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS		TOTAL	
	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
CAMARGO CORREA S A	133.757.338	66,99%	37.792.634	19,98%	171.549.972	44,12%
SILVIO TINI DE ARAUJO	39.560.070	19,81%	7.919.978	4,19%	47.480.048	12,21%
BONSUCEX HOLDING LTDA	9.450.100	4,73%	29.599.280	15,65%	39.049.380	10,04%
BNY MELLON	0	0,00%	14.618.379	7,73%	14.618.379	3,76%
EWZ I LLC SOC SOC CORR PAUL S	395.230	0,20%	10.640.440	5,63%	11.035.670	2,84%
OUTROS	16.513.750	8,27%	88.554.269	46,82%	105.068.019	27,03%
TOTAL	199.676.488	100,00%	189.124.980	100,00%	388.801.468	100,00%

CAMARGO CORRÊA S.A.

Posição: 31/12/2012

NOME DO ACIONISTA	QUANTIDADE DE AÇÕES					
	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS		TOTAL	
	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
PARTICIPAÇÕES MORRO VERMELHO S.A.	48.943	99,99%	93.099	100,00%	142.042	100,00%
OUTROS	3	0,01%	1	0,00%	4	0,00%
TOTAL	48.946	100,00%	93.100	100,00%	142.046	100,00%

BONSUCEX HOLDING LTDA

Posição: 31/12/2012

NOME DO ACIONISTA	QUANTIDADE DE QUOTAS		TOTAL	
	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
SILVIO TINI DE ARAUJO	11.639.998	100,00%	11.639.998	100,00%
DARCI DE ARAUJO	1	0,00%	1	0,00%
JOÃO JOSÉ OLIVEIRA DE ARAUJO	1	0,00%	1	0,00%
TOTAL	11.640.000	100,00%	11.640.000	100,00%

PARTICIPAÇÕES MORRO VERMELHO S.A.

Posição: 31/12/2012

NOME DO ACIONISTA	QUANTIDADE DE AÇÕES					
	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS		TOTAL	
	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
RCABON EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A	749.998	33,33%	-	0,00%	749.998	11,11%
RCNON EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A	749.998	33,33%	-	0,00%	749.998	11,11%
RCPODON EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A	749.998	33,33%	-	0,00%	749.998	11,11%
RCABPN EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A	-	0,00%	1.498.080	33,29%	1.498.080	22,19%
RCNPN EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A	-	0,00%	1.498.080	33,29%	1.498.080	22,19%
RCPODPN EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A	-	0,00%	1.498.080	33,29%	1.498.080	22,19%
RRRPN EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A	-	0,00%	5.760	0,13%	5.760	0,09%
DEMAIS ACIONISTAS	6	0,01%	-	0,00%	6	0,01%
TOTAL	2.250.000	100,00%	4.500.000	100,00%	6.750.000	100,00%

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**RCABON EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A****Posição: 31/12/2012**

NOME DO ACIONISTA	QUANTIDADE DE AÇÕES					
	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS		TOTAL	
	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
ROSANA CAMARGO DE ARRUDA BOTELHO	749.850	100,00%	40	26,67%	749.890	99,99%
OUTROS	-	0,00%	110	73,33%	110	0,01%
TOTAL	749.850	100,00%	150	100,00%	750.000	100,00%

RCABPN EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A**Posição: 31/12/2012**

NOME DO ACIONISTA	QUANTIDADE DE AÇÕES			
	ORDINÁRIAS		TOTAL	
	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
ROSANA CAMARGO ARRUDA BOTELHO	1.499.890	99,99%	1.499.890	99,99%
DEMAIS ACIONISTAS	110	0,01%	110	0,01%
TOTAL	1.500.000	100,00%	1.500.000	100,00%

RCNON EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A**Posição: 31/12/2012**

NOME DO ACIONISTA	QUANTIDADE DE AÇÕES					
	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS		TOTAL	
	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
RENATA DE CAMARGO NASCIMENTO	749.850	100,00%	40	26,67%	749.890	99,99%
DEMAIS ACIONISTAS	-	0,00%	110	73,33%	110	0,01%
TOTAL	749.850	100,00%	150	100,00%	750.000	100,00%

RCNPN EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A**Posição: 31/12/2012**

NOME DO ACIONISTA	QUANTIDADE DE AÇÕES			
	ORDINÁRIAS		TOTAL	
	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
RENATA DE CAMARGO NASCIMENTO	1.499.890	99,99%	1.499.890	99,99%
DEMAIS ACIONISTAS	110	0,01%	110	0,01%
TOTAL	1.500.000	100,00%	1.500.000	100,00%

RCPODON EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A**Posição: 31/12/2012**

NOME DO ACIONISTA	QUANTIDADE DE AÇÕES					
	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS		TOTAL	
	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
REGINA DE CAMARGO PIRES OLIVEIRA DIAS	749.850	100,00%	-	0,00%	749.850	99,98%
DEMAIS ACIONISTAS	-	0,00%	150	100,00%	150	0,02%
TOTAL	749.850	100,00%	150	100,00%	750.000	100,00%

RCPODPN EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A**Posição: 31/12/2012**

NOME DO ACIONISTA	QUANTIDADE DE AÇÕES			
	ORDINÁRIAS		TOTAL	
	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
REGINA DE CAMARGO PIRES OLIVEIRA DIAS	1.499.850	99,99%	1.499.850	99,99%
DEMAIS ACIONISTAS	150	0,01%	150	0,01%
TOTAL	1.500.000	100,00%	1.500.000	100,00%

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**RRRPN EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A****Posição: 31/12/2012**

NOME DO ACIONISTA	QUANTIDADE DE AÇÕES			
	ORDINÁRIAS		TOTAL	
	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
ROSANA CAMARGO DE ARRUDA BOTELHO	1.980	33,33%	1.980	33,33%
RENATA DE CAMARGO NASCIMENTO	1.980	33,33%	1.980	33,33%
REGINA DE CAMARGO PIRES OLIVEIRA DIAS	1.980	33,34%	1.980	33,34%
TOTAL	5.940	100,00%	5.940	100,00%

Em atendimento ao Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 1, informamos a posição acionária dos acionistas controladores, administradores e diretores.

Alpargatas S.A.**Posição: 31/12/2012**

NOME DO ACIONISTA	QUANTIDADE DE AÇÕES					
	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS		TOTAL	
	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
CONTROLADOR	133.757.338	66,99%	37.792.634	19,98%	171.549.972	44,12%
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	39.560.580	19,81%	7.948.700	4,20%	47.509.280	12,22%
CONSELHO FISCAL	24.200	0,01%	222.200	0,12%	246.400	0,06%
DIRETORIA	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
TOTAL	173.342.118	86,81%	45.963.534	24,30%	219.305.652	56,40%

Alpargatas S.A.**Posição: 31/12/2011**

NOME DO ACIONISTA	QUANTIDADE DE AÇÕES					
	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS		TOTAL	
	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
CONTROLADOR	121.597.580	66,99%	34.356.940	19,98%	155.954.520	44,12%
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	35.963.700	19,81%	7.199.980	4,19%	43.163.680	12,21%
CONSELHO FISCAL	22.000	0,01%	202.000	0,12%	224.000	0,06%
DIRETORIA	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
TOTAL	157.583.280	86,81%	41.758.920	24,29%	199.342.200	56,40%

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Em atendimento ao Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 1, informamos a posição de ações em circulação e sua porcentagem em relação ao total de ações emitidas.

Alpargatas S.A.

31/12/2012

NOME DO ACIONISTA	QUANTIDADE DE AÇÕES					
	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS		TOTAL	
	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
CONTROLADOR	133.757.338	66,99%	37.792.634	19,98%	171.549.972	44,12%
TESOURARIA	0	0,00%	5.602.542	2,97%	5.602.542	1,44%
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	39.560.580	19,81%	7.948.700	4,20%	47.509.280	12,22%
CONSELHO FISCAL	24.200	0,01%	222.200	0,12%	246.400	0,06%
DIRETORIA	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
SUB-TOTAL	173.342.118	86,81%	51.566.076	27,27%	224.908.194	57,84%
AÇÕES EM CIRCULAÇÃO	26.334.370	13,19%	137.558.904	72,73%	163.893.274	42,16%
TOTAL	199.676.488	100,00%	189.124.980	100,00%	388.801.468	100,00%

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da

Alpargatas S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Alpargatas S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Alpargatas S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Alpargatas S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Alpargatas S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 16 de março de 2012, que não conteve qualquer modificação.

Reapresentação das demonstrações correspondentes ao exercício anterior

Conforme descrito na nota explicativa 40, durante o exercício corrente, a Alpargatas S.A. decidiu corrigir retroativamente a classificação de parte das aplicações financeiras, anteriormente classificadas como equivalentes de caixa. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras de 2012, examinamos também os ajustes descritos na mesma nota explicativa que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras comparativas. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados, em todos os aspectos relevantes.

Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2011 e de 2010, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre as demonstrações contábeis de 2011 e de 2010 tomadas em conjunto.

São Paulo, 15 de março de 2013.

ERNST & YOUNG TERCO

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Waldyr Passetto Junior

Contador CRC-1SP173518/O-8

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

De acordo com o artigo 25, parágrafo 1º, item 5 da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras do exercício do 2012 da Alpargatas S.A. e com o relatório de revisão dos auditores independentes.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

De acordo com o artigo 25, parágrafo 1º, item 5 da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras do exercício do 2012 da Alpargatas S.A. e com o relatório de revisão dos auditores independentes.

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	ALTERAÇÃO DAS NOTAS EXPLICATIVAS: 26-RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA: RECLASSIFICAÇÃO DE VALORES ENTRE LINHAS 27 DESPESAS POR NATUREZA: RECLASSIFICAÇÃO DE VALORES ENTRE LINHAS